



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL - PPGPS

THAÍS CAROLINE SENA DE OLIVEIRA

**Rede Social da Estrutural: uma reflexão à luz da teoria social crítica  
sobre o prisma da relação entre Estado e sociedade**

BRASÍLIA  
2016

THAÍS CAROLINE SENA DE OLIVEIRA

**Rede Social da Estrutural: uma reflexão à luz da teoria social crítica  
sobre o prisma da relação entre Estado e sociedade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Perci Coelho de Souza

BRASÍLIA  
2016

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

OT364r Oliveira, Thais Caroline Sena de  
Rede Social da Estrutural: uma reflexão à luz da  
teoria social crítica sobre o prisma da relação entre  
Estado e sociedade / Thais Caroline Sena de Oliveira;  
orientador Perci Coelho de Souza. -- Brasília, 2016.  
182 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Política  
Social) -- Universidade de Brasília, 2016.

1. Redes Sociais. 2. Estado. 3. Sociedade Civil.  
4. Movimento Social Urbano. I. Souza, Perci Coelho  
de , orient. II. Título.

THAÍS CAROLINE SENA DE OLIVEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Política Social, examinada pela comissão julgadora composta pelos seguintes membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Perci Coelho de Souza (Orientador)  
SER/Universidade de Brasília

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses (examinador externo)  
FE/Universidade de Brasília

Prof. Dr<sup>a</sup>. Nair Heloisa Bicalho de Sousa (examinadora interna)  
SER/Universidade de Brasília

Aprovada em: 30 de maio de 2016.

Local de defesa: Sala de reuniões do Departamento de Serviço Social,, *campus* Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília.

*Dedico a Deus.*

*À minha família. Em especial, à minha irmã Ísis: é na crença de um amanhã melhor que devemos nos fortalecer a cada dia.*

*A todos aqueles que se incomodam, que acreditam, que têm esperança, que se movimentam, que se organizam, que se unem, que vão às ruas, que são as ruas, que lutam pelo devenir...*

## AGRADECIMENTOS

O fechamento de mais esta etapa em minha vida não poderia deixar de ser feito sem o devido agradecimento e carinho a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para este objetivo. Não foram poucas as palavras de incentivo, de cobrança, de apreço que recebi. Considero a todas igualmente importantes e representativas do cuidado que têm para comigo. Tenho por convicção que o trabalho que apresento não seria possível sem esses gestos. Espero a todos poder rememorar nas linhas que se seguem. Em linhas gerais, mas não menos significativas e verdadeiras, agradeço a todos e todas, vocês são a razão deste empenho, deste intento.

Agradeço primeiramente a todos que compõem ou já compuseram a Rede Social da Estrutural, a todos que gentilmente me acolheram nos espaços das reuniões, que dialogaram com propostas de debate, que auxiliaram com suas preciosas ponderações a construção deste trabalho. Aqui registro também meu mais sincero incentivo que com o passar dos anos a luta pela cidade Estrutural não pereça, mas que se renove, seja ampliada e que busque alçar voos de um horizonte por uma nova sociabilidade. Gostaria de poder nomear a cada um, mas para não me delongar, sintam minha estima por meio da Amanda, Coracy, Karina, Everardo, Remom, Fernanda e Ana Lúcia.

Pela disponibilidade, pelo debate, pelo compartilhamento de saber, de projeto, de sonhos, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Perci Coelho de Souza, que não mediu esforços para que neste fazer coletivo, novos diálogos pudessem ser construídos. Agradeço por me envolver em novas lutas populares, por me enriquecer com seu olhar e por dividir as mesmas bandeiras. Que a tarefa de educar nunca lhe seja tomada de assalto por conjunturas aviltantes. Que por coragem e sabedoria, saibamos ultrapassar as barreiras em nossas lutas e construir novas mediações para um futuro progressista.

Aos gentis membros da banca examinadora, Profa. Dra. Nair Heloisa Bicalho de Sousa e Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses, que com suas considerações e ponderações enriqueceram e promoveram um debate profícuo com esta pesquisadora e possibilitaram novas definições.

Sou grata ao meu namorado, Tércio Ribeiro Nolasco de Assis, que esteve presente em todos os momentos desta construção, suportando ausências, cansaços e silêncios... Que demonstrou que uma relação se ergue pelos pequenos momentos de cuidado, pelos pequenos

gestos... Quando se monta um *pack* com frutas para serem comidas no intervalo do estudo, quando se senta próximo para estudar ou ler uma revista em uma biblioteca apenas para se ter a companhia um do outro ou quando, mesmo não se tendo motivação para continuar, lembrava-me para manter o foco pois nós teremos “todo o tempo do mundo”. Nós somos a unidade dos diversos, obrigada por todo este amor!

Agradeço a meus amigos sem os quais e, utilizando-me de uma frase clichê, jamais teria chegado até aqui. Pelos diálogos, pelas risadas, pelos sustos, pelas consternações, pelo amor de todos, pelo ombro sempre disposto. São mais de dez anos de amizade que cultivo com muita alegria, boas conversas e ótimas reflexões. Obrigada por serem tão especiais: Marcos, Lia (tia Celina e a Paz) e Nathália (tia Cléu).

À turma do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília de 1º/2006 que neste ano completou dez anos que adentramos nesta formação que se torna diária como Assistentes Sociais. Agradeço a cada uma que na sua individualidade arrebatou todo um movimento de união, sabedoria e alegria. Que venham mais dez anos de convivência e de companheirismo. Desejo a todas meus mais sinceros votos de que sejam felizes em suas jornadas. Contem sempre com esta amiga que vos fala. Sigamos unidas na defesa dos direitos e em prol da justiça social.

À turma do curso de Pós-Graduação em Política Social de 1º/2014 por serem ingênuos combativos, tenros transloucados, gentis libertinos... A cada um que compôs esta formação com um ímpeto de dar voz a sua causa, de trazer à tona sua verdade, de desorganizar para organizar. Espero tê-los para sempre ao meu lado, amigos que quero poder nessas singelas palavras representativas do que são (somos), demonstrar meu apreço e carinho.

À Bidu, Bob, Gaia e em memória de Fred que mais do que animais de estimação, foram verdadeiros companheiros madrugadas à dentro.

À todos e todas que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada!

## RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo investigar o potencial político da Rede Social da Estrutural para a ampliação das políticas sociais. A pergunta de pesquisa que orienta este debate foi elaborada da seguinte forma: considerando uma fundamentação teórico-social crítica, quais seriam as evidências capazes de qualificar a Rede Social da Estrutural no cenário das políticas sociais locais? É possível verificar um potencial político dessa articulação no que tange a ampliação do acesso aos direitos sociais? Como resposta e hipótese a ser testada, entendemos que a Rede Social da Estrutural enquadra-se na categoria de Movimento Social Urbano – MSU proposto por Jean Lojkine perfazendo uma articulação que possui intensidade, extensão e desafio político, promovendo transformações nas relações sociais locais em prol da efetivação das políticas sociais e da ampliação da cidadania. A construção do percurso analítico desenvolveu-se pela exposição inicial de dois capítulos teóricos: o primeiro intitulado *Estado e Sociedade: fundamentos e perspectivas* e o segundo *Redes Sociais: limites e possibilidades de uma interpretação teórica na trilha dos movimentos sociais*, os quais buscaram saturar de mediações, à luz da teoria social crítica, a expressão “redes sociais” na medida em que esta pudesse alcançar o status de categoria analítica. O último capítulo denominado *Entrada no campo: a cidade Estrutural, a Rede Social da Estrutural e potencialidades políticas do movimento* traduz o esforço de condensação e reflexão da práxis filosófica a partir do arcabouço teórico exposto. Nas considerações finais, apresentamos as principais conclusões sobre o estudo desenvolvido e tecemos algumas considerações para a realização de pesquisas similares no futuro.

**Palavras-chaves:** Rede Social da Estrutural, rede social, Movimento Social Urbano – MSU, sociedade civil, Estado ampliado.



## ABSTRACT

This thesis aims to investigate the political potential of the Social Network of Estrutural for the expansion of social policies. The research question that guides this debate was prepared as follows: considering the approach of critical social theory, which would be the evidences capable of qualifying the Social Network of Estrutural in the local social policy scenario? Can we assign a political potential of this joint to expanding the access to social rights? In response and as a hypothesis to be tested, we understand that the Social Network of Estrutural can be understood as a species within the category of Urban Social Movement – USM proposed by Jean Lojkin indicating a joint that has intensity, extension and political challenge by promoting changes in local social relations in favor the effectiveness of social policies and the expansion of citizenship. The construction of the analytical course was developed by the initial exposure of two theoretical chapters: the first entitled *State and Society: fundamentals and prospects* and the second *Social Networks: limits and possibilities of a theoretical interpretation on the trail of social movements* that sought to saturate the mediations, in the light of critical social theory, the term "social network" to the extent that it could achieve the status of analytical category. The last chapter called *Entering the field: Structural city, the Social Network Structural and political potential of the movement* translates the effort of condensation and reflection of philosophy of praxis from the above theoretical framework. In the conclusion, we present the main findings of the study developed and weave some considerations for conducting similar research in the future.

**Keywords:** Social Network of Estrutural, social network, Urban Social Movement – USM, civil society, expanded State.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 – Quantitativo de participantes por reunião da Rede Social da Estrutural em 2015	80
Gráfico 02 – Divisão por gênero dos participantes da Rede Social da Estrutural.	81
Gráfico 03 – Divisão por classe dos participantes da Rede Social da Estrutural	81
Gráfico 04 – Divisão por Região Administrativa de residência dos participantes da Rede Social da Estrutural	82
Gráfico 05 – Divisão por raça dos participantes da Rede Social da Estrutural	84
Gráfico 06 – Ano em que o participante se inseriu na Rede Social da Estrutural	84
Mapa 01 – Regiões Administrativas do Distrito Federal	83
Quadro 01 – Matriz de categorias com base na teoria Lojkineana	52
Quadro 02 - Demonstrativo de atas das reuniões ordinárias da Rede Social da Estrutural	86
Quadro 03 – Síntese das exposições orais na Rede Social da Estrutural	110
Quadro 04 – Síntese das práticas desenvolvidas pela Rede Social da Estrutural	111
Quadro 05 – Descrição dos entrevistados	114

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

CAPSad – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

CAPSadi – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas Infantojuvenil

CAS/DF – Conselho de Assistência Social do Distrito Federal

CEAM – Centro Especializado de Atendimento à Mulher

CFDT - Confederação Francesa Democrática do Trabalho

CGT – Central Geral de Trabalhadores

CNRS - Centre National de la Recherche Scientifique

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CONSEG – Conselho de Segurança

COSE – Centro de Orientação Socioeducativa

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CRE – Coordenação Regional de Ensino

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CUFA – Central Única das Favelas

DEAM - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DP – Delegacia de Polícia

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ESCS - Escola Superior de Ciências da Saúde

EHESP - École des Hautes Études en Sciences Sociales

EPCL – Estrada Parque Ceilândia

EPIA – Estrada Parque Indústria e Abastecimento

GREPAV - Gerência Regional de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos

LA – Liberdade Assistida

MPDFT - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

MSU – Movimento Social Urbano

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NAFAVD - Núcleo de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica

NGPM - Núcleo de Gênero Pró-Mulher

NMS – Novos Movimentos Sociais

NTICs - Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PM – Polícia Militar

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

PT – Partido dos Trabalhadores

SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento

SECRIA – Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal

SEDESTMIDH – Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal

SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

SES - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

SGAS – Setor de Grandes Áreas Sul

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TIC's – Tecnologias da Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	15
1.1. Método e Procedimentos Metodológicos	20
<b>2. ESTADO E SOCIEDADE: FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS</b>	25
2.1. O conceito de sociedade civil em Gramsci	27
2.2. Estado: um debate a partir de Nicos Poulantzas e sua apreensão da teoria gramsciana e althusseriana.	36
<b>3. REDES SOCIAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA INTERPRETAÇÃO TEÓRICA NA TRILHA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS</b>	47
3.1. Sociologia da Ação: movimentos sociais enquanto ator coletivo	52
3.2. Movimento Social Urbano: a perspectiva neomarxista de Jean Lojkin	61
3.3. O Caminho mais fácil: o porquê da não adoção da categoria de “redes sociais”	77
<b>4. ENTRADA NO CAMPO: A CIDADE ESTRUTURAL, A REDE SOCIAL DA ESTRUTURAL E POTENCIALIDADES POLÍTICAS DO MOVIMENTO</b>	83
4.1. Uma análise histórica da formação da cidade Estrutural	84
4.2. Um retrato da Rede Social da Estrutural	87
4.3. A práxis da Rede Social da Estrutural	94
4.4. O elemento subjetivo da Rede Social da Estrutural	120
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	132
<b>REFERÊNCIAS</b>	137
<b>APÊNDICES</b>	142
<b>ANEXOS</b>	169

## 1. INTRODUÇÃO

A investida que se pretende com este trabalho é promover um debate acerca das possibilidades que se avolumam no horizonte para novas estratégias em busca de uma transformação que de fato altere esta sociedade. Isto não significa dizer que a intenção aqui seja de magicamente apontar os rumos nesta direção, porém de renovar esta discussão que há muito inquieta as Ciências Sociais. Consideramos também que os ataques contra paradigmas teóricos de modo a rechaçá-los ou mesmo negá-los enquanto possibilidade analítica para questões contemporâneas, reforça ainda mais a necessidade de pautarmos esta discussão, defendendo que se trata de uma disputa de hegemonia dentro das próprias Ciências e que, por conseguinte, reflete a luta maior de projetos societários por patrocínio da verdade.

Da mesma forma, é importante pontuar que enquanto debate, pode-se sim encontrar nós de aproximação entre as diversas teorias dentro de um mesmo campo social, sendo esta inclusive uma orientação de um dos grandes ideólogos do séc. XX que, ao tratar sobre os problemas da filosofia e da história, alega que

Na colocação dos problemas histórico-críticos, não se deve conceber a discussão científica como um processo judiciário, no qual há um réu e um promotor, que deve demonstrar por obrigação que o réu é culpado e digno de ser tirado de circulação. Na discussão científica, já que se supõe que o interesse seja a pesquisa da verdade e o progresso da ciência, demonstra ser mais ‘avançado’ quem se coloca do ponto de vista segundo o qual o adversário pode expressar uma exigência que deva ser incorporada, ainda que como momento subordinado, na sua própria construção (GRAMSCI, 1978:31).

O desafio, portanto, está em diferenciar os pontos convergentes e divergentes, produzindo uma análise crítica sem ecletismos. Apontar esta consideração é necessária neste espaço por considerar que a temática que se propõe a este trabalho sofreu críticas (e provavelmente continuará a sofrer) por ter sido considerada de domínio de teorias não afetas a perspectiva da teoria social crítica que será adotada aqui. Em outras palavras discutir a Rede Social da Estrutural foi alvo de julgamento desde o início desta empreitada tanto por aqueles que a vislumbravam como campo específico de determinada vertente teórica quanto por aqueles que não entreviam mediações possíveis a partir da teoria marxista.

Feita as devidas ponderações, importa de fato adentrarmos no objeto de estudo desta pesquisa, qual seja a Rede Social da Estrutural. A escolha do objeto de estudo em questão

deveu-se ao engajamento junto ao movimento desta pesquisadora em vista de sua atuação profissional enquanto Assistente Social da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude – SECRIA desenvolvendo a prática com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviço à Comunidade – PSC). A opção por estar compondo a Rede Social da Estrutural surgiu em 2011 quando se apercebeu que o trabalho isolado da equipe na unidade de atendimento àqueles adolescentes não produzia os resultados almejados para tal política pública<sup>1</sup>. Considerava-se pois necessária a interlocução com outros sujeitos para que a prática desenvolvida de fato conseguisse adquirir a máxima colocada de “reintegração” do jovem a sociedade<sup>2</sup>. Nesta perspectiva, o anseio pelo “pôr-se em movimento”, por adotar uma intervenção menos burocrática que ultrapassasse as antigas práticas profissionais baseadas no caso, grupo e comunidade, veio a conduzir esta aproximação junto a Rede Social da Estrutural que iniciava suas primeiras articulações naquele ano.

A Rede Social da Estrutural está baseada no território da cidade Estrutural que juntamente com o Setor de Comércio, Indústria e Abastecimento – SCIA compõem a Região Administrativa XXV instituída pela Lei nº 3.315 em 2004. Sua localização é à cerca de quinze quilômetros da área central de Brasília e conta hoje com mais de 35 mil habitantes no território urbano segundo a última Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – PDAD divulgada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan em 2014. A formação histórica da cidade remonta aos idos de 1970 quando após a transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília a necessidade de descarte de resíduos sólidos acabou por gerar no local o maior Lixão da América Latina, atraindo pessoas para o trabalho de catação de lixo e venda deste material para subsistência. É considerada a terceira Região

---

<sup>1</sup> O acompanhamento de adolescentes autores de ato infracional em virtude do sentenciamento ao cumprimento de medida socioeducativa está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069), normativa promulgada em 18 de julho de 1990, a qual estabelece um atendimento diferenciado a esta população em específico em face de prática de conduta análoga a crime ou contravenção penal, ambos previstos no Código Penal. Já em 18 de janeiro de 2012 é instituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) por meio da lei nº 12.594, o qual regulamenta a execução dessas medidas estabelecendo de vez parâmetros para a ação pública.

<sup>2</sup> O termo reintegração social está pautado na legislação que trata sobre a matéria, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), lei 12.594/2012, o qual versa em ser art. 1º, §2º, II que este é um dos objetivos da aplicação de medidas socioeducativas. Apesar de toda perspectiva funcionalista que carrega esta noção, orienta-se que o trabalho socioeducativo seja direcionado ao atendimento do adolescente infrator enquanto sujeito de direitos e refratário de uma sociabilidade que o pune pela sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento ao invés de acolhê-lo e orientá-lo.



Administrativa com maior índice de vulnerabilidade social do Distrito Federal de acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2011).

É neste recorte espacial que a Rede Social da Estrutural que, em princípio vamos chamar de articulação, realizou seu primeiro encontro em 20 de maio de 2011

com o intuito de aproximar os diversos órgãos e entidades que atuam na Estrutural. Nesse evento foram apresentados os serviços ofertados pelo CRAS, COSE e CREAS, dentro da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, focando principalmente nos direitos socioassistenciais, como forma de desmistificar a ótica da ajuda/favor emergencial, e na importância de articulação entre Políticas Públicas para efetivação da proteção integral. Na oportunidade do evento foi promovida uma das primeiras iniciativas de mapeamento das atividades e serviços disponibilizados na cidade Estrutural: a todos foi entregue uma ficha para preenchimento com indicações do nome da instituição, responsáveis, contatos e serviços oferecidos [HISTÓRICO DA REDE SOCIAL DA ESTRUTURAL, Anexo A).

Logo após este encontro esta articulação ficou cerca de um ano sem produzir novas interfaces. Já em 2012 uma nova reunião é agendada para 07 de fevereiro com a participação daqueles sujeitos e outros, que vinculados ao Estado ou a sociedade civil organizada, eram responsáveis pela execução de políticas públicas no território da cidade. Desde então a Rede Social da Estrutural mantém-se ativa na perspectiva dos seus sujeitos ainda estarem em movimento se articulando<sup>3</sup>.

A experiência das Redes Sociais locais no Distrito Federal remonta a organizações mais antigas do que a da Estrutural. A título de conhecimento, destaca-se que entre os próprios participantes das diversas Redes Sociais locais, há como referência a Rede Social de Ceilândia, uma articulação que apesar de não ser a mais antiga, possui o status de ser a maior em atuação no Distrito Federal. Sua fomentação se deu em 2008 “a partir da iniciativa do Serviço de Atendimento a Famílias em Situação de Violência - SERAV, da Secretaria Psicossocial Judiciária SEPSI-TJDFT, com a finalidade de promover ações para prevenir e enfrentar a violência/violação de direitos contra crianças, adolescentes, mulheres e homens” (Rede Social de Ceilândia, disponível em <<https://www.blogger.com/profile/17622131286884119944>>. Acesso em 22 de abril de 2016). Entre as ações promovidas por este movimento, destaca-se o “panelaço” em prol da implantação de um Centro de Apoio Psicossocial álcool e drogas – CAPSad em atendimento a política de saúde mental no ano 2009; a reunião com candidatos ao Governo do Distrito Federal com o objetivo de apresentar um termo de compromisso com as demandas e

---

<sup>3</sup> No quarto capítulo abordaremos em profundidade as reflexões sobre a cidade Estrutural e sobre a constituição da Rede Social local.

propostas colhidas através de questionários aplicados junto à população e também a partir das discussões realizadas nas próprias reuniões da Rede Social de Ceilândia em 2010; o evento “A Rede faz!”, encontro realizado com autoridades para reivindicação de cinco demandas urgentes da Ceilândia a serem priorizadas pelo Governo do Distrito Federal no ano de 2011; e o movimento pela não fechamento de equipamento do Sistema S com a realização de um abraço simbólico na Instituição já em 2012 (Rede Social de Ceilândia. In: Enredando Redes. Disponível em <<http://culturadigital.br/enredando/quem-faz/rede-social-de-ceilandia/>>. Acesso em 22 de abril de 2016).

Avalia-se que apesar das diversas práticas desenvolvidas – preliminarmente e com base em informações oriundas do I Encontro de Redes Sociais do Distrito Federal ocorrido em 2013 e que mais a frente será apresentado em profundidade, conta-se um total de dezoito redes locais – não há registros de um estudo que tenha sido feito sobre um desses movimentos a partir da hipótese que verificaremos aqui e que será problematizada em tempo oportuno. Ainda assim é importante ponderar que a temática da intervenção em rede e políticas públicas já vem sendo debatida em larga escala nas Ciências Sociais e, portanto não pode ser negligenciado quando do debate que se propõe este estudo. Pereira e Teixeira (2013) fazem uma boa reflexão sobre como a proposta do trabalho em rede veio a surgir a partir da década de 1970 do século passado. Referenciando o debate no contexto da globalização – o que por nós já cria algumas ressalvas, posto que a análise parece se filiar a teorias que obscurecem o fato de o processo em curso ser na verdade mais uma fase do sistema capitalista, que já possuía caráter globalizante, e que, portanto, o que se observa é de fato uma reestruturação deste modo de produção a partir de pressupostos de flexibilização das relações – as autoras apontam que “o trabalho em redes surgiu como uma proposta de intervenção capaz de forjar uma nova abordagem no enfrentamento das demandas da população, baseada na troca de saberes e práticas entre o Estado, as empresas privadas e a sociedade civil organizada” (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013:115).

As autoras dialogam que os processos de articulação em rede teriam surgido inicialmente no interior das empresas privadas como uma resposta ao cenário econômico que se firmou com a queda do padrão monetário internacional nos anos de 1970, devido a decisão norte-americana de desvinculação de sua moeda do padrão ouro, e com os choques do petróleo em 1973 e 1979, que produziram graves consequências sobre o comércio de bens e serviços e acabaram por desestabilizar os fluxos do sistema financeiro mundial. Por outro lado, as transformações ocorridas no interior das empresas afetaram também os processos de trabalho como um todo, convergindo em direção à flexibilização das relações entre patrão e

empregado e ao desmonte de boa parte da proteção social definida nos direitos trabalhistas. Paralelamente e na construção ideológica de uma concepção que fundamentasse este processo, o apelo ao recuo do Estado especialmente no campo social começa a ser gestado, devendo este se resumir a função de garantidor da livre circulação de mercado inclusive na gestão das demandas sociais. O trabalho em rede no interior das empresas, portanto, surge como parte de uma estratégia que busca reduzir custos e compartilhar recursos e informações no desenvolvimento de ações destinadas ao atendimento dessas mesmas demandas. Pereira e Teixeira destacam que a transposição desta lógica de rede para o interior do Estado segue a linha de retomada de sua legitimidade como interventor na sociedade e no mercado em busca de eficácia das ações estatais recorrendo a descentralização política-administrativa. Destaca-se ainda que, no cenário nacional, outro elemento importante para o desenvolvimento do trabalho em rede apresentado pelas autoras seria a democratização política (ibidem).

Ponderamos que a análise das autoras traz importantes reflexões sobre a gestão pública em rede e possui notoriedade ao agregar diversos autores que debatem esta temática, porém articulamos que a reflexão sobre a prática da intervenção em rede somente a partir dos fenômenos da descentralização administrativa do Estado e do processo de democratização acaba por reduzi-la a sua funcionalidade de mantenedora das bases estruturais do sistema capitalista. Esse estudo pretende transpor esta perspectiva, avaliando que para além de um imperativo do cenário atual, as redes sociais locais têm a potencialidade de se tornarem verdadeiros movimentos sociais de reivindicação e transformação social em suas bases territoriais, sendo dotadas de força social e projeto político para tal objetivo. É a partir desta premissa, inclusive, que se estruturou a seguinte pergunta de pesquisa que norteou todo este estudo, qual seja: Considerando uma fundamentação teórico-social crítica, quais seriam as evidências capazes de qualificar a Rede Social da Estrutural no cenário das políticas sociais locais? É possível verificar um potencial político dessa articulação no que tange a ampliação do acesso aos direitos sociais? Como resposta e hipótese a ser testada, entendemos que a Rede Social da Estrutural enquadra-se na categoria de Movimento Social Urbano – MSU proposto por Jean Lojkin perfazendo uma articulação que possui intensidade, extensão e desafio político, promovendo transformações nas relações sociais locais em prol da efetivação das políticas sociais e da ampliação da cidadania.

O objetivo geral deste trabalho foi investigar o potencial político da Rede Social da Estrutural para a ampliação das políticas sociais. Deste objetivo maior desdobraram-se quatro objetivos específicos. Primeiramente, construir uma matriz de categorias teóricas numa perspectiva da teoria social crítica adequada ao objeto da pesquisa, realizando uma revisão de

literatura a partir dos marcos da relação entre movimentos sociais, Estado e Sociedade. Em segundo lugar, objetivou-se mapear e dialogar junto à Rede Social da Estrutural o processo de suas construções históricas desde o surgimento até sua constituição atual. Como terceiro objetivo, firmou-se analisar as ações implementadas pela Rede Social da Estrutural a partir da definição de seu desafio político e do alcance da eficácia societal desta articulação. Por fim, examinar de que forma mecanismos de controle social democrático são levados a cabo na implementação da Rede Social da Estrutural constituiu-se o quarto objetivo.

### **1.1. Método e Procedimentos Metodológicos**

Estabelecido os parâmetros que orientam este estudo importa dialogar qual o percurso metodológico adotado para alcance dos objetivos propostos. Nesta perspectiva, este estudo buscou validar sua análise a partir do enfoque do método dialético marxista, o qual considera que o “como fazer” está atrelado a concepção de mundo do sujeito que busca fazê-lo. A partir disto algumas ponderações precisam ser feitas. Primeiramente, importa cientificar que a escolha teórico-metodológica desta pesquisadora se caracteriza por uma opção política, pois considera que as recentes investidas contra esta abordagem intentam desqualificá-la no meio científico tratando de construir uma aparente homogenia, e não hegemonia, entre seus pares. Em segundo lugar, compreende-se que uma pretensa neutralidade do sujeito em relação ao objeto se torna uma falácia, mas que a objetividade é sim um paradigma possível pois, com base na teoria marxista, qualquer verdade científica é comprovável pela prática social ou pela ciência maior, qual seja, a História (Netto, 2009). Como terceiro ponto, há que se destacar que o método da teoria social crítica compreende que a investigação de um objeto de pesquisa é a busca do sujeito por apreender sua essência para além de sua aparência fenomênica no real e para tal fim a definição de um percurso nesta direção não somente é desejável, como indispensável. Ainda como última prudência a ser destacada, pontua-se que as técnicas que traduzem este caminho metodológico não podem ser compreendidas como de uso exclusivo de uma ou outra abordagem teórica e que, portanto, é esta perspectiva que indicará quais os instrumentais são mais adequados para compreensão do objeto de estudo.

Comparativamente a outras teorias, avalia-se que o achado maior da teoria marxista dá-se pelo desvelamento da relação intrínseca entre ciência e ideologia (Löwy, 1991). O marxismo defende um recorte de classe no fazer ciência. A prática científica não está desassociada do quem faz e para quem faz, isto é, o sujeito que se empreende no exercício de pensar o movimento do real, fazendo-o de maneira conscienciosa ou não, está imbricado do

movimento ideológico de seu tempo e responde a este de forma a legitimá-lo ou a censurá-lo. Isto posto, a análise do objeto de pesquisa que será apresentada a seguir entende como necessária a compreensão de que esta não está decolada de seu tempo e que como singularidade dentro de uma universalidade maior compõem uma totalidade complexa e contraditória mediada de relações cujas suas determinações é o papel desta pesquisadora desvendar.

Aclarando as escolhas metodológicas deste estudo, entende-se que a análise que se fará sobre as Redes Sociais no Distrito Federal terá como fundo os processos históricos de constituição dos espaços de articulação entre Estado e sociedade civil, compreendendo que este fenômeno se insere ainda numa perspectiva mais ampliada da democracia burguesa a qual em sua essência é parte da reprodução do modo de produção capitalista. Ainda assim esta constatação deve ser traduzida como ponto de partida da análise mas não o seu fim, ainda que o seja efetivamente. Em outras palavras e seguindo as apreensões do método dialético marxista, somente a partir do movimento do concreto para o pensamento é que se alcança o processo de síntese em que se constrói as determinações mais simples, mas a verificação destas determinações deve ser feita novamente no plano físico para que assim se propicie uma totalidade de determinações e relações (Netto, 2009).

O percurso metodológico deve ser construído de maneira que melhor viabilize a apreensão do objeto, porém longe de ser uma escolha neutra é em si uma escolha ideológica. Traduzir as determinações do objeto de maneira fidedigna ao real impõe certos deveres de abstração ao sujeito que se aproxima de tal. É importante destacar que a análise que se fará neste trabalho sobre a Rede Social da Estrutural – e aqui já destacando uma das motivações para que este estudo se vincule em sua hipótese a um autor em específico, o qual aborda em seu livro *O Estado Capitalista e a Questão Urbana* (LOJKINE,1997) uma importante consideração sobre a validade do método dialético-histórico para seu objeto de pesquisa, qual seja a questão urbana, e que tomaremos aqui emprestado – entende que uma análise que se proponha a confrontação direta com o objeto sem recorrer primeiramente aos determinantes gerais abstratos incorre em erro no sentido de acabar por produzir uma representação caótica baseada em categorias errôneas muito mais fruto da aparência do objeto do que de fato de sua essência. Neste sentido que as categorias que orientam o método da teoria social crítica serão inexoravelmente categorias que também orientarão esta pesquisa: totalidade, contradição e mediação

Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma

totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. [...] Mas a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica – seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. [...] Uma questão crucial reside em descobrir as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa. Tais relações nunca são diretas; elas são mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade. Sem os sistemas de mediações (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade indiferenciada – e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como “unidade do diverso” (NETTO, 2009:17-18).

Entendemos que buscar na totalidade concreta um elemento e desvendar suas múltiplas determinações dentro desta totalidade menor, compreender a contradição em sua processualidade e as mediações possíveis se constitui o dever primordial do pesquisador. Para a concretude deste dever, inicialmente e também ao longo de todo o processo de escrita foi realizada uma revisão de literatura nos campos de estudo relacionados a Estado e sociedade e aos movimentos sociais, para que então fossem elencadas categorias de análise que conduziram a elaboração dos instrumentais de coleta de dados. O resultado desta fase será apresentado nos dois próximos capítulos desta dissertação intitulados, respectivamente de *Estado e Sociedade: fundamentos e perspectivas*; e *Redes Sociais: limites e possibilidades de uma interpretação teórica na trilha dos movimentos sociais*. O objetivo destes dois capítulos foi saturar, encharcar de novas determinações o conceito redes sociais de forma a viabilizar uma original forma de apreensão que pudesse elevá-lo ao *status* de categoria.

Partindo para a explanação dos procedimentos de coleta de dados para o alcance dos objetivos propostos para este estudo, destacamos que foram desenvolvidos quatro procedimentos de angariamento de material que não ocorreram de forma etapista, pois se considera que a partir do momento de entrada no campo, o pesquisador já está coletando dados, em outras palavras, como informa Sampiere (2013), a “amostragem, coleta e análise são atividades quase paralelas” (p.416). Isto posto, o processo de coleta de dados foi realizado a partir do desenvolvimento da observação participante, da análise documental, da aplicação de questionário e da realização de entrevistas.

A observação tem por propósito o conhecimento do campo em profundidade e exige do pesquisador um papel ativo de reflexão constante, detalhamento dos acontecimentos, eventos e interações. A partir da observação é possível compreender processos, identificar problemas e gerar hipóteses para futuros estudos (SAMPIERE, 2013). Entende-se como

participante a observação, pois é considerada “a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo” (GIL, 1989:108). A observação participante possui a vantagem de possibilitar o acesso a informações por vezes de domínio privado na comunidade ou grupo analisado (ibidem). Para fins deste estudo, a consecução deste procedimento se deu por meio da participação em três reuniões ordinárias da Rede Social da Estrutural ocorridas em 18 de setembro, 17 de novembro e 08 de dezembro de 2015. Ao longo destas participações, foram coletadas algumas informações sobre a organização das reuniões da Rede Social da Estrutural e desta própria articulação, impressões de alguns sujeitos, definição de alguns possíveis participantes para fase de entrevistas.

Ao longo das três participações nas reuniões ordinárias do coletivo, foram aplicados questionários (Apêndice B), em um total de 41, com todos os participantes daqueles encontros. O objetivo desta coleta de dados foi traçar um perfil dos indivíduos ali presentes a partir dos seguintes aspectos: ano em que ingressou na Rede Social da Estrutural, gênero, raça/cor, Região Administrativa de residência e classe. O questionário como técnica de pesquisa possui a vantagem de ser autoaplicável e a possibilidade de atingir um número maior de indivíduos comparativamente a realização de entrevistas. Da mesma forma, como desvantagem, apresenta o fato de não garantir que as pessoas o preencham corretamente, o que significa uma considerável diminuição da representatividade da amostra (ibidem).

Concomitantemente, foi realizada a análise documental de todas as atas das reuniões da Rede Social da Estrutural disponíveis no grupo de e-mails – ferramenta utilizada pelo coletivo para pautar discussões, dar informes, convidar os membros para as reuniões, entre outros. Ao total foram elaboradas 27 fichas catalográficas correspondente ao período de novembro de 2012 a dezembro de 2015. Consta que no recorte temporal em questão nem todas as atas foram divulgadas, não sendo de conhecimento desta pesquisadora se foram ou não elaboradas. No ano de 2012 somente as atas de novembro e de dezembro estavam disponíveis. Em 2013, as atas de janeiro, abril, maio, junho, julho, agosto e setembro estão disponíveis. No ano seguinte, as atas analisadas corresponderam aos meses março, abril, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. No ano de 2015, janeiro, fevereiro, março, abril, julho, agosto, setembro, novembro e dezembro tiveram suas atas catalogadas. A importância de realização deste procedimento dá-se na medida em que proporciona a construção de um inventário histórico das discussões produzidas pelo grupo, averigua as práticas desenvolvidas e define sujeitos que tiveram papel significativo para mobilização da Rede Social da Estrutural.

A técnica de entrevista foi realizada com oito sujeitos, sendo que duas foram descartadas pois se constituíram em testes para validação do roteiro (Apêndice C). As entrevistas válidas foram realizadas no período de 25 de fevereiro a 07 de abril do corrente ano. Estas foram gravadas e transcritas e encontram-se na seção de Apêndices desta dissertação da letra D a I. Enquanto técnica de coleta de dados, Duarte (2004) destaca que as entrevistas são fundamentais quando se objetiva mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais próprios, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. De acordo com a autora ainda, se forem bem conduzidas, estas permitirão ao pesquisador fazer uma análise em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos apreende e significa sua realidade e levantando informações relevantes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações estabelecidas no interior daquele grupo, o que, em geral, se torna mais árduo de se obter com outros instrumentos de coleta de dados (ibidem).

Vale salientar que os preceitos da ética em pesquisa foram observados e a todos que participaram deste estudo foi solicitado que assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A), o qual estipula um acordo entre pesquisador e sujeitos de pesquisa, definindo direitos e deveres de ambos. Como principal cuidado, foi garantido aos sujeitos de pesquisa o anonimato e a liberdade de deixarem de participar do estudo assim que o desejassem.

A análise de todo este conteúdo está contido no terceiro e último capítulo desta dissertação intitulado *Entrada no campo: a cidade Estrutural, a Rede Social da Estrutural e potencialidades políticas do movimento*. Ao final, a conclusão deste trabalho pretenderá abarcar algumas perspectivas para a Rede Social da Estrutural retomando algumas reflexões e tencionando algumas problemáticas que surgiram no percurso deste estudo. Salientamos que a seção de Anexos apresenta uma vasta série de materiais produzidos pela Rede Social da Estrutural e que podem servir de consulta ou mesmo elementos que subsidiem novas análises.

Esperamos que ao final da leitura, o interlocutor encontre elementos suficientes para compreender o fenômeno da Rede Social da Estrutural. Almejamos ainda que este estudo possa servir de referência para análises de articulações similares e que a proposta aqui apresentada possa ser replicada. Para a Rede Social da Estrutural, que este venha a ser um material que instrumentalize a continuação e ampliação desta articulação.



## 2. ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS

Este capítulo tem por objetivo realizar uma necessária reflexão do debate clássico sobre Estado e sociedade de forma instrumentalizar a abordagem que se pretende fazer sobre o objeto de estudo em questão. Vislumbra-se que a condução do leitor a esta discussão criará fundamentos para construção de um fio condutor a reflexão sobre a categoria de movimentos sociais que será levada a cabo no capítulo seguinte. Ponderamos, inicialmente, que conduzir um debate sobre Estado e sociedade civil nos tempos em que vivemos reflete um desafio de mais alta importância e necessidade. E isto porque não somente vemos mudanças em seus contornos, mas também as relações estabelecidas entre eles acirraram os processos de suas próprias (con)formações. Vale salientar que a discussão que será proposta aqui tem por delimitação a modernidade como prisma da reflexão, isto é, uma análise sobre Estado e sociedade a partir da construção das sociedades burguesas iniciadas no século XVII. Definimos que o raciocínio que será apresentado buscará compreender Estado e sociedade de forma ampliada – sentido que daremos profundidade no decorrer da análise – mas que enseja alinhavar em primeira instância que não se tratará de abordar Estado e sociedade como esferas apartadas e, portanto, o que leitor encontrará serão reflexões sobre a imbricada relação entre estes.

Feita esta consideração inicial, é preciso articular que não tomaremos Estado e sociedade aqui a partir de uma pretensa teoria geral que buscaria significá-los, estudá-los, longe da perspectiva processual e relacional em que se inserem. E mesmo que pareça um tanto cristalino a motivação para tal constatação, renovamos a fala aqui: este trabalho se afeiçoa a matriz teórico-metodológica do materialismo histórico dialético, o qual possui na história, na base material histórica da sociedade os fundamentos para compreensão dos fenômenos que nela são desenvolvidos. Ora, a história por si só compreende e empreende o necessário compromisso do estudioso com o caráter processual das relações que se estabelecem em determinado período histórico que, longe de serem perpétuas, possuem o germe das transformações futuras. Neste ponto, dialogamos com Poulantzas (2005), o qual ao abordar as incoerências na determinação do quem vem a ser o Estado, afirma que

En este punto concreto hay que hacer frente con firmeza a todas las críticas, de buena o mala fe, que reprochan al marxismo sus pretendidas carencias al nivel de una teoría general de la política y del poder. Uno de los méritos, justamente, del marxismo, es haber dado de lado – en éste como en otros

casos – a las grandes ojeadas metafísicas de la llamada filosofía política, a las vagas y brumosas teorizaciones generales y abstractas que pretenden revelar los grandes secretos de la Historia, de la Política, del Estado y del Poder. [...] Los problemas reales son suficientemente graves y complejos como que para puedan resolverse mediante generalizaciones ultrasimplificadoras y grandilocuentes, que nunca han logrado explicar lo más mínimo (p.17-18).

Isto posto, destacamos que o debate que será realizado aqui sobre o Estado e a sociedade possui um marcado histórico no âmbito do modo de produção capitalista sem cairmos em uma visão economicista tão cara a abordagem marxista que em certas versões buscou derivar a complexidade do real a um mero reflexo da base econômica. Diante deste ponto cabe destacar que é a compressão própria do caráter mutável do sistema capitalista que dá sustentação a perspectiva que se leva a cabo neste estudo sobre a análise da Rede Social da Estrutural enquanto “espécie” de movimento social urbano capaz de trazer novas nuances na construção do homem coletivo transformador da história destacado em Gramsci (1978).

Bom, e o que pode ser compreendido sobre Estado e sociedade civil no modo de produção capitalista? Ou melhor, e tomando aqui emprestado as questões que também atinem a Poulantzas (2005), por que a burguesia recorreu a este Estado para fins de dominação, este Estado nacional-popular, este Estado representativo moderno com suas instituições, e não outras formas? Aqui nossa primeira delimitação precisa ser feita: a derivação do Estado a partir da sociedade. Mas esta afirmação acaba por escamotear a complexidade deste fenômeno. O tratamento do Estado a partir da sociedade não se constituiu enquanto paradigma único, mas de fato traduziu um movimento dialético do próprio pensamento científico e ainda hoje está em disputa. Para compreendermos afundo está relação, é necessário primeiramente emprendermos um esforço de reflexão sobre um conceito-chave o de sociedade civil. Neste primeiro subcapítulo abordaremos esta análise tendo como pano de fundo as reflexões do italiano Antônio Gramsci.

## **2.1. O conceito de sociedade civil em Gramsci**

Antônio Gramsci foi um teórico e um político marxista que nasceu em 1891 em Cerdeña (Itália) e morreu em 1937 durante o cárcere a qual foi mantido por ser um dos principais ideólogos da época. Vinculado ao movimento operário e revolucionário já desde

muito jovem, participou da fundação do Partido Comunista da Itália. Quando fora preso, era uma das principais figuras deste partido e também possuía notável projeção na Internacional Comunista. Fruto deste período em que ficou recluso, sua principal obra *Cadernos do Cárcere* representa um total de 2.848 páginas de reflexões do autor escritas em 33 cadernos. Uma leitura árdua, transpõe em suas linhas a análise do seu objeto de estudo maior: “los mecanismos de conformación y consolidación de la dominación, y la estrategia a seguir por la revolución para poder subvertirlos” (ACANDA, 2002:229). A principal façanha atribuída ao autor é a ressignificação do que vem a ser Estado, dentro da tradição marxista, conformado nas noções de sociedade política, sociedade civil, hegemonia e guerra de posições (ibidem).

A problemática posta a Gramsci reflete as impressões de sua contemporaneidade marcada i) pela não assimilação da revolução comunista como resposta a uma crise de governabilidade e social que se alastrava na Europa Ocidental em inícios do século XX, ii) pela total subversão deste ideário consumado alguns poucos anos mais tarde pela ascensão do fascismo na Itália, iii) pela insatisfação com perspectivas teóricas de caráter economicista dentro do próprio movimento revolucionário que apontava como inevitável a derrocada do capitalismo por meio da identificação entre crise econômica e crise política<sup>4</sup>, o que ao fim não se produziu e ainda permitiu a escalada do fascismo como uma nova possibilidade de recuperação deste sistema. Daí que o interesse pela discussão do que Gramsci chamou de filosofia da práxis, que seria esta mesma o próprio sinônimo do marxismo, se empreende na busca de construir relações entre o elemento objetivo e o subjetivo, de estabelecer que a história é uma arena da atividade consciente, da vontade prática, a intervenção subjetiva e a iniciativa política. Em outras palavras, o que o autor se propõe a determinar é que há de fato uma relativa autonomia do fator político em relação a economia. A categoria de sociedade civil, portanto, condensa esta iniciativa do italiano em demonstrar a dinamicidade da vida política e as possibilidades que se abrem neste campo (ibidem).

---

<sup>4</sup> Poulantzas (2005) faz uma boa reflexão sobre esta tentativa de relacionar crises políticas, econômicas e crise do Estado capitalista. Assimila o autor que a redução de uma a outra nunca é possível de maneira que o Estado capitalista foi feito de maneira a poder absorver as crises políticas que isto signifique um colapso deste tipo de Estado. Pondera o autor ao discorrer sobre o que denominou de “estatismo autoritário” – termo utilizado para designar tendência geral de acumulação por parte do Estado das esferas da vida econômico-social articulada à queda de instituições democráticas restrições às chamadas liberdades formais – que esta é uma reposta a acentuação dos elementos genéricos de crises, os quais constituem uma fenda estrutural e permanente da fase atual. E que portando refletem tanto uma forma deste Estado capitalista se reinventar para manutenção do sistema como um todo como também apresenta novas possibilidades à esquerda de construir transições democráticas ao socialismo.

Pereira (2009), dialoga que a o Estado e a sociedade na atualidade constroem a chamada esfera pública que, de acordo com a autora, representam os nexos entre público e privado desenvolvidos a partir de um processo histórico específico de formação burguesa nos séculos XVII e XVIII. É importante destacar que é neste período histórico inclusive que a separação entre o que se constitui público e aquilo que é privado se estabelece. A relevância desta definição se dá pela necessidade de retomarmos na história a própria formação do conceito de sociedade civil. Acanda (2002) ao apresentar este histórico informa que a definição de sociedade civil surge no âmago da própria constituição do pensamento liberal. Da necessidade de estabelecer limites a figura do monarca déspota, a constituição de uma esfera privada independente da ação do Estado se define no pensamento liberal a partir de três elementos essenciais: a razão, o indivíduo e a sociedade civil – a razão instrumental estabelecida nas leis de funcionamento do mercado, o indivíduo como proprietário e a sociedade civil como espaço de organização destes indivíduos proprietários. Dito de outra forma, o conceito de sociedade civil nasce do intento de se construir uma nova perspectiva ideológica que desse fundamentação a classe emergente burguesa. À Locke, Hobbes e Kant é atribuída a ordem de precursores do debate sobre a sociedade civil que longe de ser apenas um conceitos político, exprime, também uma concepção antropológica e ética do indivíduo.

Cinco perspectivas do pensamento liberal para constituição do que vem a ser sociedade civil podem ser definidas assim: a Soteriologia protestante (o estudo da salvação do homem) encabeçada por João Calvino, o contratualismo de Jonh Locke e Hobbes, a Ilustração Escocesa, a concepção de David Hume e a perspectiva kantiana. A primeira perspectiva trouxe como elemento importante o estabelecimento no homem, e não no divino, a responsabilidade pela busca da salvação, isto é, no âmbito das relações que se estabelece com o outro (relações sociais), construídas a partir da atividade produtiva, que o homem poderia alcançar tal anseio (ibidem).

Estabelecida a centralidade no homem, da razão como fio condutor das relações, cabia agora ao contratualismo definir a perspectiva moral que conduziria estas relações. A sociedade civil, neste tomo, define-se em seu contraponto com o chamado estado de natureza. Um ponto relevante nesta teoria é a explicação do surgimento do Estado como resultante de um pacto social entre os homens para garantir seus modos de vida, sua propriedade, a paz e a proteção por meio do “império da lei”. A civilidade, a sociedade civil, portanto, se delimita na formação de um Estado que garantisse essa organização. Vale salientar que isto não significa uma oposição entre sociedade civil e o Estado, pelo contrário, traduz-se uma relação

imbricada em que o compromisso de observar as normas contratuais define as relações políticas entre os homens (ibidem).

A interpretação da Ilustração Escocesa sobre a sociedade civil desenvolve-se na associação entre as paixões humanas e seus interesses, considerando o homem dotado de uma razão que seria o principal componente de seus sentimentos naturais e que o levariam a adotar um comportamento em busca de uma sociedade baseada no amor. A crítica de David Hume a esta perspectiva compreende que se estabelece na Ilustração Escocesa um frágil equilíbrio entre razão e moral. A razão volta a estar no centro na definição de uma sociedade bem organizada, civilizada, onde a distinção entre justiça e virtude se estabelece entre uma esfera pública baseada no interesse próprio desta e uma esfera privada da moralidade. O incremento de Hume para compreensão do tecido social está na intenção de expressar um vínculo entre essas duas esferas com uma relação de unidade e interpenetração (ibidem).

Por fim, Kant representou a unificação entre liberdade (de mercado) e justiça. Embasado em princípios econômicos, Kant constrói sua teoria de maneira a delimitar que é somente a partir da participação dos cidadãos na atividade política, na obrigação dos homens de chegar a uma forma de organização da sociedade, que se pode alcançar a liberdade plena. Mas para Kant, a atividade na esfera pública estava destinada aos cidadãos “ativos” aqueles que de alguma forma conseguiram alçar uma garantia econômica de sua autonomia, isto é, a sociedade civil em Kant é de fato a sociedade burguesa. O espaço público em Kant é aquele definido pelo direito, pelo jurídico, enquanto que a esfera privada abarca o aspecto ético, porém não fica claro no autor as conexões que essas duas camadas estabelecem da vida social (ibidem).

Expostos os primórdios da discussão sobre sociedade civil, não podemos também deixar de elucidar outro referencial ao qual Gramsci também se balizou para construir uma teoria com sua identidade: o próprio Marx. A discussão marxiana sobre a sociedade civil desenvolve-se a partir da identificação desta com infraestrutura da totalidade da sociedade. Em outras palavras e em oposição às explicações místicas precedentes, que baseavam suas teorias em aspectos da moralidade do homem, Marx radica que é na defesa da base material, isto é, econômica produzida pela própria sociedade civil que se determina, que se empreende a constituição de um edifício jurídico e político denominado Estado. A subversão marxiana da relação entre sociedade civil e Estado – isto porque, como vimos até aqui, o Estado é que parece delimitar, gerar a sociedade civil – acaba por estabelecer que a absorção do segundo

pelo primeiro não suspende o impulso do homem em buscar seus interesses particulares em prol de uma causa coletiva, mas em verdade, põe este desejo na cena do dia por meio da exacerbação do egoísmo do indivíduo na concreção da força pelo império da violência organizada sob a égide do Estado. Infraestrutura (sociedade civil) e superestrutura (Estado) cristalizam a totalidade da sociedade sobre uma base material que determina todo o processo social, político e intelectual da vida em geral incrustado naquelas instâncias.

A definição marxiana sobre esta relação entre sociedade e Estado, acaba por consubstanciar aquilo que se denominou de definição “restrita” do Estado, pois como já observado, estes espaços estavam em níveis diferentes da sociedade como um todo. O *Manifesto Comunista* de 1848, apesar de não ter o objetivo de fazer uma larga teorização sobre o Estado, dialoga que este ente é o próprio “comitê executivo da burguesia” direcionado a gerir os negócios dessas classes e de impor limites às demais classes, leia-se, os trabalhadores. O Estado em Marx, portanto, é o Estado da classe dominante impermeável aos interesses das classes populares e instrumentalizado pela coerção como único recurso de poder. Vale salientar que a compreensão do cenário histórico em que fora escrita a obra de Marx e de seu companheiro Engels nos leva concluir que essa apreensão restrita do Estado estava alicerçada na própria realidade, já que àquela época, de fato, os Estados capitalistas em sua maioria se expressavam por meio de regimes autoritários ou mesmo despóticos e eram a representação fiel da burguesia, atuando de forma excludente e coercitiva (COUTINHO, 1997).

Para além de Marx, outro autor importante para compreensão da teoria do Estado ampliado em Gramsci é o próprio Lenin. Em seu livro *Estado e Revolução* escrito em 1917, no auge da Revolução Russa, o autor, que também bebe da fonte marxiana, acaba por corroborar a mesma perspectiva restrita do Estado de seu mentor e isto porque o Estado czarista que Lenin se empenha em combater era notadamente uma arma de dominação nas mãos das classes dominantes, sendo uma clara ditadura autocrática. A perspectiva leninista acaba por generalizar a toda forma de Estado capitalista as determinações ali encontradas, considerando esta a única forma verdadeira de abordagem marxista deste ente (ibidem).

Ainda que diversas transformações no cenário histórico tenham sido vislumbrados entre 1848 e 1917, considera-se que as análises marxistas sobre sociedade e Estado aqui apresentadas se mantiveram fiéis à realidade de seu tempo e de seus territórios – isto porque estavam localizados na Europa Oriental. Contudo, as modificações no mundo capitalista

ocidental neste mesmo período e que vieram a acentuar-se no século XX trazem uma nova perspectiva a ser considerada quando das análises a partir de então. A pressão das lutas dos trabalhadores pela incorporação de seus interesses em formas de direitos de cidadania – conceito que trataremos brevemente adiante – política e social ressignifica o Estado atribuindo-lhe novas características. Com isso o Estado “restrito” que exercia seu poder de forma atomizada e despolitizada vai sucumbindo paulatinamente. A figura da sociedade ganha nova dimensão, multiplicando os polos de representação e organização de interesses, notadamente contrários àqueles que vinham sendo representados pelo Estado. Esta nova qualidade deste espaço acaba por definir o que Gramsci denominou de “sociedade civil” (ibidem).

O salto qualitativo de Gramsci na teoria marxista é, a partir do dimensionamento dessas modificações – considerando que a escritura da sua obra prima, os *Cadernos do Cárcere*, se deram de 1926 e 1937 no interior de uma prisão localizada na Itália e, portanto, na Europa Ocidental – propor em sua análise a transposição da esfera da infraestrutura para da superestrutura a sociedade civil, tornando-a “portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito” (COUTINHO, 2007:121), deixando claro que, diferentemente de algumas interpretações, isto não consiste uma quebra com a tradição marxista a que se filia o autor, pois ainda se mantém o entendimento por parte do autor o princípio básico do materialismo histórico o qual estabelece que a produção e reprodução da base material e das relações sociais globais são processos imbricados e constituintes da ontologia primária da história. O que se estabelece com o italiano é que onde a sociedade civil é mais forte a determinação ou melhor dizendo esta conexão entre base material e superestrutura é ainda mais complexa.

O percurso teórico pelo qual Gramsci defende esta perspectiva se alinha a maneira como o apelo a sociedade civil deixou de ser por parte das classes dominantes a defesa de sua ideologia. Traduzindo, com a ascensão ao poder pelas classes burguesas constitui-se uma nova racionalidade que não mais intentava na busca da limitação do poder do Estado a afirmação da sociedade civil como espaço de associativismo de indivíduos “ativos”. O Estado, ao invés de inimigo, torna-se agora um garantidor das relações sociais estabelecidas após as revoluções burguesas do século XIX, estipulando também a limitação da atuação daqueles grupos que por acaso tentassem usurpá-las, leia-se as classes trabalhadoras, que a partir daquelas mesmas lutas instauradas no período histórico indicado, passam a constituir-se como sujeitos históricos e a representarem um fator contrastante no âmbito da sociedade civil.

Ao invés do reino da paz estabelecido neste espaço, a sociedade civil passa a ter em seu seio a conflitualidade entre grupos diversos, um conflito de classes (ACANDA, 2002).

Da pauta da sociedade civil pela da cidadania, a ideologia liberal-burguesa tenta impor limites a escalada dessas novas classes ao tecido social, o que de fato apesar de recompor o padrão de dominação das classes dominantes, acabou também por conduzir a um processo de politização das classes subalternas. A complexificação da sociedade acaba também levando a cabo a complexificação do Estado que passa a abarcar demandas anteriormente restritas ao âmbito do privado. De fronteiras a zonas de intersecção entre público e privado, a constituição dessas novas relações reestabelecem a dominação das classes burguesas a partir de uma expansão molecular do Estado, a qual resistiu inclusive às crises que se sucederam a Primeira Guerra Mundial demonstrando sua solidez histórica (ibidem).

O debate sobre a definição do que vem a ser cidadania, apesar de não se constituir nosso ponto de análise neste tomo, apresenta uma perspectiva importante nestes novos contornos firmados entre sociedade civil e Estado a partir da ascensão das classes operárias e por si próprio confunde-se com a história mesma de afirmação do conceito de cidadania. Dialoga Coutinho (1997) que cidadania

É a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. [...] A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando em processo histórico de longa duração (p.148).

A noção de cidadania, relata o autor, na modernidade está diretamente associada à ideia de direitos, em um primeiro momento, direitos individuais ou civis. Aqui retoma-se o discurso do pensador Locke que afirma a existência de direitos naturais que deveriam ser resguardados pelo Estado como reflexo do contrato firmado pela sociedade civil, sendo o direito natural básico, o direito a propriedade. Como vimos anteriormente, o contratualismo de Locke revelou-se um dos pilares da ideologia burguesa, sendo a delimitação do direito natural uma das categorias-chaves. A derivação do respeito aos direitos ditos naturais ensejará a afirmação dos direitos civis como mecanismo de limitação do poder do Estado, no sentido de serem exercidos contra este e no âmbito do privado (ibidem).



A crítica marxista a esta perspectiva vai de encontro justamente a definição burguesa de sociedade civil no sentido de que os cidadãos, a partir desta definição de direitos, são os homens proprietários da classe burguesa. Isto posto, a abordagem que Marx faz é que a delimitação dos direitos civis são insuficientes para a efetivação da cidadania plena também chamada por ele de “emancipação humana”<sup>5</sup>. Na esteira da cidadania plena, além dos direitos civis, uma nova ordem de direitos se constitui, segundo o autor clássico sobre o debate da cidadania e retomado por Coutinho, T. H. Marshall, como necessários: os direitos políticos. O já citado filósofo Kant aqui tem uma representatividade no sentido de definir que o exercício do voto estava circunscrito àqueles considerados independentes ou, melhor dizendo, “ativos” na sociedade, isto é, os proprietários<sup>6</sup>. A constituição do direito universal ao sufrágio foi uma luta que se completou na Europa somente no século XX, sendo fundamental compreender que “a generalização dos direitos políticos, até mesmo nesse nível do sufrágio, é resultado da luta da classe trabalhadora” (ibidem, p. 153) e isto porque foram a partir de amplos movimentos sociais, promoção de greves gerais, que o *status* de votantes foi alcançado. É no campo dos direitos políticos que a vazão àquilo que Acanda (2002) denominou de “politização das classes subalternas” ganha um tônus especial pois além do direito de voto, outra importante conquista foi o direito a organização e a formação de sindicatos, dos partidos de massa.

Um terceiro nível de direitos de cidadania são aqueles denominados por Marshall como direitos sociais e qualificados como aqueles que permitem ao cidadão “uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade” (COUTINHO, 1997:155). Por muito tempo a negação dos direitos sociais foi a fórmula encontrada pelas classes burguesas para defenderem seus privilégios sob o pretexto de que tais direitos estimulariam a preguiça e iriam de encontro ao direito natural ou individual à propriedade materializada nas leis do mercado, além de impedirem a libertação do homem de uma tutela estatal ora autoritária, ora paternalista. Fato é que a análise de Coutinho (1997) a partir da obra do próprio Marx sobre os direitos sociais, especialmente sobre as legislações trabalhistas que começavam a tomar forma em sua época, leva-o a concluir que o alemão entende que “tudo o que limita o mercado em nome de um direito social universal (ou, se preferirmos, da

---

<sup>5</sup> Este conceito será retomado no capítulo seguinte, quando abordaremos em profundidade o extrato de *A questão judaica* no qual Marx faz referência a emancipação humana e seu contraponto a emancipação política.

<sup>6</sup> A exclusão de outros grupos sociais se daria pela sua subordinação e, portanto, não independência destes: as mulheres por dependerem de seus pais e maridos e os trabalhadores assalariados por dependerem de seus patrões (COUTINHO, 1997).

justiça social) é uma vitória da economia política do trabalho, isto é, de uma outra lógica de regulação social” (p. 157). A ampliação da cidadania transmutada especialmente no aprimoramento dos direitos sociais é significativo na imposição de limites a lógica do capital e conduz a outro patamar das relações de forças consubstanciadas na sociedade civil e, portanto, no Estado.

Feitas as devidas considerações sobre a constituição deste paralelo da sociedade civil que é a própria cidadania, retomamos aqui o fio condutor do debate a partir da obra gramsciana e a necessária reinserção de sua problemática central e já apresentada no início deste subcapítulo, qual seja, como conduzir, sobre este cenário, a transição ao socialismo? Coutinho, ao final do trabalho que utilizamos aqui para analisar a definição de cidadania, dialoga que a “radicalização da democracia” seria a saída para tal desafio. Duramente criticado por seus pares por abertamente subsumir o elemento do estopim revolucionário e acreditar que o alcance de uma nova sociabilidade se dará a partir de um longo processo de reformas, o autor se apoia no conceito de “guerra de posição” em Gramsci para dialogar sobre sua estratégia de luta, chegando inclusive a defini-la como “reformismo revolucionário” (ibidem). Mas vamos examinar a fundo este conceito de “guerra de posição” em Gramsci para podermos compreender melhor qual a perspectiva do italiano quanto a esta transição ao socialismo.

Em *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Gramsci aborda quatro tipos de lutas políticas e armadas: guerra de movimento, a guerra de posição, a guerra subterrânea e de certa forma também aponta o arditismo<sup>7</sup> como uma quarta possibilidade. Interessa-nos pois discutir a relação que se estabelece entre guerra de movimento e guerra de posição. Afirma o autor que a luta empreendida até aquele momento pelo movimento operário estava alinhavada em uma estratégia do tipo guerra de movimento, sendo seu símbolo maior as greves. O que Gramsci propõe é que essas estratégias sejam equilibradas – e não transpostas, já que isso seria a própria eliminação do elemento revolucionário do movimento – com as táticas das guerras de posição que “não são determinadas apenas pelas lutas de trincheiras, mas por todo um dispositivo organizativo e industrial que suporta o exército combatente” (GRAMSCI, 1984:72). E mais, afirma o autor que no campo da ciência política

[...] as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras da guerra moderna. Da mesma forma que ocorria na guerra, quando um

---

<sup>7</sup> O arditismo se materializa na condução de grupos de assalto (arditi) como estratégia de guerra.

nutrido fogo artilharia parecia ter destruído todo o sistema defensivo do adversário, mas na realidade, só o atingira na sua superfície externa, e no momento do ataque os assaltantes defrontavam-se com uma linha defensiva ainda mais eficiente, assim ocorre na política durante as crises econômicas; nem as tropas atacantes, em virtude da crise, organizaram-se rapidamente no tempo e no espaço nem muito menos adquirem um espírito agressivo; reciprocamente, os atacados não se desmoralizam, nem abandonam as defesas, mesmo entre ruínas, nem perdem a confiança na sua força e no futuro (ibidem, p.73).

A guerra de posição, portanto, em Gramsci está alinhavado ainda a outro conceito importante em sua teoria o de revolução passiva. Analisando de forma breve, tal conceito deduz-se de dois princípios fundamentais: primeiramente nenhuma formação social sucumbe enquanto as forças produtivas que nela alçaram voo encontrarem lugar para um ulterior movimento progressista; em segundo lugar, a sociedade não assume compromissos em uma luta para cuja ainda não tenham surgido as condições necessárias. Isto significa dizer que a guerra de posição defendida por Gramsci está alicerçada na perspectiva da construção dessas condições necessárias, no debilitamento desta formação social enquanto resposta para movimentos revolucionários. Insta frisar que a ideia de uma revolução passiva é rechaçada pelo autor por considerá-la de caráter reformista e que de fato não procura ultrapassar as linhas de manutenção desta sociabilidade (ibidem). Aqui encontramos a justificativa para a qual a estratégia para o movimento dos trabalhadores de transição ao socialismo proposta por Coutinho acaba por significar uma quebra com a tradição que este autor afirma se afeiçoar, já que Gramsci não elimina a possibilidade de uma *Grand Soir*<sup>8</sup>, mas apenas dialoga que este movimento deve estar alicerçado antes na construção de um cenário favorável para sua realização.

Daí que outro elemento importante e já de certa forma fora citado anteriormente para a compreensão da teoria gramsciana para transformação desta sociedade é o conceito de hegemonia. Afirmava o autor que a persistência da burguesia enquanto classe dominante estava baseada na capacidade não somente de dominação estrito senso, mas também na possibilidade de construção de uma hegemonia, na combinação da força e do consenso para manutenção desta formação social, sendo a sociedade civil o espaço por excelência para divulgação desta ideologia e fomento desta hegemonia. Cabe dizer que é no desenvolvimento da imbricada relação entre base material, ou para alguns autores, da infraestrutura e a superestrutura, na noção de bloco histórico construída por Gramsci que ensejam as

---

<sup>8</sup> Expressão cunhada para designar o estopim revolucionário podendo ser traduzida como “Grande noite”.

possibilidades de formação de uma nova sociabilidade, entendendo que como um conjunto dinâmico e cheio de contradições a disputa por um novo direcionamento político deve ser o primeiro objetivo do movimento revolucionário. Dialoga Acanda (2002) a partir da obra do italiano que “El asalto al poder no empieza cuando se atacan sus centros detentadores de violencia, sino cuando se incita a cuestionar normas y valores, a romper con la ‘clausura de sentido’ que legitima su existencia” (p. 249). E podemos dizer que é especialmente no âmbito da sociedade civil que esta luta começa.

No próximo subcapítulo daremos dimensão especial a uma categoria central para concepção gramsciana na construção do caminho rumo a uma nova sociabilidade: hegemonia. Abordamos até aqui o conceito de sociedade civil, seu paralelo, a cidadania e por fim a estratégia da guerra de posição. É a partir destes elementos que conduziremos a discussão a seguir, colocando em disputa a perspectiva estruturalista althusseriana de “aparelhos ideológicos do Estado” e a abordagem de Gramsci sobre os “aparelhos privados de hegemonia”. O fio condutor do debate será balizado em Nicos Poulantzas, filósofo grego, que se afeiçoou inicialmente a perspectiva de Althusser mas acabou por fazer uma crítica ao autor tendo por inspiração novas determinações. Foi fecundo em debater uma teoria do Estado capitalista desenvolvendo a perspectiva marxista sobre este ente.

## **2.2. Estado: um debate a partir de Nicos Poulantzas e sua apreensão da teoria gramsciana e althusseriana.**

Antes de adentrarmos ou continuarmos com o nosso debate sobre Estado e sociedade a partir da construção de uma hegemonia, há que se referendar a escolha de Nicos Poulantzas para mediar esta discussão. Como já explicitado, o autor de origem grega, iniciou sua trajetória intelectual nos idos de 1960 quando exilado na França finalizou o mestrado e um doutoramento na Sorbonne. Nesta época, o autor se aproxima da revista *Le Temps Moderne* encabeçada por Jan Paul Sartre, um dos maiores filósofos de sua época e responsável por tentar realizar uma aproximação entre marxismo e existencialismo. Sartre inclusive será uma das primeiras influências do próprio Poulantzas (MOTTA, 2010). A apreensão de Gramsci por Poulantzas se dará em uma fase transitória do seu pensamento quando o autor também começa a se aproximar de Althusser. Identificado com o marxismo estruturalista deste

francês, de fato, ao final de sua carreira, Poulantzas fará duras críticas a perspectiva althusseriana, distanciando-se da abordagem do Estado como um conjunto de aparelhos autônomos e acima da sociedade (tratamento dado por Althusser a este ente) e corroborando que o Estado é uma condensação de relações de forças entre as classes sociais. Analisemos em profundidade esta trajetória para compreendermos as relações estabelecidas aqui.

A incorporação de Gramsci pelo autor grego se deu pelo seu interesse mais geral pelo marxismo italiano, inclusos a epistemologia da Escola de Della Volpe e as análises sobre a sociedade civil. Conforme já apontado, tratava-se de um período de transição, no qual Poulantzas se movia a partir de uma perspectiva existencial-marxista sartreana sobre a lei e a filosofia do direito para uma análise estrutural marxista sob o prisma do político nas formações sociais capitalistas, um período no qual o autor escreveu tanto sobre o estruturalismo marxista de Althusser como também sobre a noção em Gramsci de hegemonia. De acordo com Jessop (2009), durante esse período transitório,

Althusser forneceu-lhe os meios *filosóficos* para quebrar com o “sobreontologismo” do existencialismo de Sartre, e, assim, ultrapassar uma explicação humanista e historicista do Estado capitalista; enquanto Gramsci, por outro lado, forneceu-lhe os conceitos *substantivos* que lhe permitiram situar suas ideias sobre a lei e o Estado num contexto mais amplo das sociedades capitalistas (p.105).

Há que se considerar que Poulantzas fazia algumas ressalvas sobre o mérito do trabalho de Gramsci, pois considerava que o italiano era frequentemente visto na Itália e na França como um marxista ocidental que punha ênfase na luta de classes em detrimento das circunstâncias materiais e limitações estruturais. Esta crítica tomada emprestada das mãos do próprio Althusser leva Poulantzas a considerar que as análises políticas de Gramsci eram frequentemente prejudicadas pelo historicismo e deviam ser usadas com parcimônia. Assim, embora elogiasse suas contribuições para a análise da hegemonia, Poulantzas buscou se distanciar do historicismo dando ênfase às fundações estruturais do poder de classe e as diferentes modalidades e disjunções nos meandros da luta de classes (ibidem).

Sobre este primeiro contato com a obra gramsciana, Poulantzas interessou-se por sua abordagem da ideologia e da hegemonia como exercício de direcionamento político, intelectual e moral. Poulantzas tenciona que a liderança hegemônica era o elemento central que definia o poder de classe nas sociedades capitalistas avançadas, que, na sua perspectiva, tinha sua base econômica num individualismo possessivo e, politicamente, na cidadania individual em um Estado nacional. O filósofo também corrobora a análise gramsciana do papel crucial do Estado (entendido em termos gerais) na mediação e na organização da

hegemonia do denominado bloco no poder, assim como na limitação da organização das classes trabalhadoras. A forma como estas ideias foram abraçadas por Poulantzas seguiram diferentes formas ao longo de sua trajetória intelectual, ora se aproximando do marxismo estrutural althusseriano, ora quando faz uma radical mudança em sua interpretação do Estado capitalista (ibidem).

Em suas “Observações preliminares”, Poulantzas empregou Gramsci para criticar a abordagem instrumental-voluntarista do marxismo ortodoxo. Afirma o autor que enquanto as relações capitalistas de produção delimitam um tipo de Estado e políticas diferentes daqueles característicos de sociedades anteriores, é o papel histórico da hegemonia como princípio organizador do Estado capitalista que determina suas formas e funções específicas. A organização do modo de produção econômica em termos geração de mais-valia e de trocas mediadas pelo mercado permite um modo distinto de dominação política de classe que não se restringe a um monopólio formal do poder político. Enquanto os Estados pré-capitalistas eram baseados no princípio monárquico ou no direito divino como nexos de suas relações o que acabava por excluir as classes exploradas da efetiva participação na esfera política e a necessária imposição da força para ratificar os interesses econômicos privados imediatos da classe dominante, o Estado capitalista, em tempos normais, é compatível com um certo tipo de exercício do poder popular, podendo inclusive delegar a responsabilidade secular do Estado ao seu povo por meio sufrágio universal, como cidadão formalmente livres e iguais. Dialoga Jessop (2009, p. 107) que

O Estado burguês “hegemônico” deve, portanto, garantir (pelo menos de maneira formal e abstrata) o interesse universal e geral de todos os seus cidadãos como condição de sua legitimidade. Ele faz isso pela mediação entre os interesses “privados” que competem entre si e seu interesse geral e “público”. O embate político está orientado para o controle dessa instância universalizante e requer que a classe dominante apresente seus interesses específicos como aqueles da nação como um todo. Assim, a política é constituída como o campo da hegemonia nacional-popular mais do que de confronto de classes.

Consideramos que apesar destas últimas palavras ensejarem uma primeira análise de afastamento de Poulantzas ou pelo menos de sua interpretação por parte de Jessop da tradição marxista, isto é, de um certo deslocamento da categoria luta de classes essencial para compreensão desta matriz teórica, entendemos que o que está em xeque aqui é que a perspectiva de que a hegemonia é um mecanismo muito mais eficaz de dominação do que o confronto aberto e mediado pela força. Esta aliás é uma das ideias desenvolvidas por Poulantzas à luz da teoria gramsciana e que por conseguinte servirá de base para a crítica a proposta de Althusser. Prossigamos com a análise.

A perspectiva de Poulantzas a partir de Gramsci indica que o Estado moderno não pode servir de modo inequívoco aos interesses econômicos imediatos das classes dominantes, sendo necessário recorrer a um aparelho unitário e autônomo para organizar a hegemonia, capaz de dar vazão a imposição de alguns sacrifícios econômicos de curto prazo para as classes dominantes a fim de assegurar sua dominação política de longo prazo. O papel dos intelectuais neste sentido é crucial para determinação desta prerrogativa pois garantem o estabelecimento de que as relações sociais no modo de produção capitalista sejam de consentimento sustentadas, caso necessário, pelo apelo à violência imperiosa da lei, sendo esta uma verdade que se aplica não somente às relações políticas entre a classe dominante e a dominada, mas também para aquelas circunscritas ao próprio seio das frações da classe dominante. A unificação dos interesses diversos consubstancia-se num bloco no poder (*Block an der Macht*) por meio da hegemonia de uma fração específica do capital. O Estado capitalista acaba por desempenhar um papel central na organização desse bloco e na garantia do consentimento ativo das classes subalternas (JESSOP, 2009).

A centralidade gramsciana na teoria de Poulantzas sobre o Estado antecede a adoção de certas posições do marxismo estruturalista inspiradas em uma releitura de Althusser a partir dos textos econômicos, políticos e filosóficos de Marx, Lenin e Gramsci. Ainda assim é preciso destacar que a aproximação de Poulantzas a Althusser levou o primeiro a rejeitar dois temas de sua problemática inicial gramsciana: primeiramente, numa mudança que, em verdade, acabou por aproximá-lo do próprio posicionamento de Gramsci, rejeitando sua distinção anterior entre a “sociedade civil” e o Estado como base de uma teorização da distinção entre interesses particulares e universais; em segundo lugar e central, Poulantzas se tornou de certa forma cético em respeito ao conceito de Gramsci de hegemonia devido a uma suposição sua de contaminação da teoria do italiano pelo historicismo e procurando purificá-lo ao se focar na especificidade histórica do modo de produção capitalista e suas distintas formas de Estado. Estas marcações inclusive estão bem claras no livro *Poder Político e Classe Social* (1968) (íbidem).

A partir de uma primeira teorização do Estado que o equipara a um instrumento de unificação e impedor do isolamento a que as classes sociais estavam fadadas em vista de uma dissociação entre econômico e político, Poulantzas acaba por se reaproximar de Gramsci ao tentar compreender como se dá esta coesão e unidade para indicar como uma determinada forma de Estado, o Estado capitalista, reproduz a dominação de classe. Verifica-se, segundo a teoria grego que o Estado capitalista executa duas funções complementares, porém

contrastantes: i) a de impedir que organizações políticas das classes dominadas que possam dar fim a seu isolamento econômico e/ou a sua fragmentação social se estabeleçam, permitindo que elas lutem de forma unida; e ii) a de agir sobre as classes ou frações de classe dominantes de maneira a anular seu isolamento econômico e assegurar a unidade do bloco no poder e, conseqüente hegemonia sobre as classes dominadas. Essas funções seriam organizadas sob a liderança de uma classe específica, que consegue apresentar seus interesses políticos como aqueles de todo a nação. Esse processo, no entanto, envolve uma negociação de interesses contínua e conflituosa num “equilíbrio instável de forças” (citando Gramsci) e requer concessões materiais reais, porém limitada, aos interesses “econômico-corporativos” das classes subordinadas. As concessões efetuadas para manter a coesão social numa sociedade marcada pela luta de classes também ajudam a desorganizar as classes subalternas e a reforçar a aparência de que o Estado democrático promove o interesse geral. O poder estatal, portanto, deve ser compreendido em termos relacionais, isto é, alicerçado em um equilíbrio instável entre forças de classe mais e não no monopólio de uma única classe (ibidem).

Até aqui, observamos que a teoria de Poulantzas oscila entre uma perspectiva mais alinhavada a obra gramsciana, ora mais próxima do trabalho de Althusser. O próprio autor chegou a se auto intitular como seguidor de Gramsci, mas esta apreensão não foi realizada como perspectiva única em seus trabalhos e Poulantzas chegou a trabalhar em uma mesma obra com ambas abordagens: a histórica do italiano e a estruturalista do francês, mas usualmente tendeu a primeira opção. Sigamos analisando sua obra.

Consta que o primeiro grande esforço teórico de Poulantzas acerca do Estado foi elaborado antes que Althusser tivesse introduzido os conceitos de Aparelhos Repressivos e Aparelhos Ideológicos de Estado (ARE e AIE). O grego se referiu a estes conceitos pela primeira vez em 1969 no ensaio *O problema do Estado capitalista* e, a partir de então, passou a integrá-los em sua própria teoria do Estado. Poulantzas, em concordância com Althusser, define os AIEs nos termos da inculcação e a transmissão ideológica, partícipes do sistema estatal, já que auxiliam a manter a coesão social (considerada uma função primária do Estado) e porque sua realização depende do apoio indireto dos AREs. Também aponta, como Althusser, que os AIEs são dotados de certo grau de autonomia maior entre si e em relação aos AREs do que no interior das diferentes ramificações destes últimos em que a autonomia é relativamente menor. As modificações importantes que ocorrem no Estado afetam o conjunto dos aparelhos, tanto no interior de cada um quanto nas relações estabelecidas entre eles. Desta



forma, uma transição a uma sociabilidade ulterior deve prever não somente a dissolução dos AREs, mas de fato e preponderantemente uma transformação dos AIEs (JESSOP, 2009).

A crítica de Poulantzas sobre a apreensão oferecida por Althusser dos aparelhos de Estado fundamenta-se em um distanciamento desta perspectiva da determinação das lutas classes: não há que se falar em ideologia longe do contexto das classes sociais e, portanto, a crítica grega a abordagem de Althusser especialmente sobre os AIEs qualifica-a como abstrata e formal. Poulantzas aponta que o francês derivou a “unidade” dos AIEs de sua suposta permeabilidade em relação à ideologia dominante produzida pela classe que detém o poder do Estado. Ora, o caráter artificial desta equação se dá no sentido de igualar ideologia dominante com os “mecanismos da ideologia em geral”. Por consequência, o abandono de uma das principais categorias do método marxista, a contradição, por parte de Althusser acaba por subsumir as divergências ideológicas intensas no interior dos AIEs que nascem da luta entre os “porta-vozes ideológicos” de classes distintas e ignorar os deslocamentos em potencial no poder do Estado entre os AREs e os AIEs. Poulantzas também sugere que Althusser não pode estabelecer a autonomia relativa dos AIEs – seja entre eles, seja em relação aos AREs – e sugere ele próprio que tal autonomia se funda diretamente na luta de classes ideológica que atravessa esses aparelhos (ibidem).

Poulantzas também destaca que quando a classe trabalhadora não é capaz de conquistar os AIEs e os AREs, permite que a burguesia se reconstitua como classe dominante por meio dos AIEs. De modo mais amplo, Poulantzas argumenta que os AIEs constituem frequentemente em espaço privilegiado de frações e classes não hegemônicas, podendo constituir não apenas os últimos vestígios de poder para frações e classes em declínio, mas também as primeiras oportunidades de avanço para frações e classes ascendentes. Por fim, o autor nota que as lutas das massas populares traz repercussões para os AIEs e exercem uma influência marcante sobre aqueles que – como sindicatos e partidos “social-democratas” – buscam a integração das massas. Em resumo, levando em conta a luta de classes e a resultante do jogo do poder de classe criado entre os AREs e os AIEs, Poulantzas considera que não se pode postular, como fez Althusser, um mecanismo de ideologia em geral para explicar a operação dos AIEs, nem assumir que os aparelhos de Estado operam de modo unificado. Esta é a perspectiva apresentada em seu último livro denominado *Estado, Poder e Socialismo* (1978). Há de se destacar, no entanto, que apesar das críticas a obra althusseriana, neste último trabalho do grego também nota-se um certo afastamento da teoria gramsciana e uma

aproximação a Foucault e suas análises sobre poder que nas mãos de Poulantzas serão aplicadas ao fenômeno do Estado (ibidem).

Como viemos construindo até aqui, a partir do debate iniciado no tópico anterior sobre a sociedade civil em Gramsci, é que esta discussão acaba por conduzir, assim como naqueles que empreenderam essa discussão anteriormente, a uma inquestionável necessidade de teorização sobre o Estado. Neste segundo subcapítulo, buscamos dar ênfase a uma abordagem necessária sobre esta temática a partir de um notável representante da tradição marxista e sua apreensão da tradição gramsciana e de seus opositores. Poulantzas pode ser considerado uma referência quando da tentativa de balizamento de uma concepção ampliada do Estado a partir de Gramsci conduzida por meio do conceito de hegemonia que abordamos nestes últimos parágrafos. Busquemos agora enriquecer este debate a partir da incorporação de um novo autor que dará continuidade nesta discussão sobre hegemonia em contraponto a perspectiva althusseriana dos AIEs.

Coutinho (2007), ao analisar o trabalho do italiano, expõe que a noção de “aparelhos privados de hegemonia” ou de sociedade civil representada pelos organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente e que não se caracterizam pelo uso da repressão, isto é, a politização da política (um pouco deste processo que discursamos anteriormente), vai conduzir a ampliação da definição de Estado. Mas em que sentido se dá esta ampliação? Alega o autor, analisando a obra de Marx e Engels, que os precursores da teoria social crítica desnudaram o caráter classista do Estado, desmistificando uma aparente neutralidade e superioridade deste ente sobre a sociedade. O papel do trabalho destes autores foi exatamente romper com a tradição do pensamento liberal, especialmente aquela cristalizada na obra de Friedrich Hegel<sup>9</sup>, que outorgavam uma aparente prioridade do Estado sobre a sociedade civil por ser aquele o reino da racionalidade.

A gênese do Estado reside na divisão da sociedade em classes, razão por que ele só existe *quando e enquanto* existir essa divisão (que decorre, por sua

---

<sup>9</sup> Hegel foi um filósofo alemão do século XVIII, idealista, para o qual Economia e a dialética constituíam a fundamentação da história. Em sua análise, a “sociedade civil” (que abarca as relações econômicas localizadas fora da estrutura jurídica e política do Estado) é um espaço de egoísmo desenfreado onde há uma incitação a competição do homem contra homem, é, portanto, um âmbito “não-ético”. Contudo, o homem enquanto ser racional aceita a ordem do Estado, um ente universal oposto aos interesses egoístas que circundam a sociedade civil. O Estado, então, está apartado da vida dos indivíduos e impõe uma lógica sobre sujeitos particulares. A subordinação do indivíduo aos ideais de participação social encarnados no Estado se torna a força motriz de todo desenvolvimento social.

vez, das relações sociais de produção); e a *função* do Estado é precisamente a de conservar e reproduzir tal divisão, garantindo assim que os interesses comuns de uma classe particular se imponham como o interesse geral da sociedade. Marx, Engels e Lenin examinaram também a *estrutura* do Estado: indicaram na repressão – no monopólio legal e/ou de fato da coerção e da violência – o modo principal através do qual o Estado em geral (e, como tal, também o Estado capitalista liberal) faz valer essa sua natureza de classe. Em suma: os ‘clássicos’, tendencialmente, identificam o Estado – a máquina estatal – com o conjunto dos *aparelhos repressivos* (COUTINHO, 2007:124, grifos do autor).

Partindo desta perspectiva, a ampliação do conceito de Estado proposto por Gramsci se dá na elevação deste ente, que vinha sendo compreendido, na análise do autor, como “sociedade política”, isto é, identificado como ditadura ou aparelho coercitivo destinado a adequar as massas a um tipo de produção, a um patamar que este seja de fato compreendido como o “*equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil*” (GRAMSCI, 1947, apud. COUTINHO, 2007:127). O Estado em sentido amplo, portanto, comporta duas esferas principais: a sociedade política, denominado por Gramsci também como “Estado em sentido estrito” ou “Estado-coerção”, que seria este espaço formado pelo conjunto dos mecanismos através dos quais as classes dominantes exercem o monopólio legal da repressão sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil, caracterizada pelo conjunto das organizações responsáveis pela difusão ideológica do sistema, compreendendo aí a escola, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (mídia), etc. (ibidem).

Coutinho (2007) destaca que desta abordagem do Estado se depreende duas problemáticas que são importantes para a compreensão do trabalho de Gramsci. Primeiramente, que o exercício da função do Estado enquanto mantenedor e conservador de uma determinada base econômica se exerce de diferentes formas nos dois âmbitos de sua constituição: no caso da sociedade civil, a hegemonia construída por meio do consenso, do direcionamento político cristaliza a busca das classes dominantes em ganhar aliados dentro da próprias classes dominadas; no espaço da sociedade política a dominação se dá por meio da coerção, sendo esta a perspectiva que recebeu maior atenção de seus predecessores dentro da tradição marxista. Seguindo para a segunda problemática, depreende-se que para a realização objetiva do Estado em cada âmbito constitui-se uma “*materialidade (social-institucional) própria*” (p. 128). Traduzindo, enquanto que na sociedade política, os aparelhos repressivos do Estado são esses portadores materiais, no caso da sociedade civil, são os chamados aparelhos privados de hegemonia que exercem a função de criação de consenso neste âmbito. Eis aí inclusive um dos achados da teoria gramsciana ao apontar que a necessidade de

dominação, de construção de um consentimento ativo para com o sistema criou e/ou renovou determinadas objetivações ou instituições, que alçaram a prerrogativa de funcionar como portadores materiais específicos das relações sociais de condução da hegemonia.

Parece um tanto repetitiva as definições apresentadas acima por Gramsci e em parte já dissecadas anteriormente quando da análise da obra de Poulantzas, mas fato é que recorrer ao clássico para instrumentalizar a discussão aqui proposta neste subcapítulo é essencial para compreendermos a disputa que se enseja com outros autores. Coutinho (2007), retomando a trajetória do pensamento gramsciano acerca da constituição de sua teoria do Estado ampliado, informa que o questionamento sobre a originalidade da obra de Gramsci foi posto em xeque pelo marxista francês Althusser em sua obra intitulada *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado* (1976). Em um trabalho publicado dois anos mais tarde, Althusser destaca que, a seu ver

Gramsci obscurece mais que ilumina [a questão] quando retoma a velha distinção burguesa entre sociedade política e sociedade civil, [porque] se funda na distinção jurídica corrente (burguesa) entre ‘público’ e ‘privado’. (...) É do ponto de vista da burguesia que há distinção entre ‘sociedade política’ e ‘sociedade civil’ (ALTHUSSER apud. COUTINHO, 2007:132).

Na perspectiva althusseriana, o Estado sempre foi ampliado e que, portanto, tratar sobre esta ampliação como um fato recente é um equívoco. A crítica que Coutinho (2007) faz a esta interpretação está alinhavada a três aspectos: i) deformações sobre a reflexão gramsciana, lhe retirando o traço de originalidade; ii) a incompreensão da especificidade da esfera ideológica no capitalismo tardio; e iii) perda da dimensão histórica da questão proposta por Gramsci. Indo mais afundo nesta crítica, o autor pondera que no Estado capitalista a ampliação de seu aparato se dá na medida da desvinculação entre aquilo que se coloca da esfera pública e da esfera privada. Em outras palavras, quando se trata das formações pré-capitalistas vislumbra-se que as instituições responsáveis pela difusão ideológica e o Estado-coerção não estavam dissociadas formalmente, pelo contrário, construía de maneira uma sem autonomia de uma para com a outra. Com as revoluções democrático-burguesas, há uma ruptura desta lógica, uma espécie de laicização do Estado em que os instrumentos ideológicos passam a ser do domínio “privado” em relação àquilo que é de cunho “público”. A imposição de uma religião, de uma cultura não se dá de cima para baixo coercitivamente, mas passa por uma disputa ideológica no seio da sociedade civil.

Neste sentido, o achado gramsciano está na perspectiva de compreender que com a ascensão ao poder da burguesia, os antigos “aparelhos ideológicos do Estado” (uma crítica e

ao mesmo tempo uma constatação de Coutinho) como a igreja e o próprio sistema escolar, bem como os novos “aparelhos hegemônicos”, consubstanciados nos partidos, sindicatos e jornais de opinião, ganham o *status* de “privado”. Nesta perspectiva, abre-se uma possibilidade, que seria negada por Althusser, de se construir uma disputa ideológica e, portanto, por hegemonia no interior destes aparelhos o que incrementaria uma alternativa de tomada do poder pelas classes subalternas antes mesmo da conquista do Estado em estrito senso. Aquela inclusive seria uma das principais condições para a própria conquista do poder (ibidem).

As concepções distintas dos dois autores acabam por necessariamente gerar uma inflexão no plano da política, das estratégias de luta das classes trabalhadoras. Para Althusser, a consideração dos organismos da sociedade civil enquanto parte integrante do Estado em sentido restrito, acaba por propor no percurso da conquista do poder uma separação, uma apartação do partido operário em relação ao Estado, isto é, a luta deve ser travada *fora do Estado*. Althusser afirma que o partido operário jamais deve ser o “partido do governo”. Neste sentido, o francês afasta-se completamente da estratégia gramsciana já apontada anteriormente por nós da “guerra de posições”, aquela em que uma longa batalha pela hegemonia e pelo consenso no interior da sociedade civil ou do Estado em sentido ampliado deve ser travada antes da tomada do poder. Em outras palavras, a abordagem althusseriana leva à ideia de “um choque frontal com Estado” ao passo que a teoria de Gramsci fundamenta-se em uma crescente ocupação dos espaços, do Estado ampliado (ibidem).

Após este longo debate sobre as abordagens acerca do Estado capitalista e as estratégias de construção de um caminho para sua transição ao socialismo, chegamos a algumas conclusões a partir da teoria gramsciana sobre o Estado ampliado. Primeiramente, este ente é dotado de uma base material que o determina, mas que por si só não desvenda todas suas determinações. O Estado não se realiza somente no âmbito da reprodução das relações sociais, mas na noção de formação de um bloco entre produção e reprodução social. É insuficiente a equiparação do Estado enquanto “comitê da burguesia”, apesar de compreendermos aqui a importância que esta identidade produziu em sua época, na medida em que superou a aparência do reino da racionalidade que se construía até ali. O Estado capitalista do século XX é marcadamente um espaço de disputa de hegemonia, de direcionamento político, sendo esta que deve ser a principal estratégia do movimento revolucionário para a transposição a uma nova sociabilidade. Esta disputa se dá no âmbito da

materialidade institucional dos aparelhos privados de hegemonia, isto é, em toda organização social, inclusive e especialmente no campo dos movimentos sociais.

Neste sentido, qualquer movimento que se pretenda tomar o poder deve necessariamente fazer antes uma disputa deste Estado ampliado e, portanto, não pode estar “de costas” para ele. A compreensão de que os movimentos sociais constituem parte importante na condução de um novo direcionamento político não pode estar de fora da nossa análise. Abordaremos no capítulo seguinte como algumas teorias dos movimentos sociais abordam esta relação dos organismos da sociedade civil no interior do Estado ampliado. Convidamos o leitor a fazer este percurso conosco e aprofundarmos nas categorias que servirão de sustentação para compreensão do objeto de análise desta pesquisa.

### 3. REDES SOCIAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA INTERPRETAÇÃO TEÓRICA NA TRILHA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Este capítulo busca discutir o objeto de pesquisa deste trabalho, qual seja, a Rede Social da Estrutural, explorando os limites do conceito de redes sociais à luz de duas vertentes do pensamento das ciências sociais acerca dos movimentos sociais. Isto porque, enquanto ação coletiva de sujeitos marcadamente históricos, a Rede Social da Estrutural qualifica e transpõe esses limites conceituais. O intento desta discussão é confrontar duas análises principais na esteira dos movimentos sociais que têm se distanciado uma da outra em vista da dimensão inicial que adotam, seja a partir da visão do ator – teoria acionista de Alain Touraine e representantes afins como Ilse Sherer-Warren no Brasil – seja com base na relação estrutura/sistema e sujeito – teoria neomarxista de Jean Lojkine, portanto, não se busca aqui fazer um estado da arte sobre o conceito de movimentos sociais e problematizar as diversas vertentes do campo, mas de, a partir deste debate inicial, discutir também o caminho não tomado por esta pesquisa e que seria, talvez, o mais usualmente aceitável: o de adotar a própria rede social enquanto categoria delimitadora da análise. Neste sentido, queremos deixar claro aqui ao leitor que apesar da expressão “redes sociais” possa aparecer em várias disciplinas (Comunicação, Sociologia, Antropologia, Psicologia, etc.), porém interessa-nos neste estudo um debate específico que possa dar ênfase ao necessário enquadramento teórico do objeto de pesquisa. Dito isto, é importante fazermos um breve ensaio sobre a demarcação histórica da construção do conceito de movimentos sociais antes de adentrarmos no debate entre as abordagens selecionadas e isto se faz necessário na medida em que se busca construir um marcador para compreensão do conceito de redes sociais que a nosso ver deve estar radicada na teoria dos movimentos sociais.

De acordo com o Outhwaite e Bottomore (1996), a teoria sociológica que analisa um tipo de ação coletiva essencialmente conflitiva denominada movimento social parte de um antecedente histórico da formação deste conceito. A partir do século XIX até início do século XX, o movimento operário em sentido estrito/clássico<sup>10</sup> constituiu-se o sujeito coletivo que

---

<sup>10</sup> A qualificação de um movimento operário enquanto clássico se faz importante na medida em que, como será visto mais adiante, este sujeito coletivo vem passando por mudanças em sua especificidade ao longo do processo histórico deixando de ser exclusivamente formado por aqueles trabalhadores do “chão da fábrica” para articular outras categorias. Diante disso, adiantamos que o movimento dos trabalhadores, atualmente, engloba uma massa de assalariados que não necessariamente atuam na “transformação da natureza”, mas muitas das vezes estão

articulava e conduzia as reivindicações contra a classe opositora burguesa. Foi a partir da década de 60 do século passado que novos paradigmas foram introduzidos, ampliando o escopo de análise e considerando novas manifestações na realidade traduzindo-os no conceito de movimento social. O referido período, de acordo com a bibliografia aqui utilizada, identifica que nos países centrais de capitalismo desenvolvido, as manifestações estudantis, pelos direitos civis e pela paz foram importantes movimentos organizados que levaram a cabo mudanças na realidade social, assim como nos países do antigo Terceiro Mundo, os movimentos pró-libertação nacional deram o tom das ações coletivas. Na década de 70 e 80, outros movimentos se aliam na condução do debate, são eles: movimentos de mulheres, ecológicos e antinucleares, bem como aqueles pela busca de autonomia regional e de transformações culturais.

A partir do marco histórico da década sessentista, versam os autores que seis vertentes de análise dos movimentos sociais podem ser apontadas: Neomarxismo, Interacionismo, Estrutural-Funcionalismo, Mobilização de Recursos, Novos Movimentos Sociais e Sociologia da Ação, com o adendo de que as três últimas abordagens vieram a reboque da segunda leva de movimentos sociais apresentados acima. É importante salientar que apesar do caráter difuso das teorias que cercam o conceito, movimentos sociais tem sido cada vez mais um objeto de análise da Sociologia por vislumbrar as possibilidades intrinsecamente associadas a mudança social (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

A análise Neomarxista, como o próprio nome diz, fundamenta-se no trabalho do filósofo alemão Karl Marx que parte do antagonismo de classes estruturante da sociedade para explicar as expressões que dele decorrem na realidade objetiva sem, contudo, desconsiderar a dimensão subjetiva que perpassam, neste caso, os movimentos sociais (ibid.). Jean Lojkine pode ser considerado um dos representantes desta vertente. O marxista francês é um dos integrantes da Escola Francesa da Sociologia Urbana<sup>11</sup> e se oporá a vertente teórica que virá em seguida, a da Escola da Chicago.

---

ligados a setores de prestação de serviços. Para uma análise mais aprofundada, observar R. Antunes *Os Sentidos do Trabalho*, Boitempo Editorial, 1999.

<sup>11</sup> A Escola Francesa de Sociologia Urbana ou a Crítica Francesa sobre o Espaço Urbano surgiu em meados da década de 60 para fazer frente ao pensamento que vinha se tornando hegemônico nas Ciências Sociais encabeçado pela Escola de Chicago. Sua abordagem será fecundamente analisada quando esmiuçarmos o pensamento de Jean Lojkine em um dos subcapítulos a seguir.



O Interacionismo é uma vertente que tem como seu precursor o sociólogo alemão Georg Simmel. Na década de 20, o autor fomentou que o conflito surge de um processo interativo. A Escola de Chicago<sup>12</sup>, como ficou conhecido o grupo de professores e cientistas que fizeram parte daquela universidade, tomará por base o referencial do autor para desenvolver uma análise dos comportamentos coletivos e conseqüentemente dos movimentos sociais. Segundo esta matriz, avalia-se que indivíduos e grupos agiriam com base em compreensões e expectativas compartilhadas e que os movimentos sociais surgiriam de situações não-estruturadas em que os fios condutores comuns da cultura que fundamentam a ação humana teriam sido rompidos e necessitariam ser ressignificados. Dessa forma, os movimentos sociais seriam símbolo destas novas construções de uma nova ordem da vida (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

A abordagem seguinte do Estrutural-funcionalismo, Outhwaite e Bottomorte (1996) destrincharam-na em três análises: a) teorias da massa da sociedade; b) teorias da tensão estrutural; e por último c) teorias da privação relativa. Baseadas também na interação seria a partir do isolamento, da tensão e da frustração, respectivamente, que haveria a passagem do indivíduo para as mobilizações coletivas denominadas movimentos sociais. Uma crítica que os autores fazem é que essas teorias não se aprofundariam na análise de como se daria a passagem da subjetivação desses sentimentos para a ação do movimento em si, verbalizando que seria errôneo o entendimento que colocasse como automático a passagem entre estes dois estágios.

Sobre a mobilização de recursos, apontam os autores que se trata de uma abordagem neo-utilitarista nascida na década de 1970, para a qual os movimentos sociais seriam explicados a partir de uma atividade organizacional consciente caracterizada pela mobilização de recursos simbólicos tais como dinheiro, tempo e legitimidade. A articulação dos movimentos sociais estaria associada ao emprego de um raciocínio estratégico-instrumental, do cálculo de custo-benefício, buscando seus objetivos e interesses racionalmente. Seus ideólogos afirmam que, diferentemente do intaracionismo, não é o descontentamento que impulsionaria a organização do movimento, mas que o próprio movimento social seria o

---

<sup>12</sup> A Escola de Chicago ganhou notoriedade ao conduzir estudos e definir uma matriz teórica nas áreas de ecologia humana, psicologia social (com especial destaque para behaviorismo social bem como o próprio interacionismo simbólico), além da já mencionada sociologia urbana, empreendendo estudos etnográficos. Associada fundamentalmente a teoria sociológica funcionalista, analisou a relação indivíduo – comunidade a partir da interpretação como método de estudo.

reflexo dessas tensões frutos de uma vida normal do indivíduo que é plena de conflitos. No entanto, a capacidade de se constituir de fato nesse espelho vai depender das capacidades organizacionais do movimento (ibidem).

Poder-se-ia articular a abordagem da mobilização de recursos às teorias da escolha racional que dominaram as Ciências Políticas na segunda metade do século XX. Oriunda inicialmente da Economia, a referida teoria buscava compreender o comportamento dos atores políticos a partir das “externalidades”, isto é, os indivíduos atuariam somente de forma a maximizar seus ganhos ou a obter em face de uma ação algum tipo de benefício por consequência. Nascida nos Estados Unidos e tendo como um de seus precursores Anthony Down que publicara em 1957 o livro *Uma teoria econômica da Democracia*, as teorias da escolha racional buscam referenciar o comportamento humano a partir de uma racionalidade instrumental que busca otimizar a relação entre meios e fins da ação tanto individual quanto coletiva. Não seria este também o entendimento da análise que busca compreender os movimentos sociais a partir da mobilização de recursos? O entendimento de que o ator atua de forma racional a conquistar seus objetivos? Em seu livro *Crítica a Modernidade* (1997), Alain Touraine faz uma análise que de certa forma poderíamos nos aproximar neste tópico: a desconsideração da subjetivação nas teorias e explicações das relações sociais que se basearam em uma relação de equivalência entre modernidade e racionalidade<sup>13</sup>. Afirma o autor que muitas das teorias que tomaram forma pós-Revolução Francesa levaram ao extremo a racionalidade e a objetividade em contraponto a dominação religiosa que se instaurava no período anterior, que acabaram por desconsiderar a dimensão subjetiva. Em linhas gerais, a subsunção da subjetividade em relação a uma lógica prioritariamente racionalizadora, adverte Touraine poderia conduzir, entre outras consequências, a quebra do pacto social em virtude do reconhecimento do outro por meio de sentimentos de solidariedade.

Partindo para a perspectiva dos Novos Movimentos Sociais, Outhwaite e Bottomore (1996), qualificam que “esses movimentos formam uma rede informal de contestação e de estilos de vida alternativos” (p. 502) que deram novas dimensões ao espaço público. Entre os autores que se encaixam nesta vertente, destacam-se Claus Offe, Alberto Melucci, Jean L.

---

<sup>13</sup> O debate proposto com base no trabalho de Alain Touraine nesta parte tenta buscar argumentos que possam criar um direcionamento da análise de movimentos sociais que será construída ulteriormente. Considera-se que os estudos deste autor foram e são amplamente utilizados como balizadores da discussão sobre movimentos sociais que se tem produzido no Brasil desde a década de 1990 pelo menos. Ainda assim, é preciso ressaltar que a citação de seu trabalho não tem o cunho de filiação irrestrita, mas que é possível articular o debate entre posições antagônicas sem contudo deixar de considerar que alguns consensos são factíveis.

Chen, Klaus Eder, Ulrich Beck e J. Habermas. Associada ao movimento denominado culturalista, a novidade, por assim dizer, dos Novos Movimentos Sociais encontra-se na formação de novos significados, novos formatos de vida e principalmente novas estratégias para condução da ação coletiva. Pode-se considerar que um expoente desta vertente no Brasil é a socióloga Ilse Sherer-Warren que, apesar de conduzir um diálogo profícuo com Alain Touraine, mentor da última linha de análise de movimentos sociais, a Sociologia da Ação, também vem produzindo material sobre esses novos movimentos formados a partir do processo de globalização. Mais a frente, abordaremos com maior profundidade o trabalho da autora aliada a pesquisa do próprio Touraine que também foi orientador da socióloga quando da consecução de um doutorado na França.

A última linha de análise denominada Sociologia da Ação e, como já apontado, conduzida pelo sociólogo francês Alain Touraine, busca compreender os movimentos sociais a partir do entroncamento de várias abordagens em uma representação da vida social baseada na autoprodução conflitiva. Neste ponto, vale a pena reproduzir o significado dado ao verbete,

Os movimentos sociais são conceitualizados como agentes sociais envolvidos em um conflito pelo controle social dos principais padrões sociais, que são conhecimento, investimento e ética. Três componentes identidade (I), oponente (O) e totalidade (T), fornece o paradigma que descreve analiticamente o campo de conflito, que é portanto compreendido em termos relacionais. Vale dizer que os adversários que opõem entre si (I-O) partilham, não obstante, um campo cultural comum, consistindo no que está em jogo em seu conflito (T). Em outras palavras, o conflito social não deve ser separado das orientações culturais na análise de movimentos sociais (ibidem, p. 502).

A Sociologia da ação ou a teoria acionista fundamenta sua análise com base no conflito dos quais os movimentos sociais são agentes. Este conflito centra-se na busca do controle das capacidades de transformação da sociedade por parte de um ator coletivo. Enquanto transformação da sociedade, no entanto, o Touraine de *Crítica da Modernidade* (1994) define que não se trata de superação das condições de produção social, isto é, da base estrutural da sociedade, mas de transformações que se resumiriam a esfera da reprodução social, de modificação da cultura.

Pode-se avaliar que essas duas últimas teorias guardam similitudes que poderiam resguardá-las dentro de um mesmo guarda-chuva teórico. Tanto a teoria dos Novos Movimentos Sociais quanto a Sociologia Acionista remetem a esfera da cultura enquanto campo de ação do referido ator coletivo. Talvez a diferença produzida entre as duas vertentes se daria na perspectiva de que enquanto a primeira centra sua análise nas estratégias utilizadas

para mobilização coletiva, identificando novas formas de ação – e quanto novas, queremos dizer que se distanciam das estratégias utilizadas tanto pelo movimento operário clássico quanto pelos movimentos sociais anteriores a década de 70 – a segunda busca dialogar sobre os elementos constitutivos, um método de análise dos movimentos sociais que intenta não somente definir o que vem a ser movimento social, mas a procurar compreender o que levaria um indivíduo, um ator, a se organizar coletivamente.

Ao finalizarmos este breve quadro teórico sobre os movimentos sociais, é importante reiterar que o intento deste capítulo é fazer um debate entre duas vertentes específicas que discutem o conceito de movimentos sociais e que, portanto, a referenciação a uma obra denominada Dicionário do Pensamento Social do Século XX, que vem servindo de base até aqui, não tem por objetivo esgotar a temática tampouco trazer profundamente o debate entre as diversas vertentes que se debruçam sobre este objeto de estudo. Antes de tudo, a busca foi por construir uma análise introdutória que pudesse auxiliar o leitor a se localizar na matriz de teorias sobre movimentos sociais, permitindo, assim, que pudessem ser anunciados os pilares da discussão do campo. Da mesma forma, o devido crédito aos autores desta obra deve ser dado em virtude da magnitude do projeto que conduziram, isto é, resumir toda uma gama de conhecimentos em um dicionário que pudesse ser de fácil compreensão e com possibilidades de acesso simplificado aos principais verbetes das Ciências Sociais.

Passaremos ao tópico seguinte que esmiuçar a análise de Alain Touraine sobre os movimentos sociais. De acordo com que apresentamos até aqui, este autor produziu a Sociologia da Ação que busca compreender os movimentos sociais a partir de três elementos constitutivos: identidade (I), oponente (O), totalidade (T) – outros autores que referenciam o trabalho de Touraine identificam este terceiro elemento como “projeto” também.

### **3.1. Sociologia da Ação: movimentos sociais enquanto ator coletivo**

A Sociologia da Ação se insere no marco das novas teorias produzidas a partir do desencantamento dos paradigmas clássicos das Ciências Sociais, quais sejam: Funcionalismo, Marxismo e Fenomenologia. Enquanto principal mentor desta teoria, Alain Touraine construiu seu percurso acadêmico inicialmente se aproximando da matriz marxista de análise dos fenômenos sociais, porém afastou-se desta perspectiva por considerar que uma das vertentes deste pensamento, a que trata da Teoria da Revolução, teria sido levado a cabo de

maneira a restringir a liberdade e a constituição do sujeito enquanto ator em movimento nas experiências que se concretizaram no leste europeu. Em suas palavras:

Hoje, sim, minha confiança na história está desgastada, e eu não aceito mais identificar o homem ao trabalhador ou ao cidadão. Sim, eu temi mais o Estado totalitário e todos os aparelhos de poder do que um capitalismo que duas gerações de *Welfare State* tornaram menos selvagem. Sim, **eu prefiro a democracia, mesmo quando ela não suprime a injustiça**, à revolução que sempre acaba impondo um poder absoluto (TOURAINÉ, 1994:388, grifos nosso).

O livro do qual foi retirado a citação acima trata-se de *Crítica da Modernidade* e traduz um pouco as reflexões do autor em um momento de queda dos regimes ditos comunistas e perda de uma intenção própria em busca de uma nova sociabilidade que superasse a dominação de classe do modo de produção capitalista. Desta maneira, Touraine reorienta sua análise e afirma que seu interesse pelo debate acerca dos movimentos sociais não se fundamenta na ideia de luta de classes tão cara a teoria marxista, mas apela a liberdade do sujeito enquanto determinante.

Nesta perspectiva, o trabalho do autor aqui utilizado por base procura discutir em sua parte final o nascimento de um novo sujeito, aquele que aliará na modernidade a racionalidade e a subjetividade, já que a hipótese de Touraine é que com o advento da Era Moderna e a busca pela racionalização do pensamento gerou-se um descolamento da dimensão subjetiva do *Eu*, o ator. Para o autor (1994), o sujeito é a vontade de agir e ser reconhecido como ator e para alcance deste intento somente a reconciliação entre objetividade e subjetividade produzindo novas formas de relações sociais baseadas na liberdade, no reconhecimento do outro fundamentado no amor, na solidariedade e na distância infinita, todos mediados pela comunicação, seria um fim possível.

Para chegar a esta construção Touraine (1994) se propõe a fazer uma trajetória que se orienta a partir de uma primeira discussão de quem vem a ser o sujeito, seguindo para análise de como este sujeito se organiza enquanto movimento social chegando ao final no debate sobre o que é democracia.

Neste primeiro tópico, a centralidade de sua argumentação está no debate acerca da representação do sujeito na Era Moderna e procura fazer um apelo ao retorno a modernidade baseada em uma outra perspectiva distinta daquela que, segundo ele, vem sendo adotada hegemonicamente pelas ciências. Touraine afirma que a preocupação da modernidade com a racionalidade acabou por subsumir uma parte importante dela mesma, e segundo ele,

essencial, qual seja a subjetividade, o próprio sujeito. A seu ver, a imagem que representa melhor a sociedade moderna é a de um corpo sem ator, a de indivíduos sem personalidade, crenças ou influências, um mundo voltado estritamente ao conhecimento científico. É preciso, segundo o autor, promover o diálogo entre as duas figuras que de fato conduzem a modernidade: a racionalização e a subjetividade, o alinhamento entre um mundo regido por leis racionais e acessível ao pensamento do homem (TOURAINÉ, 1994).

Sem promover uma quebra a argumentação de Alain Touraine aqui se interpõe um primeiro questionamento a sua análise: quais as bases deste pensamento humano, desta subjetividade, sobre o que ela se fundamenta? Nosso autor aqui promove uma possibilidade de resposta, segundo a qual é preciso desmistificar o pensamento de que a consciência do sujeito é falsa – de acordo com o Touraine aqueles que identificam a modernidade com racionalização tendem a despersonalizar o sujeito ou a reduzi-lo a obra da ordem impessoal da natureza ou da história. Mais adiante, o autor destaca que a modernidade se traduz cada vez mais na referência ao sujeito, aquele que colocaria como princípio do bem o controle sobre suas próprias ações e situações, percebendo o comportamento adotado nestes casos como componentes de sua história pessoal, concebendo a si mesmo como ator. Porém outra dúvida surgiria, estaria então o sujeito descolado da realidade a sua volta? De que forma se produz esse comportamento nas ditas ações e situações em que o sujeito se insere? Seria por meio de uma simples consciência? Esta então seria inerente ao sujeito e com ele teria nascido? Há vários apontamentos às reflexões de Touraine que podem ser feitas até aqui: o autor destaca que as teorias modernas haviam proposto este descolamento do sujeito em relação ao objeto e que seu interesse é retomar esta parte essencial da modernidade, mas se se alavanca esta perspectiva, colocando sobre um pedestal o sujeito, a dimensão objetiva, racional, não passaria a ser ela subjugada? Mais adiante retomaremos estes questionamentos, que de fato perpassam toda a análise que se faz da Teoria Acionista de Touraine.

Em frente com a análise do autor, o ponto seguinte importante para compreendermos sua teoria trata-se da diferenciação dos termos indivíduo, sujeito e ator. Define Touraine que o indivíduo é a unidade particular onde vida e pensamento, experiência e consciência tomam forma, já o sujeito identifica-se com o controle sobre o vivido se constitui como etapa a passagem para que se constitui como ator “aquele que modifica o meio ambiente material e sobretudo social no qual está colocado, modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais” (TOURAINÉ, 1994:220-221). O autor destaca que este ator não se insere de forma conformista na ordem social, mas busca

modifica-la de alguma forma. Aqui mais uma vez os questionamentos feitos no parágrafo anterior são válidos, isto é, não há parâmetros para definição do ator de Touraine, seja ele a classe trabalhadora que busca quebrar o monopólio dos meios de produção, seja grupos fundamentalistas orientados a queda do ocidente. O próprio autor destaca que a classe burguesa na época da Revolução Industrial constituiu-se como ator. A liberdade será o fundamento que Touraine atribuirá a modernidade que se realiza como valor a medida em que há a passagem do indivíduo em sujeito, ou seja, da apropriação do mundo ao redor orientando sua conduta.

Este entendimento sobre o termo ator será imprescindível para compreensão do conceito desenvolvido por Alain Touraine para movimentos sociais. Uma primeira sinalização nesta direção é a abordagem que o autor faz sobre a “vida social”, segundo a qual não pode ser identificada com um sistema social em que os valores, normas e formas de organização seriam definidos pelo Estado ou outras agências de controle social, mas que ao contrário deve ser compreendida como uma ação da mesma forma que movimento, sendo de fato um conjunto das relações entre os atores sociais em mudança. Desta maneira, Touraine interpreta a vida social na modernidade como uma relação de complementariedade e oposição entre subjetivação e racionalização, sendo o sujeito o principal componente que religa os denominados fragmentos da modernidade: a vida, a nação, o consumo e a empresa (TOURAINÉ, 1994).

Na interpretação de sociedade ou vida social de Touraine não há espaço para um conflito central ou ontológico que permeie sua produção, sendo que para o autor o que existe são diferentes interesses de poder. A contestação passa então a ser o fundamento para questionar essas relações de poder. O sujeito deve ser compreendido, então, não como mero consumidor da sociedade, mas como produtor desta, definido a partir dos termos ator e conflito social contra privilégios e irracionalidades inerentes a qualquer forma de conduta do poder (ibid.). É importante pontuar, então que, de acordo com esta análise, não há possibilidade de uma completa superação das injustiças, iniquidades ou toda e qualquer forma de dominação. Se toda forma de condução de poder implica em irracionalidades e privilégios – não restando aclarado pelo autor de que tipo de fatos conduziram a estas problemáticas na vida social – pode-se concluir, então, que não há maneiras de se alcançar um novo patamar na história das relações sociais e que por isso não haveria, portanto, motivos para que o dito ator animado de Touraine se movimentasse já que fatalmente a sociedade carrega esta sina. Em outras palavras, estaríamos revisitando uma das principais críticas feita a teoria marxista e que

também aqui se atribuiria a teoria acionista de Touraine: se por um lado critica-se a abordagem marxista por um dito determinismo de um sujeito capaz de modificar as relações de dominação intrínsecas a sociedade burguesa, qual seja a classe trabalhadora, não se poderia articular o mesmo argumento quanto a base teórica de Touraine pela impossibilidade de mudar este determinante diagnosticado pelo autor sobre “a reprodução de privilégios (...) irracionalidade presente em toda a conduta de poder” (TOURAINÉ, 1994:248)? Mais adiante verificaremos que esta perspectiva de Touraine guarda estreita relação sobre sua visão do Estado enquanto sociedade política desassociada e afastada da sociedade civil.

Continuando com abordagem do autor sobre movimentos sociais, Touraine se preocupa em diferenciar este conceito de classe social, já que a partir de seu olhar, o francês identifica que o ator coletivo por excelência nesta sociedade pós-industrial ou programa (como intitula) seria o próprio movimento social em contraposição ao movimento operário identificado como o sujeito do momento imediatamente anterior da sociedade, o da industrialização. O que modificaria esta construção da ação coletiva seria o retorno do sujeito contra o espírito da totalidade. O novo adversário – e aqui podemos constatar uma das prerrogativas para definição de movimento social em Touraine – não se constitui uma classe específica, mas todo aquele que se identifica com o progresso de modelos racionalizadores. Daí que a cisão entre classe operária e partidos políticos, verificada pelo autor e identificada como uma dessas posturas racionalizadoras dessas instituições, constituem uma espécie de protoformação dos movimentos sociais em busca de uma independência na forma de se apossar dos “valores”, das orientações culturais de uma sociedade. Touraine sedimenta que sua definição de movimentos sociais rompe com a ideia marxista de luta de classes por identificar que o movimento operário busca a realização da natureza humana e não do espírito. (ibid.) Um apontamento relevante a constatar aqui é que mais a frente o próprio autor identificará nos partidos políticos uma instituição capaz de colocar em prática a representatividade de interesses importante para a condução da democracia que seria, na sua visão, o arquétipo mais desenvolvido de mediação política para a sociedade. Então como entender esta relação entre movimentos sociais e partidos políticos: conflituosa, mas necessária, mesmo que estas representem a volta à modernidade identificada com a racionalização?

O percurso traçado até aqui para compreensão da categoria de movimentos sociais sob a perspectiva da teoria acionista desemboca neste ponto em que o autor define quais os aspectos identificam uma ação coletiva com aquele modelo específico. Para tanto Touraine



(1994) define movimento social como a ação coletiva inserida em um conflito social possuindo por bandeira um projeto cultural e que vislumbra um adversário no campo social. Para o autor o movimento social é o elemento que unifica razão e sujeito, transformando a “defesa pessoal e cultural do sujeito em ação coletiva contra o poder que submete a razão a seus interesses” (ibid., p. 394).

No Brasil, esta construção de Touraine ganhou discípulos que passaram a estudar os fenômenos contemporâneos das ações coletivas sob este prima. Ilse Scherer-Warren, como já apontamos anteriormente, é uma autora que partilha de uma visão similar a do autor, ainda que ela possa ser identificada com a perspectiva dos novos movimentos sociais, discussão brevemente feita por Touraine no livro em que seguimos destacando, a autora filia sua análise aos pressupostos teóricos do francês. Assim em seu texto intitulado *Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais*, Ilse dá a seguinte definição para rede de movimentos sociais:

Esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou **situações sistêmicas antagônicas** que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da **definição de adversários** ou opositores e de **um projeto ou utopia**, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas. A ideia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos (SCHERER-WARREN, 2006:113, grifos nosso).

Conforme já mencionado anteriormente, uma das motivações para o alinhamento destas vertentes constitui-se no fato da consecução de um doutoramento por parte de Ilse realizado em Paris em 1973, cujo orientador foi Alain Touraine. À época a temática desenvolvida pela autora versava sobre “O sindicato e a mudança na sociedade agrária no Rio Grande do Sul”, não é de conhecimento nosso qual a perspectiva da autora sobre este sujeito coletivo – o sindicato – tampouco sobre qual matriz teórica foi desenvolvida esta pesquisa. Rememoramos que, conforme já apontado, a partir da década de 60 novos paradigmas sobre a ação coletiva surgem para se contrapor a certa hegemonia que o pensamento marxista possuía dentro da Sociologia para investigar os objetos de análise da mesma forma o próprio Alain Touraine já se identificou outrora com esta perspectiva rechaçando-a em parte posteriormente como temos visto até aqui. Ainda de Touraine, Ilse Scherer-Warren sofreu influência sobre o estudo dos movimentos sociais na América Latina, território também foco de investigação do francês. Corroboram para este entendimento as publicações recentes de Ilse Scherer-Warren:

“Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?” (2008), “Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina” (2010) e “Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais” (2011) (SILVA *et. al.*, 2012). Mais adiante versaremos com maior profundidade a perspectiva da autora que poderia ter embasado a análise do objeto de estudo aqui em questão, qual seja a Rede Social da Estrutural, bem como quais as motivações para que esta pesquisa não tomasse este rumo.

Feita esta breve consideração sobre como as elucidações de Touraine chegaram ao Brasil, finalizaremos esta compreensão teórica sobre os achados do autor na relação em que este faz entre a definição de sujeito e a construção da democracia. Destaca Touraine (1994) que o significado de democracia modificou-se ao longo do tempo. Na Antiguidade, a ideia de democracia estava associada a soberania popular, a interferência daqueles que estavam aptos a participar da comunidade política (excluem-se mulheres, escravos e estrangeiros). Posteriormente, esta noção modificou-se e passou a estar diretamente ligada ao entendimento de nação. O século XIX, afirma o autor, inaugura um novo capítulo sobre o debate desse conceito político, sendo que a democracia passa a adquirir novos contornos desta vez subvertendo o entendimento de soberania popular pelo de “um poder a serviço dos interesses da classe mais numerosa” (p. 343) bem como o imperativo da nação pelo imperativo do povo. De acordo com os autores que Touraine se baseia, a democracia seria a possibilidade de exercer a liberdade de forma plena.

Touraine é um ávido entusiasta da democracia. Sob a perspectiva desta autora, não discordamos do francês em considerar que pelo menos na conjuntura que se apresenta no cenário mundial com guerras, discriminações de várias ordens, retorno ao conservadorismo, esta seja a melhor possibilidade de instrumentalização política atual, porém asseveramos que o significado dado a este conceito não representa o entendimento perene sobre esta temática. A democracia enquanto exercício do poder da “classe mais numerosa” em parte deixa margem ao entendimento de que os representantes do povo identificam-se com a classe dominante, e que esta é a maioria estatisticamente. Esta noção de democracia está associada a perspectiva da representação política a qual se daria pelo exercício do poder da maioria. Ainda que atualmente o sistema de representação seja por vezes confundido com a própria noção de democracia moderna, não há como equivar-los. Os interesses das classes dominantes postos em curso na democracia por meio do sistema de representação não

representa a maioria populacional de nossas sociedades, ou seja, ainda que hegemonicamente seja o projeto político das classes dominantes que vemos em curso no cenário político esses em nada correspondem aos interesses das classes dominadas e que sim, configuram-se como maior parte do povo. Segundo Coutinho (2008), a compreensão da noção de democracia moderna está diretamente ligada ao surgimento do movimento socialista no início do século XIX — com a transformação em ator político não só do povo em geral, como na época da Revolução Francesa, mas agora de um segmento em particular, o proletariado — obrigando ainda mais o pensamento liberal das classes dominantes a confrontar-se com a afirmação da democracia moderna, que se expressa precisamente neste progressivo ingresso das camadas populares na arena política.

Continuando na análise de Touraine (1994) sobre a democracia, o autor define que é por meio do respeito dos direitos do que se alicerça esta forma de gerir poder. Fundamentada a) na liberdade, esta adotada em sentido negativo, isto é, aquela que afirma que o direito de cada indivíduo é limitado pelo direito de seu próximo, o que desagua no entendimento de que a democracia deve servir a limitar o poder do governo; b) na cidadania, concernente como o sentimento de cada ator em ser responsável pelo bom funcionamento das instituições representativas dos interesses; e c) na representatividade como forma de garantir que os diversos interesses sejam representados – neste ponto, Touraine afirma que o cenário político deve ser organizado por uma “sociedade civil muito bem estruturada, associada a uma sociedade política integrada, uma e outra tão independentes quanto possível do Estado definido como o poder que age em nome da nação, encarregado da guerra e da paz” (p.350). A democracia ainda seria a combinação de três fatores: o consenso, o conflito e o compromisso, sendo que estas dimensões representariam as disputas de interesses (não há disputas de projetos políticos em Touraine) dos diversos atores para dar direcionamento aos valores, sendo que estes aspectos seriam mediados pela comunicação – aqui na perspectiva da teoria da ação comunicativa em Jürgen Habermas<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Para compreensão do que vem a ser a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, tomamos emprestada a interpretação de Pinto (1995) em seu trabalho intitulado *A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar*, assim sendo “em síntese, podemos dizer então que, para Habermas, a *ação comunicativa* surge como uma interação de, no mínimo dois sujeitos, capazes de falar e agir, que estabelecem relações interpessoais com o objetivo de alcançar uma compreensão sobre a situação em que ocorre a interação e sobre os respectivos planos de ação com vistas a coordenar suas ações pela via do *entendimento*” (p. 80, grifos do autor).

Esta concepção de democracia de Touraine parece negar todo um debate acerca deste conceito e, diga-se um debate provocado pela perspectiva marxista. Adotar a democracia como o reino dos interesses baseados em valores humanos de atores que agem de forma livre, descolando-os do caldo histórico em que estão firmados é desconsiderar que esta formação política advém de frentes combativas que lutaram para estarem fazendo parte desta arena política. Os “interesses” são forjados neste cenário e podem ter o horizonte apenas de manter o sujeito enquadrado nestes parâmetros: aceitando a liberdade de forma negativa, uma cidadania regulada e a representatividade que em pouco ou nada de fato representa progresso; ou buscar alcançar um patamar superior: o da emancipação humana. Como bem Marx (1843) diferencia em *A Questão Judaica*:

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo independente e egoísta e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral.

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um *ser genérico*; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força *política* (p.30).

Desta citação concluímos que a definição da teoria acionista em Touraine baseia-se em horizonte, por assim dizer, de curto alcance que está satisfeita com a ampliação do escopo da cidadania em suas diversas identidades, e por este termo desassociamos da assimilação de identificação com nação, mas identidades enquanto partícipes de culturas diversas de respeito aos valores humanos. Arguimos que este pode ser um caminho perigoso já que mesmo entre os campos progressistas, há divergências inconciliáveis e que longe de criar um sentimento de respeito e solidariedade para com outros, mas tem a distanciar e a individualizar o “ator”. Trata-se, portanto, de um necessário debate para que esta perspectiva não promova o descolamento do sujeito da sociedade, sobrepujando-o em detrimento das relações sociais que este constrói e é reconstruído por elas. A dialética marxista não se refere a racionalização das relações sociais subjugando o sujeito aos seus determinantes, mas é antes de tudo a compreensão desta relação duplamente imbricada por aquele que faz e é feito por estes determinantes.

### 3.2. Movimento Social Urbano: a perspectiva neomarxista de Jean Lojkin

Jean Lojkin, professor titular de Filosofia e diretor de pesquisa em Sociologia no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e pesquisador da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), integra o grupo de estudos já suscitado anteriormente sobre sociologia urbana na França e juntamente com outros autores como Manuel Castells, David Harvey, Henri Lefebvre e Christian Topalov promoveram um debate sobre a questão urbana, sobre o modo de pensar a cidade a partir do pensamento marxista<sup>15</sup>.

Para entendimento do que vem a ser a Escola Francesa da Sociologia Urbana, faz-se antes necessário a compreensão dos antecedentes que fundamentaram o surgimento de tal abordagem. Por este motivo, iniciaremos uma aproximação ao debate proposto por esta escola, analisando antes a famosa Escola de Chicago, a qual veio a dar fundamento a crítica francesa. Chicago, por assim dizer, foi a típica cidade emergente dos Estados Unidos no século XIX fruto da revolução urbano-industrial vivida à época. Composta em sua maioria por imigrantes estrangeiros, terá na Universidade de Chicago o polo irradiador de arte, cultura e ciência. Fundada em 1890, a notoriedade desta instituição advém do intercâmbio intelectual com a Europa, obtendo a transferência de pensadores, especialmente da Alemanha, durante o final do século XIX. Dentre os diversos campos da ciência pelos quais se enraizou, destaca-se que na Sociologia sua influência circunscreveu-se ao período de 1915 a 1940. Baseada em pressupostos funcionalistas, a Escola de Chicago se pautava pelo Pragmatismo – a ideia de que a atividade humana deve ser compreendida a partir de três pilares: o biológico, o psicológico e o ético – e pelo Interacionismo Simbólico, o qual entendia que a vida social

---

<sup>15</sup> É importante destacar que apesar do rol de autores enumerados aqui serem identificados com a escola em questão há um distanciamento teórico entre eles. Como Monte Mór (2006) destaca David Harvey e Manuel Castells lançaram suas obras inaugurais sobre o trato da questão urbana, respectivamente, em 1975 e 1977. Henri Lefebvre também teve participação de menor monta nesta primeira etapa, já que apesar de seus escritos datarem entre 1968 e 1970, estes não foram traduzidos ao inglês de imediato, bem como pesa sobre este autor a crítica realizada por Harvey e Castells. Christian Topalov e Jean Lojkin surgem no debate, introduzindo a análise das *condições gerais da produção* (conceito marxiano) como um dos instrumentos necessários para o entendimento da questão urbana e que não teria sido vislumbrada por Castells no trato do espaço urbano, o qual sob a perspectiva deste autor era compreendido a partir do conceito de *meios de consumo coletivo*, ou seja, a cidade seria apenas um meio de reprodução coletiva da força de trabalho. Souza (2005) vai além no debate entre Castells e Lojkin, afirmando que ao primeiro autor reduzir o espaço citadino a esfera da reprodução, do “não-trabalho”, do consumo desassociada da produção do capital toda uma teoria de mudança se perde na perspectiva em que se retoma o argumento burguês que limita o trabalho a produção de mais-valia, isto é, somente o trabalho vivo é capaz de gerar lucro, sendo que toda a gestão estatal que se faz da cidade com a produção serviços (trabalho morto) e porquanto condições para produção do capital seria renegada de sua análise, não representando espaço para luta de classes e construção de um novo projeto político.

deveria ser analisada a partir das significações de natureza simbólica advindas das relações sociais. Outro ponto importante para constituição desta abordagem foi a introdução de um método científico original identificado pela “pesquisa de campo” de combinação de fontes variadas (SOUZA, 2005).

Souza retomando Joas (1999), afirma que a crítica que se faz a Escola de Chicago versa primeiramente sobre o excessivo empirismo o que vai circunscrever suas análises no âmbito dos fenômenos verificados in loco e basicamente relacionados aos migrantes da América. De outra forma dois níveis de crítica são feitas a esta abordagem: uma no plano da Teoria da Ação – entendida como a dificuldade de compreensão de fenômenos que não se encaixassem nos critérios de racionalidade estabelecidos a priori – e outra relativo à Teoria da Ordem Social (idem).

Com base nessas críticas e entendendo os limites da escola estadunidense, surge a contraproposta da Nova Sociologia Urbana da Escola Francesa. Pautada em uma perspectiva histórico-estrutural sobre a cidade, esta abordagem entende que o pensamento dominante sobre a Questão Urbana – leia-se Escola de Chicago – busca apreendê-la a partir de uma ótica externa ao sistema capitalista, de cunho particularista, e que escamoteia a lógica capitalista de composição urbano-industrial já declarada anteriormente em obras marxianas. Jean Lojkin será o expoente definido para o debate que aqui se propõe. Interessa-nos discutir a análise do autor sobre fenômenos contemporâneos baseados em seu conceito de Movimento Sociais Urbanos (MSU). A intenção é que a partir do estudo das obras *O Estado capitalista e a questão urbana* (1997), *O tabu da gestão - a cultura sindical Entre contestação e proposição* (1999) possamos construir uma matriz de categorias de análise que viabilize o trato sobre os movimentos sociais sob a perspectiva deste autor. A escolha das duas obras não se deu ao acaso: Lojkin versa no prefácio da edição de 1997 de *O Estado capitalista e a questão urbana* que sua pesquisa sobre o sindicalismo e a intervenção dos assalariados na gestão, a despeito de um novo alento ao “movimento operário” e que culminará com o segundo livro em análise aqui – *O tabu da gestão - a cultura sindical Entre contestação e proposição* -, chegará a formação de novas ferramentas conceituais capazes de situar melhor este sujeito coletivo. Ainda que o trabalho aqui proposto não se fundamente na análise do movimento operário, consideramos que a proposta metodológica do autor possa ser estendida ao objeto de análise na medida em que se vislumbra uma nova intervenção dos trabalhadores no território.

Passemos então ao exame do primeiro texto que se refere ao prefácio, o sexto capítulo e a conclusão da obra indicada. Vale salientar que o capítulo em questão trata sobre a passagem da política urbana aos movimentos sociais urbanos. O marxista francês Jean Lojkin pretende no livro em destaque analisar a questão urbana francesa a partir de reconstrução histórica dos determinantes e condicionantes que conduziram a política urbana no país nos últimos dois séculos. O livro que inicialmente fora escrito em 1976, ganhou novo prefácio especialmente desenvolvido para edição de 1997. Nele, o autor faz algumas ponderações sobre teoria e análise de ações coletivas, debatendo com seus contemporâneos, como Alain Touraine e Manuel Castells, sobre os caminhos das ciências sociais, especificamente da Sociologia, ao tratar esta temática.

Lojkin (1997) inicia o diálogo informando que a Sociologia divide-se em duas vertentes antagônicas: a da Ordem e Reprodução e aquela da Mudança e da Ação. O autor afirma que se alinha na tensão entre essas duas abordagens, declarando que para si a compreensão da sociedade, do social, deve estar atrelado a fatores extra-sociais, isto é, a transformação social não é construída pela livre vontade e atuação do sujeito, antes de tudo está imbricada de injunções “objetivas”, de pesos que se impõem de maneira a possibilitar o devir histórico.

Expressa sua perspectiva de saída, Lojkin direciona o diálogo para explicar sua escolha pelo campo de análise da política urbana. Sendo bastante direto, o autor afirma que empreendeu tal trabalho com o objetivo de realizar um “debate-confronto” com Alain Touraine e sua teoria acionista dos “novos movimentos sociais”. Lojkin não considera que o movimento operário, portador do conflito central entre capital e trabalho, tenha sido substituído por um novo “ator” de identidade difusa como considera Touraine. Antes de tudo o autor vislumbra uma mudança fundamental no movimento operário para absorver novas categorias assalariadas que alentavam os movimentos urbanos. É a partir desta perspectiva que Lojkin anuncia seu objeto de análise: “as modalidades de expressão, representação e de aplicação políticas de um movimento social urbano” (idem, p.14).

Prosseguindo com sua construção, antes de adentrar nos movimentos sociais urbanos propriamente dito, o autor reflete sobre a questão urbana, apontando o que para si não define a cidade: a reprodução social do trabalho estrito senso aliada a perspectiva de consumo tampouco se trata de um espaço de produção. Para Lojkin o que traz sentido a cidade são os “meios materiais (...) que produzem não um produto material, mas um serviço, uma

informação” (idem, p.15). Foi com base nesta abordagem do urbano como condição geral do modo de produção capitalista que possibilitou a Lojkine anos mais tarde desenvolver a teoria da Revolução Informacional, constatando a importância dos serviços urbanos para o crescimento da produtividade global. Como centro de articulação de informações, a cidade acaba por significar também uma forma de associação política (aqui tomando emprestado que M. Weber já havia anunciado). E a partir deste encontro entre espaço urbano e espaço político que Lojkine constrói sua problemática das “políticas urbanas”.

Neste ínterim, o autor sustenta que sua intencionalidade a partir de então era correlacionar relações sociais (base) e funcionamento das organizações políticas e estatais sem cair no economicismo e tampouco o isolamento destas instituições proposto por alguns autores. Da mesma forma, esta preocupação atingirá o autor quando do estudo das relações entre estrutura da mão-de-obra operária e suas representações sindicais e políticas. Como saída, Lojkine (1997) se utiliza da abordagem em termos de “reflexo ativo” que vai permear toda discussão neste livro. O francês considera as dificuldades encontradas para aplicação do termo bem como contradições e defasagens temporais quando da escrita do livro, porém Lojkine se redime neste prefácio ao atualizar uma causalidade dialética possível que correlacionasse esses fatores. Assim sendo, utilizando-se do exemplo dos operários da indústria do tule, confronta:

“a organização da consciência de classe e a gênese de um ethos específico nunca se baseiam num determinismo técnico-econômico, mas sempre remetem a um entrelaçamento complexo entre fatores técnico-econômicos e fatores éticos, culturais, ideológicos” (p.19).

Insta observar que o autor, apesar de se filiar a teoria marxista, demonstra bastante cuidado em não fazê-lo de maneira redundante e dogmática. Lojkine tem apreço em realizar levantamentos de dados minuciosos que possam testar suas hipóteses, não prescindindo a possibilidade de revisão e reatualização de seus escritos. Nessa perspectiva é que o autor tem parcimônia em apresentar os conceitos e apresentar passo a passo sua linha de pensamento. Nesta parte do texto, Lojkine ainda não afirma que sua análise de política urbana baseia-se no método dialético histórico de maneira a demonstrar as mediações e contradições entre totalidade e as particularidades deste fenômeno, porém constrói o caminho para esta conclusão.

Prosseguindo então nesta corrente, Lojkine (1997) declara que “não quis reduzir (...) a elaboração de uma política a um simples desempenho de atores negociando seus interesses,



nem à aplicação de uma vontade onipotente” (p. 20) e, portanto, avalia que para uma boa construção teórica, o estudo da política urbana precisa levar em consideração: a) uma abordagem dinâmica das instituições, como estrutura que funcione como representativo das relações sociais e como fomentadora de política com efeitos sociais diferenciados; b) uma distinção entre agente (“sujeito histórico”) e ator, aquele que segue a trajetória do seu devir histórico; c) uma tentativa de articulação entre a diversidade de atores e lógica urbana.

É a partir da reflexão destes aspectos que Lojkin (1997), com base na teoria gramsciana em sua discussão sobre consenso, consentimento e hegemonia, e ademais buscando transpô-la, aborda a possibilidade da construção de contra-hegemonias por parte das classes dominadas. Neste ponto, duas considerações feitas por esta autora são importantes: primeiramente, é preciso observar que há um erro ao se reportar a Gramsci a construção do conceito de “contra-hegemonias”, o que o autor de fato teorizou foi sobre hegemonia em disputa; em segundo lugar e para que a discussão conceitual não seja o mote desta análise, Lojkin faz uma importante consideração sobre de que classes dominadas estamos falando, a saber

“É bem verdade, no entanto, que esses espaços de ‘contra-hegemonia’ centrados no ‘papel dirigente’ da classe operária e de seus ‘aliados’ (intelectuais e camponeses) são completamente inadequados às novas relações salariais, em particular à emergência de um assalariado dos serviços, que definir provisoriamente mediante uma dupla identidade negativa: nem operários, nem executivos” (p.23).

O movimento operário analisado pelo autor francês terá esta dicotomia e hibridez de uma classe formada por uma gama de trabalhadores em sentido amplo que denotam tanto aqueles do chão da fábrica como aqueles prestadores de serviços. Com base nesta construção que Lojkin aponta algumas estratégias de atuação que já se diferenciam do movimento “clássico”. Pela primeira vez, o autor informa sobre a atuação em rede promovida pelos militantes socialistas em Lille em oposição ao patronato local. Lojkin apresenta esta experiência como uma organização de ajuda mútua, direcionada a negociação e oposta às antigas estratégias da ação direta. Categoricamente, o autor aponta que por mais que haja mudanças no movimento operário ou social, o que ainda denota sua formação é uma identidade de classe e não proletária como os acionista afirmam. Esta consideração se faz importante na medida em que a identidade proletária caracteriza-se, segundo Lojkin, em uma “comunidade de sofrimento, consciência defensiva, voltada para si mesma” (p.28), ao

contrário da identidade classista que busca a ação como forma de questionar o modo de gerir capitalista (idem).

O autor encerra esta primeira parte do texto resgatando a atualidade do seu trabalho, refletindo que mais do que nunca o Estado precisa ser problematizado e desmistificado enquanto simples “aparelho repressor”. A contemporaneidade se abre para uma busca de espaços livres e democráticos de diálogos, acessíveis a todo e qualquer cidadão. Da mesma forma o início do capítulo IV, Lojkine (1997) retoma brevemente a discussão do Estado – o que ele denomina de Político – para apresentar os achados já identificados nos capítulos anteriores que de forma pragmática seriam: a) o Estado é um espaço de luta de classes, ainda que hegemonicamente esteja subordinado aos interesses da classe dominante; b) o Político apresenta possibilidades em si para a efetuação de uma transitoriedade a um novo modo de produção no qual poderá pôr fim a luta de classes.

No tópico seguinte dentro deste mesmo capítulo, Lojkine objetiva construir conceitualmente o que é um movimento social. O autor apresenta uma primeira definição afirmando caracterizar-se como movimento social

“a capacidade de um conjunto de agentes (sujeito histórico) das classes dominadas diferenciar-se dos papéis e funções através dos quais a classe (ou fração de classe) dominante garante a subordinação e dependência dessas classes dominadas com relação ao sistema sócio-econômico em vigor” (p.314).

Logo em seguida, Lojkine busca diferenciar movimento social e movimento revolucionário. Neste ponto, o embate do autor com seu contemporâneo Alain Touraine se acirra na medida em que, corroborando sua análise do Estado anteriormente realizada, o autor verifica como objetivo deste sujeito coletivo a transformação da sociabilidade ao passo que Touraine conotaria ao movimento social um caráter meramente reformista e estanque. Lojkine considera que a avaliação do colega descola o Estado da sociedade, sendo aquele neutro e insensível às mudanças produzidas na base societal. Nesta perspectiva, o movimento social seria apenas um agente de **contestação** e não de **gestão** (idem).

Uma consideração importante neste campo seria como os acionistas explicam a abertura de novos canais de participação pós-Constituição de 1988 no Brasil, por exemplo. Não estariam participando dos conselhos, conferências, audiências públicas, membros de movimentos sociais diversos? Ou para os acionistas, deixariam de ser parte do movimento social aqueles que assim participassem? Para Lojkine (1997) a resposta é simples a essas

questões: de fato o movimento social se torna vitorioso ao participar da gestão do poder político. Por isto que a mobilização das massas e a organização política estão intimamente conectados na condução do movimento revolucionário e do movimento social que assim adotar esta prerrogativa. O autor aponta que nem todo movimento social é um movimento revolucionário, mas, contudo, o contrário é verdadeiro.

Prosseguindo em sua explanação, Lojkine (1997) amplia sua conceituação sobre movimentos sociais caracterizando-o a partir da combinação de dois processos sociais: a) o de “pôr-se em movimento” definindo aspectos de **intensidade e extensão** do movimento social pela articulação da base social e de sua organização; e b) do “pôr-se em movimento” ao “desafio” político o que garante a definição de sua **natureza sociológica**. O autor finaliza este ponto afirmando que da articulação entre esses dois processos é que será possível avaliar o alcance histórico de um movimento social. Esta, portanto, é a matriz de categorias proposta por Lojkine para compreensão dos movimentos sociais. Essas são as primeiras categorias importantes para montagem da matriz que se pretende fazer para a consecução da análise do objeto desta pesquisa que, somados ao que veremos no próximo livro de Lojkine, *O tabu da gestão*, pretende-se que sejam suficientes para que se alcance este objetivo.

Continuando com ao exame da obra, o autor (1997) procura, então, transpor sua definição de movimentos sociais para um campo mais específico do objeto de sua análise: os movimentos sociais urbanos. Lojkine traça um paralelo com o autor M. Castells ao abordar as lutas urbanas na cidade de Paris. O autor aponta que Castells tem uma visão diferenciada de Touraine ao destacar que reivindicação urbana se não se ligar à luta política geral corre o risco de se tornar isolada politicamente. No entanto, Lojkine demonstra que os exemplos utilizados pelo autor acabam corroborando esta situação de isolamento por se tratarem de grupos minoritários não articulados com o movimento operário, ainda que este último também não estivesse afeito a causa urbana nos últimos tempos.

Lojkine, então, passa a discorrer sobre o que caracterizaria os antigos e os novos movimentos sociais urbanos demarcando-os a partir das contradições que os perpetram. Estas antigas e novas contradições possuem também um delimitador temporal: a passagem do capitalismo em seu estágio clássico ou pré-monopolista para o estágio monopolista. As contradições antigas, define o autor, seriam aquelas ligadas i) ao financiamento da aglomeração e ii) ao uso do solo destinados ou a produção capitalista ou a reprodução da força de trabalho. Ainda que estas contradições não tenham sido superadas, Lojkine aponta

que as novas contradições distinguem-se pela i) nova mobilidade espacial e temporal do capital monopolista e ii) pelas novas formas de autonomização social e espacial das funções econômicas das empresas (*idem*).

É importante frisar que essa definição de antigos e novos movimentos perpetradas por Lojkin em nada se assemelha a teoria dos Novos Movimentos Sociais, já anteriormente exposta neste trabalho. Como vimos, esta teoria busca diferenciar os movimentos sociais a partir da diversificação dos atores que compõem essas ações coletivas, a condução de novos significados e estilos de vida. Lojkin sempre propõem sua análise a partir desta relação imbricada entre sujeito e estrutura não descolando-o e reduzindo-o a pautas diversas desenraizadas.

Ao final deste capítulo, o autor conclui que a política urbana atual propõe uma tripla segregação: a) entre atividades (indústrias e escritórios); b) entre residências e atividades; c) entre tipos de residência e modos de acesso aos equipamentos coletivos. É com base nestas constatações que o autor conclama que somente quando os critérios de definição política não forem subordinados a lógica lucrativa é que se poderá promover um desenvolvimento equilibrado entre regiões de um mesmo país. A luta por uma política urbana equânime deve ultrapassar as fronteiras dos ganhos imediatos em prol de uma transformação ampliada que suprima o motor econômico dominante.

Na conclusão de seu livro, Lojkin aponta que ao invés da oposição clássica entre capitalistas e proletários, o que se vislumbra no horizonte é uma nova contradição entre uma fração da classe dominante (monopolista) e o conjunto das camadas não-monopolistas (proletários e proprietários clássicos) o que por conseguinte modifica a comunidade de interesses que perpetra o poder político. Sobre o urbano, o que o autor apresenta é o caráter segregativo das políticas levadas a cabo demonstrando que com base na evolução do sistema capitalista atinge-se ao nível mais elevado da divisão sócio-técnica do trabalho referendada pelo espaço urbano, qual seja a divisão entre trabalho material e trabalho intelectual. As zonas centrais das cidades passam a serem ocupadas e a servirem a esta comunidade intelectual enquanto que a periferia resguarda as atividades de execução e os lugares de reprodução da classe trabalhadora.

Sem delongas, partiremos em seguida a análise da segunda obra de Jean Lojkin, qual seja: *O tabu da gestão*, para compreensão da matriz de categorias que se pretende realizar ao final deste exame. O livro em questão fora inicialmente publicado na França em 1996, aqui

utilizaremos a edição de 1999, e representa um novo alento na pesquisa do autor sobre a questão urbana. Centrado em sua análise sobre o movimento sindical ao longo de um século e as transmutações requeridas de suas práticas, o autor busca validar sua hipótese: em um cenário de crise econômica e oscilações do capital em caráter generalizado, antigas instituições que regulavam as relações sociais, como os sindicatos, precisam reorientar suas intervenções de maneira a antever as transformações sociais vindouras, colocando na ordem do dia a prática gestonária como parte de um processo de conquista da opinião pública em prol de uma nova relação capital trabalho baseada na ótica da eficácia societal e não da rentabilidade/lucro.

Lojkine (1999) inicia debate fazendo um apanhado das análises sociológicas sobre movimento sindical que têm sido publicizadas nos últimos anos. Constata o autor que a defesa pelo fim do sindicalismo, pela queda do “movimento operário” tem se embasado em uma definição científica de movimento sindical intransmutável ao longo do processo histórico e que não leva em consideração as mudanças das práticas e da classe que luta. Ademais ressaltariam esses prognósticos sociológicos que o crescimento do individualismo em detrimento da ação coletiva, bem como a deterioração do Estado Social e as possibilidades de negociação coletiva encerrariam a dinâmica sindical. Lojkine, portanto, apresenta uma nova alternativa: a possibilidade de um novo tipo de sindicalismo de caráter nem reformista e aderente da direção da empresa tampouco obreirista e/ou alicerçado em práticas de greve e manifestação de rua – ainda que essas últimas práticas permaneçam tendo expressividade e representatividade nas decisões estratégicas do movimento. A opinião pública é o mote da intervenção sindical! A formação de uma nova cultura em que se aliem produtores (de serviços ou produtos materiais) e usuários (clientes). E isto por quê? Porque é preciso compreender, e a batalha da argumentação sociológica fundamenta-se neste ponto, que uma verdadeira mudança nas relações sociais não se dará ao incurso de uma *Grand Soir*<sup>16</sup> violenta, porém se construirá na “evolução revolucionária”<sup>17</sup>, na conquista diária de aliados a causa da construção de uma nova sociabilidade. Neste sentido, portanto, que o movimento sindical – e também os movimentos sociais – recentes devem buscar romper as barreiras reivindicativas e imiscuir-se no desafio de articular a política, o estatal, o econômico e o social.

---

<sup>16</sup> Expressão para caracterizar a ação estanca de tomada do poder pela classe operária, antes da qual nenhum tipo de ação política de caráter discussional deva ser levada a cabo.

<sup>17</sup> Definição usada por Jean Jaurès, socialista francês, e repetida por Lojkine para dar significado a esse processo de construção da consciência coletiva das classes oprimidas.

Nesse desafio de construir o percurso teórico que fundamentará essas proposições, Lojkin dividirá seu trabalho em três partes: uma primeira, intitulada Continuidades e Rupturas, que versa sobre os acontecimentos na história do movimento sindical francês que desembocaram nesta nova orientação da ação coletiva; em seguida, uma parte que abordará as Novas estratégias sindicais acentuando o caráter novo do conteúdo econômico e das estratégias das experiências apresentadas direcionadas pelas rupturas anteriormente apontadas; por fim, a terceira parte denominada Novas práticas sindicais buscará dar materialidade a essas rupturas e novos conteúdos, aprontando que uma nova cultura passa a se concretizar no movimento sindical, sendo baseada na comunicação, na troca de informações e na conquista da opinião pública.

A primeira parte do seu livro, Lojkin faz importantes considerações sobre de que maneira a ideia de gestão, de adquirir competências gestonárias se infiltrou no movimento operário francês a partir do início do século XX. Ressalta o autor que já em 1909, com a publicação intitulada *La Vie Ouvrière*, esse debate começa a tomar forma e a trazer novas perspectivas para um sindicalismo que ainda estava dividido entre as visões “reformista” e a “revolucionária”. A intencionalidade deste projeto é a “intervenção dos assalariados na gestão” inscrita na oposição entre participação dominada na gestão patronal e uma ação autônoma do sindicato. Não se trata, portanto, de integrar a gestão concebida nos moldes da classe dominante, mas de estudar a fundo a ciência que a fundamenta, questionar as estatísticas, índices, de maneira que o próprio operário adquira consciência em si para modificar as relações de poder ali estabelecida, pois conforme diria Pelloutier – um dos inspiradores dos fundadores de *La Vie Ouvrière* – parafraseado por Lojkin, “é necessário dar ao povo, com a crítica das armas, as armas da crítica, esta arma mais segura que o ferro e o fogo” (p.42).

É neste crescente que o tom da crítica que opõe produtores e apropriadores faz nascer novas possibilidades de práticas sindicais. O questionamento das estatísticas oficiais, produzidas seja pelo Estado ou pela empresa, e a produção de um novo saber de caráter operário conduzem a uma reflexão que equivale saber e poder, permitindo, em parte, a construção de resposta frente aos desafios da classe operária. Conforme define o socialista francês Jaurès retomado por Lojkin (1999) nesta parte

“[...] se ‘é a propriedade dos meios de produção a chave da revolução socialista’, esta revolução implica primeiro lugar a apropriação pelos

trabalhadores das competências gestonárias monopolizadas pelo patronato” (p.58).

Essa citação se faz importante na medida em que vai de encontro a perspectiva de um dos colaboradores de La Vie Ouvrière, Francis Delaisi, também lembrado por Lojkin (1999), ao reportar que não haveria meios de uma revolução das classes dominadas se bem sucedida se quando da apropriação das empresas, outrora sob o comando do patronato, os trabalhadores não tiverem a competência de geri-las<sup>18</sup>.

Outro desdobramento deste questionamento sobre a gestão da empresa neste primeiro período do movimento operário francês dá-se sobre a maneira como se realizaria esta interpelação por parte da classe operária. Integrar a gestão patronal, promover uma autogestão proletária ou disputar a gerência dentro da empresa. Entre os autores apresentados nesta primeira parte do livro há uma tendência pelo entendimento que a disputa de poder, em uma lógica quase gramsciana de disputa de hegemonia, crie possibilidades mais assertivas para a classe trabalhadora numa espécie de “evolução revolucionária”. A integração ou mera “participação” dos trabalhadores neste espaço é rejeitada veementemente, ainda que dentro do movimento operário a corrente reformista adote esta postura. A crítica a autogestão dos operários dá-se no que Jaurès chama de pura “ilusão de autonomia” já que continuando as condições gerais do trabalho e do capital sendo ditadas pelo Estado e pelo patronato, o trabalhador continuaria preso a esta lógica (idem).

Esclarecidas estas ponderações iniciais que cercavam o movimento operário francês no início do século XX, Lojkin passa a discutir as experiências inovadoras deste sujeito coletivo. Observando as décadas seguintes, em especial o período de 1944-1947, o autor distingue novas análises, novas construções dos trabalhadores a partir da ideia de “calcular de forma diferente”, questionar a formação de indicadores e índices, de maneira a trazer inovações ao movimento da época. Lojkin aponta três importantes construções que fizeram parte deste período: 1) tentativas de reformular o papel dado aos Comitês de Empresas –

---

<sup>18</sup> Vale salientar que como reportado mais acima, o movimento operário da época se divide entre correntes reformistas e revolucionárias, fundamentadas esta última em teorias não exclusivamente marxista já que apesar do trabalho de Marx ser de notório conhecimento, outras vertentes iluminavam o movimento como o Positivismo de Conte e o Saint-simonismo. Isto implica dizer que este questionamento sobre gestão, educação para gerir, formação de base não vinha necessariamente embasado na teoria social crítica, até porque o próprio Marx duvidava da capacidade da classe trabalhadora em produzir suas próprias estatísticas e criar um novo tipo de saber gestonário pelo menos quando da realização da Primeira Internacional. Considerando isto, os autores e ideólogos citados nesta primeira parte do livro e que instrumentalizam essa discussão neste alvorecer do século XX refletem esta diversidade de bases teóricas.

CE<sup>19</sup>; 2) cooperações com outras frações de classe como os técnicos, engenheiros, gestores, etc.; 3) uma nova perspectiva sobre eficácia econômica e de economia de gastos que ultrapassasse a noção de redução em prol do aumento de produtividade.

Em um período marcado pela guerra, crise do capital e o intento capitalista de retomar os lucros com base em um produtivismo de redução dos gastos com o trabalho vivo, Lojkin (1999) aponta as alternativas econômicas do movimento operário frente as tentativas fracassadas do patronato. O autor informa que as principais organizações que polarizavam os trabalhadores, a Central Geral de Trabalhadores – CGT e a Confederação Francesa Democrática do Trabalho - CFDT, configuram-se como espaços de debate propositivo em que a reflexão sobre a produtividade busca garantir postos de trabalho e não reduzir salários. Ambas instituições constroem “memorandos” da análise conjuntural em que buscam formular “uma outra produtividade” baseada na constatação crítica de falta de meios para a pesquisa-desenvolvimento, atraso tecnológico e ausência de integração comercial e industrial regional bem como na proposição de uma produtividade fundada no atendimento às necessidades sociais. Esses memorandos levados a cabo pelos CE traduziam de fato uma intencionalidade pela democratização da relação homem/meios de produção

“a liberação e a coletivização” dos saberes, a responsabilização, a formação qualificante e o controle dos assalariados sobre os meios de produção, aumentariam consideravelmente “a eficácia” na organização da produção, melhorariam a utilização das capacidades de produção (idem, p. 95)

Em outras palavras, essas construções do movimento operário, ainda que pesadas as críticas – como, por exemplo, a falta de cálculos econômicos – significaram uma crença de que essas novas práticas desembocariam em uma tomada revolucionária do poder. O ímpeto de ruptura com a lógica do capital estava presente nessas novas estratégias e de fato representou a grande força motriz no intento de sindicalista de se interessarem pela gestão.

A Segunda parte do livro de Lojkin (1999) inaugura-se na continuidade da construção do percurso histórico do movimento sindical pós-1946. O autor aponta que um novo cenário político-econômico-social ainda nos marcos do capitalismo se descortina: o patronato ao invés de desqualificar as tentativas de desmistificação da gestão por parte do movimento operário, busca dessa vez a adesão a “modernidade” por parte dos trabalhadores apresentada como

---

<sup>19</sup> Os comitês de empresa ou comitês de gestão foram instituições surgidas em 1944 com o objetivo não de questionar a propriedade capitalista, mas a sua gestão. Podendo ser um espaço de total direção da empresa por parte da classe trabalhadora, se tornará, em suma maior parte, de fato em um mero comitê consultivo de caráter tecnocrata, passivo, em que seus componentes serão acusados de colaboradores de classe.



única solução para o empasse gestor. Desta feita, a necessidade de novas estratégias por parte dos sindicatos representa a tônica do período: interessa-se pela conquista de alternativas econômicas, em princípio apresentadas como não-mercantis, mas que de fato estão dialeticamente imbricadas com a ótica mercantil.

Nessa perspectiva, Lojkine busca então apresentar critérios de gestão alternativos que pudessem auxiliar neste empasse. O autor defende que uma relação de serviço não pode ser medida exclusivamente nem por critérios econômicos de rentabilidade nem por uma racionalidade social fundada na satisfação das necessidades e dos direitos dos usuários, por isso Lojkine propõe quatro critérios de eficácia que articulados poderiam produzir uma nova avaliação dos serviços, seriam eles: 1) **economia dos meios implementados**; 2) **critérios de eficiência**, medida das relações entre os meios consumidos e os resultados diretos; 3) **relação custo/resultados indiretos**, impactos sociais a longo prazo sobre a população presumida; e 4) **relação entre normas sociais, meios utilizados e impactos sociais**. Aos dois primeiros critérios o autor define-os como indicadores de “performance” em menção ao trabalho de J. Gadrey e autores americanos que o teriam construído, e aos dois últimos denominou-os de indicadores de eficácia social ou societal.

Esta é provavelmente a grande contribuição do autor em seu livro. Ao apresentar novos critérios de avaliação de serviços, é possível que estes instrumentos também facilitem a avaliação de novas práticas articuladas em políticas sociais, as denominadas redes que aqui se busca estudar, e contribuam para definição de outros caminhos possíveis rumo ao objetivo do alcance de uma eficácia societal. É importante destacar que o detalhamento com que se quis esmiuçar a obra do autor deve-se ao fato de que se acredita que tais critérios possam, se não revolucionar, mas propor novas formas para discussão não somente de novas práticas sindicais, mais de avaliações de políticas públicas, mecanismos de gestão – principalmente aqueles ditos “participativos”.

Retomando a reta final do trabalho do autor, Lojkine dedica-se a tratar sobre as novas práticas sindicais. O autor constrói que é preciso redefinir espaços, repensar instituições ou contra-instituições, já que o intuito não é pensar na perspectiva funcionalista da matéria, mas de forma a intervir nas falhas da empresa disputando poder. Para isto, Lojkine aponta que uma primeira estratégia importante é a construção de espaços públicos de discussão na empresa que aglomerem todos trabalhadores/assalariados numa proposição de mobilizar inteligência e fortalecer a solidariedade do grupo. Reflete-se também que dois movimentos de saídas são

necessários: primeiramente, um “sair” da classe operária fadada ao obreirismo e ao isolamento dentro da classe, com isto diz-se sobre a necessária inclusão de novos assalariados, aliados na construção de alternativa gestonária – técnicos, engenheiros, e, porque não, executivos “gestonários”. E o “sair” também se faz necessário da empresa, em busca do espaço público local, de novas cooperações entre empresas com o objetivo de criar uma solidariedade assalariados/usuários (e que este “sair” não se confunda com a “ilusão de autonomia” mencionada anteriormente). A partir desta análise é que se chega a conclusão de que

A mobilização coletiva não pode mais se medir pelos indicadores clássicos: número de grevistas, número de dias de greve. Ela passa, cada vez mais, por um “trabalho de formiga”, que consiste em persuadir cada assalariado a discutir, a recensear, a jogar o jogo da discussão pública para conquistar a opinião, primeiro, dos assalariados e, em seguida, da população. Ao imaginário do combate “classe contra classe”, sucede assim um combate mais complexo, em que referências são muito menos nítidas, em que assalariados não podem mais se reduzir a um grupo mítico e homogêneo (a classe operária, o proletariado) (LOJKINE, 1999:298).

E isto porque na atualidade, o movimento sindical não mais se defronta com a lógica de Revolução Industrial, do chão da fábrica, das relações sociais clássicas entre operário e capitalista, mas com uma Revolução Informacional, que longe de significar apenas uma modificação do instrumento de trabalho – o computador – implica em si em uma completa reformulação das relações sociais marcadas pelo primado da circulação da informação<sup>20</sup>. Por isto que a prática gestonária orientada para a busca da eficácia societal bem como aliada a conquista da opinião pública em prol de uma nova reformulação dos antigos papéis entre patronato e assalariados faz-se necessária em um horizonte de transformação da sociabilidade.

Encerrando este tópico em que buscamos destrinchar uma perspectiva neomarxista sobre os movimentos sociais, podemos salvaguardar uma combinação das categorias presentes nas obras do autor e que servirão de base para a análise que se pretende fazer a partir do objeto de estudo, qual seja a Rede Social da Estrutural. Desta forma

Quadro 01 – Matriz de categorias com base na teoria Lojkineana

<b>O ESTADO CAPITALISTA E A QUESTÃO URBANA</b>
--

<sup>20</sup> O que não significa que abandonemos a centralidade do trabalho nesta sociabilidade capitalista. Para mais, observar J. Lojkine, *La Révolution Informatiionnelle*, PUF, 1992. Edição brasileira – Cortez Editora, 1998.

Definição de movimento social	<p>“pôr-se em movimento”:</p> <p>- Intensidade } Combinação da <u>base social</u> e a = Força Social</p> <p>- Extensão } <u>organização do movimento social</u></p>
	“Desafio” político
<b>O TABU DA GESTÃO</b>	
Rentabilidade	<p>&gt;&gt; Economia dos meios implementados</p> <p>&gt;&gt; Critérios de Eficiência, medida das relações entre os meios consumidos e os resultados diretos</p>
Eficácia Societal	<p>&gt;&gt; Relações custos/resultados indiretos (<u>impactos sociais</u> a longo prazo sobre a população presumida) = Aliança de critérios mercantis a não-mercantis (atendimento/satisfação de necessidades)</p> <p>&gt;&gt; Relação entre normas sociais, meios utilizados e impactos sociais</p>

Fonte: Elaborada pela autora

Considerando ser importante ainda um adendo ao debate dos Movimentos Sociais Urbanos, articulamos que as redes sociais enquanto objeto de estudo tem sido explorado por várias vertentes das Ciências Humanas, a saber: a Psicologia, a Comunicação Social, a Tecnologia da Informação, entre outras, alicerçadas em bases de conhecimento que procuram focar-se nas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs) sem o devido aprofundamento teórico e reflexivo das implicações no processo de produção e reprodução da sociedade, as Redes Sociais vem sendo interpretadas como meras representações desse (re)evolucionismo tecnológico.

Em contraponto, sustenta-se que a introdução das NTICs podem ser analisadas a partir da teoria social crítica tendo por bases categorias clássicas do marxismo: contradição, mediação, totalidade e trabalho. Argumenta-se que a transformação das forças produtivas materiais não se centra somente na revolução do instrumento de trabalho, ainda que este ponto seja essencial, mas traz consigo uma série de possibilidades de modificação das próprias relações sociais engendradas na sociedade. Baseando-se na perspectiva teórica do marxista francês Jean Lojkine, o qual utiliza-se da expressão Revolução Informacional para analisar os processos sociais contemporâneos, considera-se que

[A Revolução Informacional] é, primeiramente, uma revolução tecnológica de conjunto, que se segue à revolução *industrial* em vias de terminar. Mas é muito mais que isto: constitui o anúncio e a potencialidade de uma nova civilização, *pós-mercantil*, emergente da ultrapassagem de uma divisão que opõe os homens desde que existem as sociedades de classe: divisão entre os que produzem e os que dirigem a sociedade [...]. A divisão social entre os que têm o monopólio do pensamento e aqueles que são excluídos deste exercício agora posta em questão – ou, mais exatamente, seu questionamento torna-se hoje um problema social real na escala de toda humanidade (LOJKNE, 1995, p.11 e 12, grifos do autor).

Segundo o autor, a Revolução Informacional incorpora elementos singulares de seu próprio período histórico que não podem ser ignorados ou considerados em uma perspectiva pós-moderna, na qual o ser social não se funda mais na centralidade do trabalho, mas sim da informação, isto é, com base nesta análise teórica, o indivíduo tornar-se-ia de transformador da natureza para um produtor ou aquele que compartilha informações<sup>21</sup>.

O referencial teórico da Revolução Informacional traz um parâmetro importante e diferenciado para uma análise das redes sociais. Corrobora-se que a discussão sobre a temática no amplo espectro das Ciências Humanas carece de um referente crítico que venha a esmiuçar as determinações histórico-estruturais deste processo preñado de contradições ainda por serem estudadas. Outrossim a novidade do objeto de estudo é antes de tudo um interesse pela aproximação, como Lojkine o faz, de análises conjunturais que longe de serem apenas uma análise empírica sem precedentes é em si um confronto com o referencial teórico definido.

Para além deste novo olhar para o objeto de estudo, considera-se que a compreensão do fenômeno das redes sociais pode trazer novas perspectivas para o entendimento de outras categorias clássicas das ciências sociais como política social, movimentos sociais e cidadania. Isto porque a atuação em rede tem trazido um novo alento para lidar com uma questão social cada vez mais complexa, em um horizonte no qual as políticas sociais defrontam-se com recursos escassos, múltiplos atores envolvidos, interação entre agentes públicos e privados – nacionais, regionais e locais – e uma crescente demanda por participação social.

Retomando o referencial teórico da Revolução Informacional em confronto com o debate sobre políticas sociais a partir do espectro das redes sociais, uma aproximação possível, mas não a mais antiga, pode ser observada em Maria Helena Rauta Ramos. A autora em 2002 desenvolveu um trabalho intitulado *Metamorfoses sociais e políticas urbanas* que buscou articular esta discussão. A partir do diálogo com Lojkine, Rauta Ramos constrói seu percurso analítico destrinchando as determinações do processo de globalização do capital e os impactos no processo de produção e reprodução da relação entre capital e trabalho. Considerando a brecha deixada pelo francês, o qual afirma que as potencialidades da

---

<sup>21</sup> A corrente teórica pós-moderna surge em fins do século XX e reforça-se nas primeiras décadas deste novo século com um discurso fragmentário na tentativa de desbancar, principalmente, a teoria marxista e sua perspectiva de totalidade da sociedade. A intencionalidade é proporcionar uma base teórica para discussão de fenômenos contemporâneos como novos agentes políticos e sociais, novas formas de luta e novas concepções sobre a ação prática política. Questiona-se a centralidade da categoria trabalho na vida social, o papel dos partidos políticos como vanguarda no processo de transformação social e política, a atualidade da luta de classes como instrumento de mudança da história e o próprio socialismo-comunismo como processo à emancipação humana. Ver E. Costa. *Os movimentos sociais e os processos revolucionários na América Latina: Uma crítica aos pós-modernistas*, 2015.

Revolução Informacional carecem de um movimento social capaz de se utilizar das NTIC's em direção a uma sociedade pós-mercantil, a defesa proposta neste projeto é que as redes sociais possam dispor desta potencialidade se se analisa o fenômeno articulado a totalidade da sociedade vinculando-o a proposta conjunta do trabalho de Rauta Ramos (2002), a qual desenvolve o conceito de redes de cooperação política

Para realizar a potencialidade das próprias NTIC, é necessário que nas lutas sociais sejam adotados alguns elementos de mudança, cujas relações intrínsecas precisam ser desenvolvidas. Entre esses componentes de transformação estão a democratização da capacidade instalada de redes, a expansão da educação e da técnica – condições imprescindíveis ao seu uso – e, enfim, a democratização de seu usufruto em escalas cada vez maiores (idem, p. 62).

Levando em consideração a proposta da autora, vislumbra-se que a compreensão das redes sociais possa ser desenvolvida sobre este paradigma de flexibilização das relações entre os homens e maior democratização das lutas sociais. Os autores trazem um grande alento para construção do debate sobre o fenômeno das redes sociais tanto a partir da categoria de Movimento Social Urbano discutida anteriormente como por meio do debate das redes de cooperação política, demonstrando que o ato de se debruçar sobre este objeto a partir da teoria social crítica é factível e desejável se se pensa enquanto questão emergente na contemporaneidade.

### **3.3. O Caminho mais fácil: o porquê da não adoção da categoria de “redes sociais”**

É importante ponderar aqui o caminho não adotado por esta pesquisa e que talvez fosse o usual para estabelecer os termos do debate referente ao objeto de pesquisa: a adoção do termo “redes sociais” enquanto categoria de análise de saída. Esta argumentação se faz importante na medida em o que se tem vislumbrado sobre a discussão das novas ações coletivas e encampado sobre os movimentos sociais as articulações em rede. No Brasil, dois principais autores têm sido referências nas discussões de rede, são eles: Manuel Castells e Ilse Sherer-Warren, ambos já supracitados, sendo que o primeiro advém da Escola francesa sobre a questão urbana, e a segunda transita entre as correntes acionista e culturalista.

Em sua bibliografia, Manuel Castells desenvolveu a trilogia intitulada *A Era da Informação* entre 1996 e 1998 formada pelos livros: *a Sociedade em Rede* (1996), *o Poder da Identidade* (1997) e *o Fim de Milênio* (1998). Este trabalho incrementou a aproximação do

autor com a temática das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação NTICs e o distanciamento com relação aos estudos sobre a questão urbana e também da perspectiva marxista adotada inicialmente. Já no primeiro livro, o autor distingue sua perspectiva de rede a partir dos impactos que essas novas tecnologia constituem para os processos sociais, assim sendo

A convergência da evolução social e das tecnologias da informação criou uma nova base material para o desempenho de atividades em toda a estrutura social. Essa base material construída em redes define os processos sociais predominantes, consequentemente dando forma à própria estrutura social (CASTELLS, 1996:567).

O termo rede analisado pelo espectro das novas tecnologias relaciona-se a forma de se ter acesso a informações. Também muito ligado ao compartilhamento de uma linguagem, de códigos de comunicação. Uma crítica interessante sobre esta perspectiva de rede apontada por Acioli (2007), é que parece haver uma aparente igualdade entre os indivíduos que compõem a rede, sendo esta muito utilizada sob a cortina de uma pretensa democratização e abertura. Mas será realmente que esta abertura é real? Ou será mais uma armadilha de cooptação? Ou conforme as perguntas da autora: “quem decide neste processo dito democrático? Quem detém as informações?” (idem, p. 09).

Numa perspectiva mais ampliada, a crítica marxista que se faz às análises de Castells fundamenta-se na representatividade associada a tecnologia da informação e, por conseguinte, da própria informação como paradigma estruturador da produção e reprodução do capital. A ideia de uma “nova economia” estabelecida por conexões informativas em que a geração de lucro se daria por processos de financeirização do capital sem que as forças produtivas tradicionais (terra e trabalhador) sejam acionadas parece empreender um viés na própria compreensão do modo de produção capitalista.

Ruy Sardinha Lopes (2011) em seu artigo *As TIC's e a regulação financeira – uma crítica à Manuel Castells* constrói sua análise crítica da produção do espanhol. Segundo o autor, as transformações no capitalismo pós-crise dos anos 1970 associadas a necessidade de retomada dos lucros em queda devido ao esgotamento dos ganhos no sistema fordista de produção empreendeu diversas desregulamentações que proporcionaram a abertura de capitais ao sistema financeiro. É fato ainda que o setor das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) foi o grande alvo dos investimentos dos capitais, principalmente de risco, a partir dos anos 90 e isto

Em primeiro lugar porque através das TICs o ajuste produtivo à lógica rentista pode ser objetivado e grandes parcelas do trabalho vivo precarizadas.

Em segundo lugar, porque por seu intermédio o capital financeiro pode adquirir a mobilidade e abrangência necessárias para se tornar hegemônico. Em terceiro lugar, porque a infra-estrutura tecnológica e territorial necessárias ao desenvolvimento e objetivação deste “novo mundo” representou uma excelente oportunidade de investimento e absorção do capital superacumulado. Em quarto lugar, porque a própria informação e conhecimento (além, é claro, da cultura – talvez o primeiro sinal de que “algo” mudara no seio do capitalismo) se transformaram nas mercadorias vedetes de uma economia assentada não mais na exploração da força de trabalho, mas nas capacidades sígnicas e cognitivas, no intelecto geral (LOPES, 2011, p. 03).

A assimilação das NTIC's não pode ser considerada sem a devida compreensão da totalidade das relações sociais do modo de produção capitalista em que se insere. Castells (1996) aponta que essas tecnologias por si só seriam capazes de refrear o impulso capitalista e de trazer equilíbrio às forças de mercado. Ora, retomando a análise de Lopes (2011), atribuir valor ex-ante aos dispositivos técnicos da rede global advém de uma interpretação distorcida tanto da natureza das tecnologias da informação e de sua relação com a sociedade, quanto da lógica da acumulação sob preponderância financeira da valorização. E isto porque a lógica de acumulação capitalista na perspectiva da financeirização reforça a crença de que a produção de mais-valia seria possível através de mecanismos informacionais e comunicacionais sem recorrer ao chão da fábrica. Na verdade o que se verifica é uma ampliação da apropriação da renda real produzida pelos trabalhadores por parte do capital fictício.

Mais do que o eufemismo de uma sociedade em rede aberta a circulação linear de informações por mecanismos informáticos capazes de isoladamente revolucionar as relações sociais é preciso questionar as formas de utilização dessas NTIC's. Lopes (2011) traz apontamentos importantes sobre a utilização serventúria ao capital dessas novas tecnologias, no entanto, considera-se relevante sua reflexão enquanto processo contraditório e esta categoria marxista é importante ser declarada. Isto posto e a partir desta premissa, é possível discutir as potencialidades de transformações nas relações sociais fundamentada em um cenário de diversificação das forças produtivas sociais.

Pode-se considerar que a adoção do termo redes enquanto categoria analítica em Castells acaba por filiar-se a esta perspectiva de descolamento das relações sociais mediadas pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação – NTIC's do processo produtivo em si. É preciso apontar essas contradições já que este autor tem sido frequentemente adotado para explicar os processos sociais contemporâneos, imiscuindo assim sua perspectiva teórica nas ciências sociais brasileiras.

Fazendo um paralelo com a autora Ilse Sherer-Warren, que também desenvolve um diálogo com Castells a partir de sua análise sobre formação das redes sociais, destaca-se sob sua perspectiva que

A análise em termos de “redes de movimentos” implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologista, feministas, étnicos e outros. Subjacente ao transnacionalismo, há uma opção que também é ética – humanística. E esta também é a opção da análise em termos de “redes”, ou seja, a do compromisso com os princípios humanísticos que permitem a comunicação, articulação e solidariedade entre atores sociais diversos (SCHERER-WARREN, 2005:9-10)

Ao chegar a esta conceituação, Ilse Sherer-Warren em seu livro *Redes de Movimentos Sociais* (2005) traça todo um percurso histórico sobre as construções a cerca dos movimentos sociais que se fizeram historicamente na América Latina. A autora distingue quatro períodos: i) meados do século XX a década de 70; ii) os anos 70; iii) a década de 80; e iv) a partir de 1990. Considera Sherer-Warren que os pensamentos de Alain Touraine e Manuel Castells <sup>22</sup> tiveram bastante influência na região no segundo período apresentado, a autora porém não identifica motivações para tal aproximação. Um ponto importante a destacar deste intercâmbio entre América Latina e Europa são as modificações e rupturas que são verificadas com relação ao período imediatamente anterior. Destaca Ilse que ao invés da centralidade da luta de classes, assume-se a conquista da hegemonia como paradigma, a possibilidade de criação de uma vontade nacional-popular.

Prosseguindo com sua análise, Ilse inscreve sua argumentação sobre redes sociais no palco do debate acerca dos movimentos sociais. Para a autora redes foram a forma que o novos movimentos sociais pós-80 adotaram em sua organização. Neste intuito é importante relembrar o que teoria dos Novos Movimentos Sociais – NMS, pontuada no início deste capítulo, tem a apresentar. Na perspectiva da autora, os NMS tem-se pautado pela busca de uma nova cidadania construída a partir da legitimidade da luta por novos direitos, em

---

<sup>22</sup> Nos apropriamos da divisão que Souza (2005) faz sobre a trajetória de Manuel Castells ao identificar dois momentos de seu pensamento: primeiramente aquele associado a elaborações realizadas no furor da crítica francesa da questão urbana identificando uma conceituação para movimentos sociais que se aproximam marginalmente da teoria marxista (ver o debate em Souza, 2005, entre as perspectivas de Castells e Lojkine). O segundo período dos escritos de Castells, como já reportado, pode ser caracterizado pelo afastamento (ou mesmo ruptura) com a teoria social crítica e o incremento de uma nova teoria centrada na informação como categoria base.



contraposição a legalidade dos já existentes, sendo que a luta por esses novos direitos se dá de forma não-violenta\_(contrária a prática anterior dos grupos e movimentos tradicionais). O tripé que fundamentaria a análise dos Novos Movimentos Sociais seria a identidade, a identificação do adversário e a definição de um projeto, sendo que este último não necessita estar atrelado a uma transformação social profunda nas raízes das relações sociais, bastando apenas como a autora já pontuou, a conquista de novos direitos. Ainda que este conceito adquira adeptos no país é importante ponderar que a própria Ilse (2005) identifica limitações para este “ator coletivo” a saber: i) a questão de classe, porém a autora não aprofunda neste tópico; ii) a penetração destes movimentos na sociedade; iii) o problema da defasagem entre discurso e prática; iv) e o alcance fragmentado dos NMS. O desenvolvimento das redes sociais viria justamente para suprir esta última defasagem. Porém e os demais desafios? Sherer-Warren não deixa claro como estes seriam superados.

Sob a perspectiva da construção que temos feito até aqui, retomamos a mesma crítica feita anteriormente ao pensamento de Touraine: a utopia pela emancipação política de relações mediadas por direitos, pela liberdade em sentido negativo, pela crença na ética humanista seria suficiente para orientar o sujeito em movimento? Ou deveríamos ampliar este horizonte em direção a pautarmos a busca da emancipação humana, o verdadeiro espírito livre do ser humano que não vê no outro um obstáculo a sua liberdade, mas busca com ele viver em harmonia. Rememorando as palavras de Paulo Freire (2005) “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (p.29).

Finalizamos este segundo capítulo teórico e para tal fechamento, antes que adentremos no capítulo que tratará em específico na análise de dados, há que se deixar claro a que conclusões chegamos aqui. O minucioso trabalho de debate das abordagens teóricas sobre os movimentos sociais buscou encharcar de novas determinações o conceito de “redes sociais” o qual passaremos a utilizar como categoria chave para compreensão do objeto de estudo. Compreendemos que redes sociais pode ser reivindicado a partir de um enquadramento teórico social crítico dos Movimentos Sociais Urbanos – MSU e das redes de cooperação política na medida em que se traduzem em um fenômeno contemporâneo dotado de força social e desafio político a partir das perspectivas que se aviltam no horizonte para as lutas sociais no horizonte da Revolução Informacional. Aqui pontuamos também que apesar da exaustiva análise que fizemos sobre a categoria de “eficácia societal” cunhada pelo mesmo autor do MSU, esta não será efetivamente aplicada em nosso estudo pelo carecimento por

parte desta pesquisa de apreendê-la somente no contexto do movimento operário e, de fato, não conseguir neste momento transpô-la a realidade das redes sociais.

Deixamos claro que apesar das críticas que fazemos a perspectiva acionista e, conseqüentemente, a dos Novos Movimentos Sociais, não temos o intento de refutá-las enquanto possibilidades teóricas na reflexão das lutas sociais contemporâneas, mas de trazer também a esta cena a abordagem da teoria social crítica como uma mais uma vertente capaz de analisar este fenômeno.

#### **4. ENTRADA NO CAMPO: A CIDADE ESTRUTURAL, A REDE SOCIAL DA ESTRUTURAL E POTENCIALIDADES POLÍTICAS DO MOVIMENTO**

Este capítulo tem a difícil missão de traduzir a partir da condensação entre teoria e coleta de dados todo o esforço de análise nossa do fenômeno da Rede Social da Estrutural. Ponderamos de início que seguiremos um rito de aproximação que pode parecer disperso a uma primeira leitura, mas que procurará compreender as múltiplas determinações deste movimento. A análise será dividida em quatro subcapítulos, quais sejam: *Uma análise histórica da formação da cidade Estrutural*, *Um retrato da Rede Social da Estrutural*, *A práxis da Rede Social da Estrutural* e *O elemento subjetivo da Rede Social da Estrutural*. Cada qual terá um papel de examinar um aspecto do movimento.

Em *Uma análise histórica da formação da cidade Estrutural* informamos ao leitor que primeiramente realizaremos uma abordagem histórica do território onde se baseia a Rede Social da Estrutural buscando compreender o processo de sua formação, as lutas travadas pela determinação do espaço e do espírito da Estrutural e o retrato real desta comunidade. Já no subcapítulo *Um retrato da Rede Social da Estrutural* levaremos a cabo a uma primeira aproximação da Rede Social da Estrutural compreendida a partir do desenvolvimento de técnicas de observação participante e aplicação de questionários. Em *A práxis da Rede Social da Estrutural* consideramos ser o esforço maior de compreensão do aspecto mais objetivo do movimento no sentido da compreensão das pautas discutidas ao longo dos quatro anos de interlocução. Aqui fazemos uso da técnica de análise documental para debater com mais afinco as categorias de análise elencadas nos capítulos anteriores. Por fim, *O elemento subjetivo da Rede Social da Estrutural* vem de encontro a resgatar a apreensão deste sujeito coletivo sobre o movimento real, sobre o engajamento prático e sua reflexão teórica sobre tal.

Dialogamos com o leitor que os instrumentais utilizados para dar vazão a esta análise encontram-se na seção de apêndice desta dissertação e, portanto, naquele espaço será possível encontrar o questionário aplicado aos sujeitos de pesquisa; o roteiro de entrevista, que como será abordado adiante, foi elaborado em total atenção a matriz de categorias desenhada; o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE aplicado em atenção aos termos da ética em pesquisa a todos aqueles que participaram deste estudo; bem como a transcrição de todas as entrevistas válidas realizadas por esta pesquisadora.

À título de conhecimento, trazemos na seção de anexos uma série de documentos, imagens e estudos realizados pelo próprio pleno da Rede Social da Estrutural. Destacamos

que boa parte deste material já estava disponível nas mídias sociais e/ou em espaços de encontros presenciais dos quais o movimento participou e, portanto, além do devido crédito de autoria, não fere o sigilo em pesquisa. A riqueza deste material inclusive busca dar corpo e trazer mais uma perspectiva para compreensão deste fenômeno.

Estabelecido os termos do debate, convidamos o leitor a prosseguir por este capítulo.

#### **4.1. Uma análise histórica da formação da cidade Estrutural**

O Distrito Federal enquanto unidade da federação de caráter diferenciada das demais possui em seu histórico de construção e expansão a moessa segregatória do espaço urbano. Entre as explicações mágicas, esotéricas e de fé, a transferência da capital do país, anteriormente no Rio de Janeiro, para o interior do Centro-Oeste foi antes de tudo um imperativo do modelo de desenvolvimento adotado nacionalmente. Brasília representou a busca pelo incremento da industrialização no país ordenada sob o manto do modo de produção capitalista de pensar a cidade enquanto “forma de agregação humana no espaço da urbanidade que, em última instância, é a condição social mais compatível com as exigências do capital avançado” (SOUZA, 2005:81).

Ammann (1991) destaca ainda que o processo de definição do Centro-Oeste enquanto espaço prioritário para dar vazão ao intento pela industrialização nacional característico do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) está associado também a outro fator importante: Brasília enquanto ponto de conexão das diversas regiões agrícolas do país. E isto porque foi a vocação para agricultura que em muito subsidiou a industrialização nacional, seja através da destinação de produtos para exportação, garantindo assim a necessidade de bens primários e secundários, seja suprindo as necessidades das massas urbanas, permitindo o processo de acumulação urbano-industrial. O Sudeste – região que abrigava a então capital do país – carecia de expansão das fronteiras agrícolas sem contar que a própria transferência para Brasília dirimiria outras questões de ordem social e econômica que já vinham afetando a região, quais sejam:

“absorção de correntes migratórias que demandavam o Sudeste; articulação entre o polo industrial e as fronteiras agrícolas, representadas pelo Norte e pelo Centro-Oeste; base de expansão do capital financeiro; criação de mercado de trabalho na área de construção civil; ampliação do mercado

consumidor consubstanciada pela presença da alta burocracia e do pessoal de embaixadas; ponto de irradiação para ocupação da própria região” (FERREIRA APUD. AMMANN, 1991:38).

A instalação da capital, portanto, no Centro-Oeste deve ser compreendida a partir desta perspectiva de subsidiária ao processo de industrialização e corolário das transformações necessárias para constituição de um espaço cidadão que correspondesse a este intento. A construção de Brasília iniciou-se em 1956 e o objetivo era que já no ano de 1961 ela fosse inaugurada.

Com a construção da nova cidade, um problema surge: como lidar com os resíduos sólidos gerados, os entulhos das obras? A cerca de quinze quilômetros do centro de Brasília se firma a solução: o Lixão da Estrutural. Inventariado em meado dos anos 60, o Lixão veio a se consolidar como alternativa, em princípio temporária, de descarte dos resíduos produzidos pela nova capital. Apesar de controvérsias em relação ao ano exato em que se constituiu este espaço, há análises que visualizam já na década de 70 que as primeiras famílias começam a ocupar os arredores do aterro construindo suas casas a partir de materiais oriundos da catação do lixo, ofício este que também servirá como meio de subsistência desses núcleos.

No final deste mesmo decênio outro importante fato para constituição da cidade foi a abertura da rodovia DF-095, Estrada Parque Ceilândia – EPCL, para interligar a Estrada Indústria e Abastecimento – EPIA, na altura da Cidade do Cruzeiro, à Taguatinga na altura da DF-001, também conhecida como Pistão Norte. Seguindo em frente chega-se à Ceilândia já na BR-070, que integra o Sistema Viário Nacional, rodovia radial, com sentido de Brasília a Cuiabá: uma Via Estrutural (DISTRITO FEDERAL, 2014).

Em 1989, foi criado o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA ao lado da Via Estrutural, como mecanismo que previa a remoção da invasão, para outro local. Várias tentativas foram realizadas neste sentido. Entre os episódios mais emblemáticos desta luta consta que em julho de 1997, quando quase 3 mil famílias já moravam em uma região no interior da Estrutural, o então governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque do PT ordenou que a Polícia Militar removesse 700 novos barracos. Mais de 1.700 policiais entraram na Estrutural e foram combatidos a pau e pedra. A PM usou bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Cristovam, então, instalou uma administração militar comandada por um major (FORTES, 2010).

Muneto Orrego (2014), p. 75, retomando Costa (2011) também corrobora para esta análise

Entre 1997 e 1998, a população da Estrutural cresceu ainda mais, estimulada pelos confrontos políticos, sobretudo os grupos políticos de oposição ao governo de Cristovam Buarque. Os interesses eleitorais elevaram gradativamente o número de pessoas que diariamente chegavam à Vila, incentivando a ocupação irregular com promessas de que no local seria instalada a cidade. O deputado José Edmar liderou o movimento de moradia e de inquilinos no DF e começou a enviar moradores para a Vila Estrutural, dita ação também teve a Joaquim Roriz [ex-governador do Distrito Federal] como principal promotor.

Neste período também um novo assentamento dentro da própria Estrutural surge, denominado Setor de Chácaras Santa Luzia, formada por aqueles antigos moradores de outras zonas dentro da cidade que foram expropriados e também por aqueles que com a promessa de fixação buscavam um lote para residirem.

A cidade Estrutural vai se fomentando em termos de crescimento e assentamento de famílias que em busca de uma moradia invadiam novos locais dentro da região e construam suas habitações. A década seguinte é marcada pela criação já em janeiro de 2004, da Região Administrativa XXV – SCIA, Lei nº 3.315, tendo a Estrutural como sua sede urbana além de abranger a Cidade do Automóvel, onde está localizada a sede da Administração Regional (DISTRITO FEDERAL, 2014).

De acordo com a Pesquisa Domiciliar por Amostra de Domicílios – PDAD elaborada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN entre 2013 e 2014, a Região Administrativa conta com mais de 35.000 habitantes, sendo sua maioria homens (50,51%), na idade entre 15 e 39 anos (63,23%), não-brancos (cerca 76,85%), com uma escolaridade de Ensino Fundamental Incompleto (47,29%), empregados (48,12%), sem acesso a equipamentos culturais (uma média de 96% não frequentam museus, cinemas, teatros ou bibliotecas) ou esportivos (94,20% não frequentam espaços esportivos) e com uma renda per capita de R\$428,00.

Outro dado importante referente a cidade vem da Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal promovida pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE em 2011. Nela consta que a Estrutural é o 6º território com maior índice de vulnerabilidade social dentre 62 elencados. A pesquisa serviu de base para a implementação da política de Assistência Social de forma a atender as populações mais vulneráveis do Distrito Federal.

## 4.2 Um retrato da Rede Social da Estrutural

A Rede Social da Estrutural enquanto movimento organizado conglomerando sujeitos vinculados a execução de políticas sociais, seja no âmbito do governo ou em instituições não-governamentais, e a sociedade civil *strictu sensu*, formada por aqueles que são alvo destas mesmas políticas, mas também detentores da capacidade em exercer o controle social sobre estas, remonta ao início de sua trajetória a 2011 em face da iminência da IX Conferência de Assistência Social do Distrito Federal que ocorreria naquele ano. Consta que a necessidade de articular as instituições do território para comporem este espaço de participação suscitou as primeira reunião do movimento. Após a realização daquela Conferência, já em 2012, retomaram-se os diálogos e desde então a Rede Social da Estrutural vem intervindo em prol da cidade sem interrupções (informação verbal).

A organização da Rede Social da Estrutural desenvolve-se por meio de reuniões ordinárias ocorridas às terças-feiras do mês em local fixo no Centro Comunitário da cidade localizado junto ao Setor Central, Área Especial 9<sup>23</sup>. Anteriormente a este encontro, reúne-se a Comissão Organizadora da Rede Social da Estrutural responsável por articular as pautas que serão discutidas na reunião ordinária; por definir coordenadoria, relatoria e secretaria dos encontros; por convidar aos participantes para reunião ordinária; e por articular a instituição que apresentará os serviços que realizam na cidade. Inicialmente, esta comissão foi idealizada para funcionar de forma paritária entre Estado e sociedade civil tanto que na ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 21 de novembro de 2012 ficou estabelecido que compunham esta comissão os sujeitos vinculados a Administração Regional da Estrutural, a Secretaria de Estado do Trabalho Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH, a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude – SECRIA, a Secretaria de Estado da Saúde – SES, ao Conselho de Segurança – CONSEG, a Universidade de Brasília – UnB, ao Coletivo da Cidade e a Central Única das Favelas – CUFA. Atualmente esta comissão não possui esta estrutura, mas continua abarcando as mesmas reponsabilidades.

---

<sup>23</sup> Este espaço atualmente encontra-se interditado em virtude de uma chuva que causou danos às instalações. Provisoriamente, a Rede Social da Estrutural tem se reunido no auditório da Administração Regional da cidade.

Ainda sobre esta comissão, a observação participante constatou que apesar do caráter volante da função de coordenação das reuniões, esta esteve constantemente nas mãos de um membro, representante do Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS, que é apontado como o precursor do movimento da Rede Social da Estrutural. Quando da saída deste sujeito, curiosamente, a reunião da Rede Social da Estrutural passou a ser coordenada não por outro membro antigo do movimento, mas de fato pelo sucessor da função no órgão público a qual o antigo coordenador estava vinculado. Da mesma forma constatou-se que a relatoria estava sob a competência de uma pessoa referenciada deste órgão, que não necessariamente se apercebia como integrante do movimento, mas que cumpria apenas a função que lhe era atribuída. Importa registrar ainda que o membro responsável pela função de secretariado não foi identificado nas reuniões observadas, sendo a hipótese que as funções atribuídas a este foram abarcadas pelo coordenador, quais sejam: de organização das falas e controle do tempo.

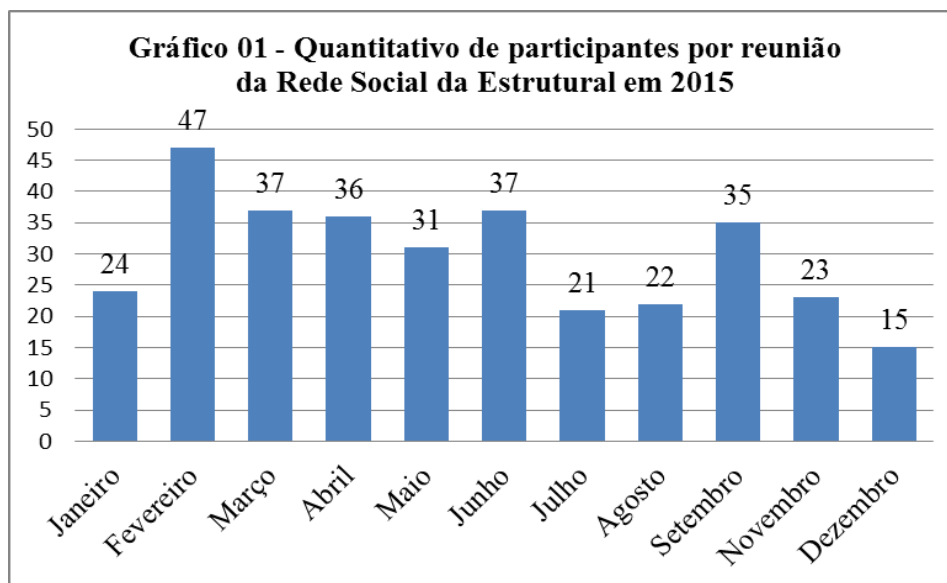
Entre as hipóteses que podemos suscitar com relação a este direcionamento das reuniões pela representante do CREAS destaca-se ocorrência destes encontros no espaço vizinho a instituição: o Centro Comunitário. De fato ambos ocupam o mesmo prédio assim como o Instituto Federal de Brasília em sua unidade na Estrutural. Outra hipótese que viabilize esse direcionamento do movimento por parte de uma representante da política de Assistência Social seria que entre as atribuições dos executores desta política está o mapeamento e a organização da rede socioassistencial local. No documento denominado Política Nacional de Assistência Social, assim caracterizam

Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada (BRASIL, 2004: 44-45).

A observação das reuniões ordinárias e dos documentos elaborados verificou que estes encontros seguem um roteiro de realização praticamente uniforme havendo apenas algumas reuniões que não seguiram este padrão, qual seja: i) inicialmente há a apresentação breve dos presentes; ii) em seguida a leitura da ata (eventualmente os próprios sujeitos denominam este instrumento de “memória”) da reunião ocorrida no mês anterior; iii) segue-se a apresentação de alguma instituição que desenvolva serviços no território ou que tenham como área de abrangência a Estrutural em sua atuação sucedida por ocasionais questionamento dos



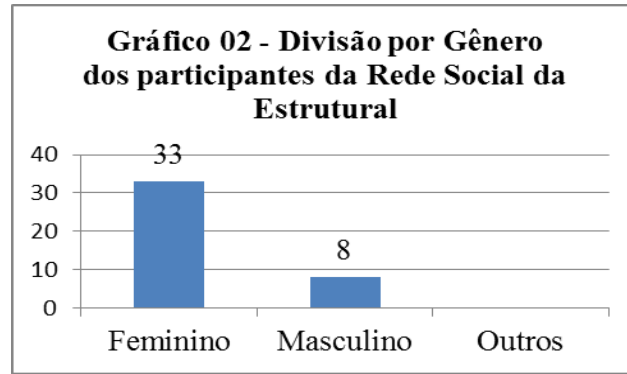
participantes; v) prossegue-se, então, com o debate dos pontos em pauta anteriormente divulgada a reunião que podem ou não gerar encaminhamento; vi) finalizado com informes gerais dos membros. Normalmente as reuniões iniciam por volta de 9h e findam próximo ao meio dia. A disposição dos participantes é em círculo, sendo que nas reuniões de 2015 houve uma média de 29 participantes por reunião.



Fonte: Elaborado pela autora

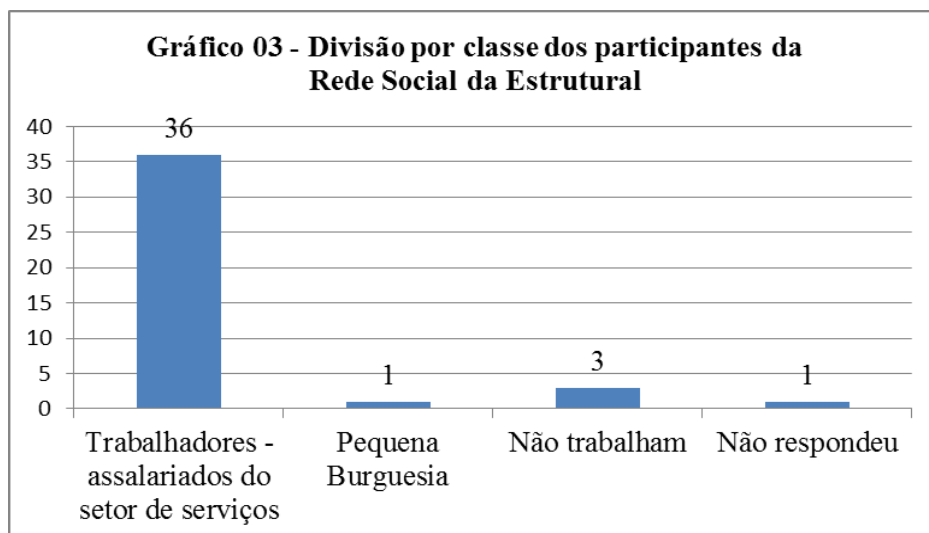
Acerca dos participantes da Rede Social da Estrutural foi elaborado um questionário com o objetivo de traçar um perfil destes a partir da análise de parâmetros como gênero, raça, Região Administrativa de residência, classe e ano em que ingressou no movimento. Os dados revelam que a Rede Social da Estrutural é formada majoritariamente por mulheres (80,4%), que se autodeclararam não-brancas (53,5%), residentes ou à Estrutural (19,5%) ou ao Plano Piloto (19,5%), trabalhadoras do setor de serviços (87,8) – seja em instituição governamental ou não – e que ingressaram no movimento naquele ano (51,2%)<sup>24</sup>. Conforme já reportado na introdução deste trabalho foram aplicados um total de 41 questionários no período de setembro de 2015 a fevereiro de 2016, isto inclui não somente aqueles que participaram das reuniões ordinárias, mas eventuais entrevistados que hoje não compõem a Rede Social da Estrutural, mas que a partir da análise documental das atas das reuniões fez-se importante empreender um processo de escuta desses sujeitos que desenvolveram ações relevantes para a constituição do movimento.

<sup>24</sup> Ao total, seis questionários apontaram que aquela era sua primeira participação na Rede Social da Estrutural. Aos que apenas declararam que 2015 estavam ingressando na Rede Social da Estrutural, não há informações sobre o mês que adentraram ao movimento.



Fonte: Elaborado pela autora

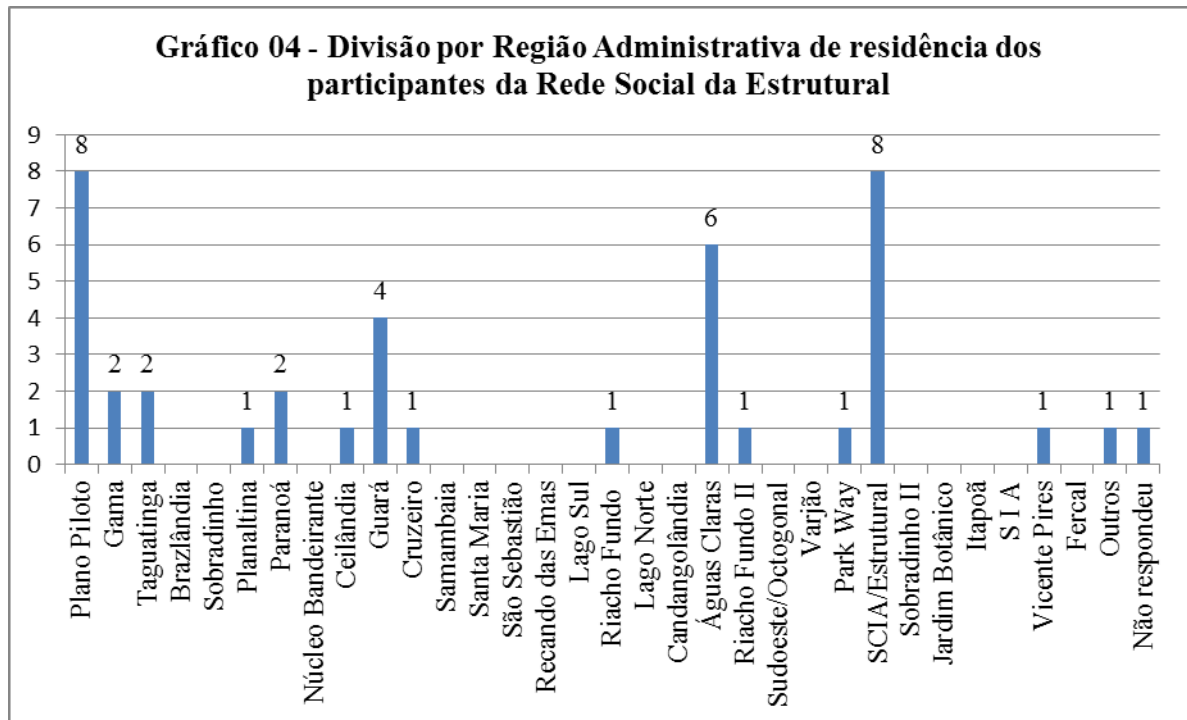
A disparidade entre o quantitativo de mulheres e de homens que compõem a Rede Social da Estrutural é bastante expressivo e traduz algumas análises que precisam ser suscitadas. Se cruzarmos os gráficos de gênero e de classe, aplicando a mesma taxa de proporção entre homens e mulheres que compõem a Rede Social da Estrutural a classe a que integram, concluiremos que cerca de 70,6% dos participantes do movimento são mulheres e trabalhadoras do setor de serviços. Essa definição apresenta uma variável importante a ser considerada quando da análise mais a frente que será feita dos debates e proposições suscitados na Rede Social da Estrutural. Isto porque como será observado a política de educação será constantemente posta em pauta, principalmente no que tange a instalação de equipamentos públicos na modalidade de creche. Historicamente, a definição de uma política pública para a primeira infância está diretamente ligada a luta das mulheres por emancipação e ascensão ao mercado de trabalho.



Fonte: Elaborado pela autora

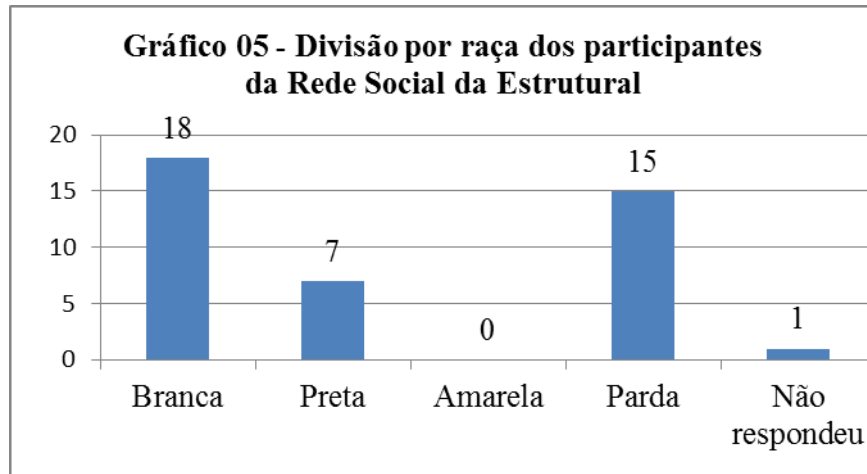
Ainda que não possamos apresentar dados precisos sobre o quantitativo, é importante destacar que uma considerável parte dos que afirmaram ser trabalhadores – assalariados do setor de serviços

são aqueles que executam políticas públicas seja no âmbito governamental ou não-governamental. São de fato sujeitos que têm como espaço sociocupacional a própria cidade da Estrutural, mas que não necessariamente residem na cidade. O gráfico 04 demonstra que os participantes da Rede Social da Estrutural residem na cidade ou em áreas contíguas a ela como Plano Piloto, Guará, Águas Claras, Cruzeiro, Vicente Pires, Taguatinga e Ceilândia. Conjuntamente essas sete Regiões Administrativas abarcam 75,6% dos respondentes do questionário.



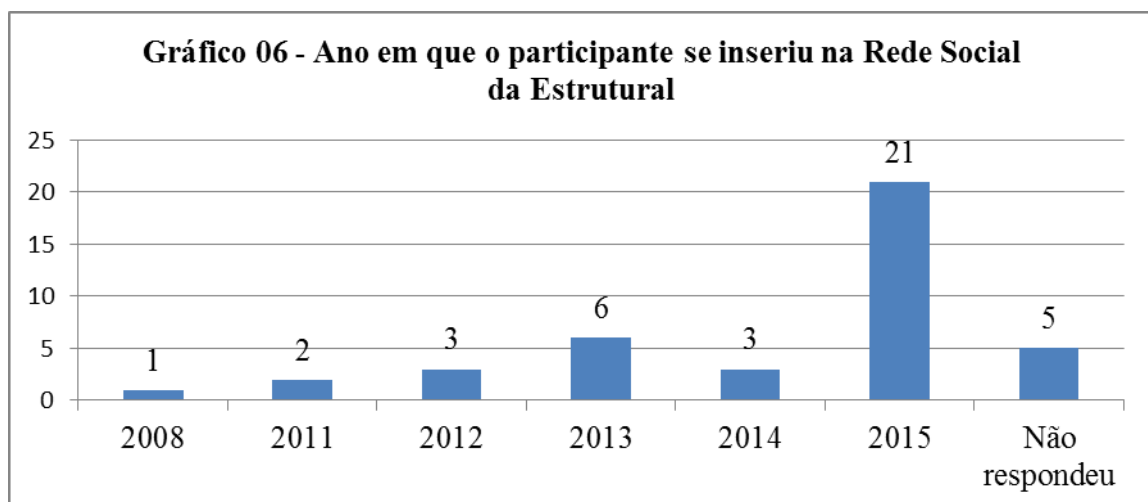
Fonte: Elaborado pela autora





Fonte: Elaborado pela autora

De fato o dado mais emblemático de toda a pesquisa foi o que trata sobre o tempo em que o participante está inserido na Rede Social da Estrutural. Ao total 21 (51,21%) indivíduos responderam que 2015 foi o primeiro ano que buscaram ou foram convidadas a compor o movimento. Cruzando com as informações coletadas durante a fase de observação participante, verifica-se que vários sujeitos que preencheram o questionário estavam ali na reunião daquele movimento pela primeira vez e havia certo desentendimento sobre o que se tratava a Rede Social da Estrutural, tanto que não foram inexpressivos o quantitativo de participantes que deixaram esta pergunta em branco: 5 (12,19%). Somente 36,58 % dos respondentes do questionário compõem o movimento há mais tempo: 2013 indica um pico de novos integrantes e um sujeito informou que em 2008 já participava de um movimento na Estrutural que buscava agregar diversas instituições para refletir sobre o território.



Fonte: Elaborado pela autora

Concedera-se que a volatilidade dos participantes da Rede Social da Estrutural seja sintomático da própria caracterização dos sujeitos que integram este movimento. Para

fazer parte da Rede Social da Estrutural além da vontade individual de agregar-se a outros sujeitos com projetos políticos, concepções de mundo similares a sua, a relação com o território é de suma importância, seja na condição de trabalhador na Estrutural ou morador da cidade, esse aspecto é o que agrega os sujeitos e possibilita a construção de uma práxis coletiva. A quebra deste vínculo com o território seja por remoção (no caso dos servidores públicos), transferência, ruptura de contratos de trabalho, mudança, etc. acaba também por gerar uma quebra na identificação com o movimento. Esta desagregação no entanto não implica que aqueles que se afastaram não estabeleçam mais um projeto político comum com a Rede Social da Estrutural, mas apenas que o afastamento do território limita a construção do “homem coletivo” em busca da transformação da realidade local, porém não da transformação da história em sentido ampliado.

No próximo tópico abordaremos em profundidade a trajetória prática da Rede Social da Estrutural, referendando sempre que a busca dessa construção histórica alicerça-se na abordagem teórica alinhavada nos dois primeiros capítulos deste trabalho. Relembramos que este subcapítulo foi elaborado a partir da análise documental das atas disponíveis de todas as reuniões realizadas pelo movimento desde 2012, totalizando 27 documentos fichados. O acesso a esse material se deu por meio eletrônico no grupo de e-mails da própria Rede Social da Estrutural, a qual esta pesquisadora tem acesso em virtude da proximidade com o movimento anteriormente explicitada, e a partir da pasta que guarda toda documentação do movimento, entre atas, listas de presença, ofícios expedidos, etc., disponível junto a uma das instituições, a qual tem em seus dirigentes sujeitos que desenvolvem importantes funções dentro do movimento.

### **4.3. A práxis da Rede Social da Estrutural**

A primeira reunião que teve uma ata formalmente elaborada data de 21 de novembro de 2012. Como já apontado anteriormente o histórico de articulação do movimento da Rede Social da Estrutural é anterior a esta data mas, como de fato os registros nem sempre acompanham a história, temos apenas a partir deste marco um documento redigido e compartilhado com todos os membros por intermédio do grupo de e-mails. As atas disponibilizadas neste meio eletrônico constam do quadro apresentado abaixo. Insta frisar que

as atas analisadas são apenas aquelas referentes a reuniões ordinárias do movimento, dispensando-se as atas de reuniões extraordinárias e aquelas por ventura elaboradas em reuniões da comissão organizadora da Rede Social da Estrutural.

Quadro 02 – Demonstrativo de atas das reuniões ordinárias da Rede Social da Estrutural

2012	21 de novembro
	12 de dezembro
2013	23 de janeiro
	16 de abril
	21 de maio
	18 de junho
	16 de julho
	20 de agosto
	17 de setembro
	15 de outubro
2014	25 de março
	Abril
	15 de julho
	19 de agosto
	16 de setembro
	21 de outubro
	18 de novembro
12 de dezembro	
2015	20 de janeiro
	24 de fevereiro
	17 de março
	28 de abril
	21 de julho
	18 de agosto
	Setembro
	Novembro
	08 de dezembro

Fonte: elaborada pela autora

Ainda no que tange a forma e não ao conteúdo destes documentos, observa-se que as atas analisadas seguem um padrão de organização, a partir de janeiro de 2013, representada pela indicação no canto direito superior da primeira página o logotipo da Rede Social da Estrutural, logo abaixo e de forma centraliza o título “Reunião da Rede Social da Estrutural” que pode ser precedido da ordenação em algarismo romano e sucedido ou não do ano a qual corresponde aquela reunião. Abaixo deste título, o subtítulo informa sobre a data de

realização, o horário de início e a localização onde se deu aquele encontro. Logo abaixo, é apresentada a pauta alinhada à esquerda. E então procede-se a descrição da reunião.

As atas elaboradas no ano de 2012 apresentam o início de uma estruturação da Rede Social da Estrutural. A preocupação com a organização do movimento, o formato das reuniões e a vinculação de novos membros traduz essa busca pela formalização (não no sentido de adquirir uma personalidade jurídica, mas mais no intento de dar forma e conteúdo) do movimento. A reunião ocorrida em 21 de novembro de 2012 traz a apresentação da Rede Social do Varjão que na pessoa da coordenadora do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS da região informa sobre o projeto de intervenção posto em prática por aquele movimento e quais os resultados produzidos. Pauta-se a necessidade da própria Rede Social da Estrutural apresentar resultados, resultados este que traduzem um sentimento comum entre os participantes pela reivindicação de “melhorias” para a cidade, sendo que mesmo esta reunião tendo sido dominada basicamente por representantes do Estado, o tom de cobrança em relação a um deles (Administração Regional da Estrutural) é perene.

A última reunião de daquele ano em 12 de dezembro, esta estruturação mencionada acima já tinha sido levada a cabo chegando àquela formatação descrita anteriormente neste capítulo. Aqui um passo em direção a construção de um desafio político deste movimento é dado. Em uma das falas dos integrantes da Rede Social da Estrutural em citação do projeto apresentado na reunião passada pela Rede Social do Varjão que possuía o claro objetivo de combater a violência é reportado que “[...] a rede não se resume a um projeto para coibir a violência e que, paralelamente, deve abarcar demandas em relação ao acesso às políticas públicas como Habitação, Trabalho e Renda, Cultura e Lazer, Educação entre tantos outros” (ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 12 de dezembro de 2012, p. 01).

Deste primeiro ano de construção do movimento duas constatações são passíveis de serem articuladas: primeiramente e retomando aqui os escritos de Lojkine no que trata sobre os Movimentos Sociais Urbanos – MSU, verifica-se que a base social do movimento (intensidade) tem clara definição junto aos representantes de instituições governamentais e não-governamentais que realizam algum tipo de prestação social no campo das mais diversas políticas sociais, mas com especial destaque àqueles vinculados a Assistência Social, Saúde e Educação; em segundo lugar, observa-se que a organização do movimento (extensão) está sedimentada no território da cidade Estrutural abarcando inclusive o Setor de Chácaras Santa Luzia que mais a frente veremos que tomará uma atenção especial do movimento; por último, o início de um delineamento do desafio político da Rede Social da Estrutural começa a ser



consolidado, a priori é possível definir que a ampliação de acesso às políticas sociais, como bem uma das integrantes do movimento destacou, possa ser o desafio político desta organização.

Ainda que esses apontamentos possam carecer de aprofundamento teórico, é possível vislumbrar mais algumas ponderações importantes e que nortearão toda a análise de dados que se construirá: por que compor a Rede Social da Estrutural? Por que enquanto base social formada por sujeitos que possuem vínculos trabalhistas com o Estado, este espaço antagônico, em disputa, ou com as Organizações não-Governamentais, responsáveis muitas das vezes por executarem parte das competências do próprio Estado no que tange a oferta de serviços sociais, por que compor um movimento que extrapola suas atribuições, partindo do pressuposto que enquanto trabalhadores suas atribuições são de ordem técnica e não política, ainda que seja impossível desassociar esta natureza ambígua do fazer, e refletir sobre uma nova práxis?

Uma pista para responder a estes questionamentos pode ser encontrada na análise proposta por Gramsci em *A Concepção Dialética da História* (1978). O marxista italiano, ao tratar sobre a realização da natureza humana, dialoga a respeito da necessidade do homem de transformar o ambiente (natureza e outros homens) ao redor, afirma o autor que “a afirmação de que a “natureza humana” é o “conjunto das relações sociais” é a resposta mais satisfatória porque inclui a ideia do *devenir*: o homem “devém”, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais” (GRAMSCI, 1978:43, grifo do autor). Em outras palavras, é nas relações sociais que o homem constrói os processos de mudança, de transformação. Mas como se dá esta associação entre pares? Gramsci também responde a isso afirmando que é a partir da “obtenção de uma unidade ‘cultural-social’ pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, se solidificam na busca de um mesmo fim, sobre a base de uma idêntica e comum concepção de mundo” (GRAMSCI, 1978:37) que se constrói o “homem coletivo”, aquele produtor das transformações históricas. Dito de outra forma a unidade é essencial na produção de mudanças e por meio deste entendimento é que podemos compreender a formação da Rede Social da Estrutural.

Ponderamos que esta análise não dá por encerrada a discussão a cerca das determinações a que este sujeito inserido na Rede Social da Estrutural, participe do escopo do Estado ou da sociedade civil organizada na qualidade de trabalhador, está submetido: legitimador da ideologia de classe dominante no interior deste espaço ou promotor de um projeto ético-político alternativo que busca disputar a hegemonia nestes ambientes? Uma

fonte a mais pode ser suscitada quando da análise de Pereira (2009) em seu trabalho intitulado *Estado, Sociedade e Esfera pública* sobre a separação entre Estado e sociedade. Dialoga a autora que em virtude dos desmandos do Estado absolutista nos idos do século XVI, a construção da resistência burguesa fundamenta-se na distinção entre público (Estado) e privado (sociedade) e na ascensão dos indivíduos a categoria de cidadãos, detentores de direitos, direitos estes que em primeiro lugar buscam definir limites ao domínio daquele tipo de Estado. Invoca-se a liberdade como direito maior, esta compreendida em sentido negativo, que nega qualquer interferência do Estado ou de governos em assuntos ditos privados, em especial o mercado. O que se pondera e, tomamos emprestado da autora esta análise, é a luta por um novo entendimento de liberdade, que consideramos como positiva, aquela que recorre

[...] a **efetiva participação do Estado nos assuntos da sociedade**, para, inclusive, tornar as liberdades individuais possíveis. Subjacente a essa concepção, encontra-se a ideia de que a liberdade, como princípio matricial, não deve ser engessada numa postura negadora da participação social do Estado e, por isso, precisa associar-se a um outro princípio matricial: a *igualdade* substantiva (e não só formal), que implica *equidade e justiça social* (PEREIRA, 2009:03, grifo nosso).

É importante salientar que ainda com base no trabalho da autora é esta perspectiva sobre liberdade que vai subsidiar a construção de uma segunda ordem de direitos, os denominados direitos sociais que são estes tanto invocados pela Rede Social da Estrutural quanto traduzem esta ambivalência da relação entre Estado e sociedade na qual os membros do movimento se encontram.

Não deixando de lado o debate iniciado, mas dando continuidade à análise das atas, inaugura-se 2013 com a discussão sobre os rumos do movimento. Pondera-se sobre como montar uma pauta de trabalho que produza resultados efetivos no território, ou seja, que alcance o desafio político que não somente se trata de ampliar as políticas sociais, mas ganha uma nuance diferente que é também abarcar e “promover” o controle social dessas mesmas políticas pelos cidadãos residentes no território. Aqui o percurso a ser trilhado nesta direção é importante, o como fazer, como se aproximar deste objetivo. Da mesma forma, é salutar nas falas apresentadas a legitimidade que ações produzidas com este fim trazem para o próprio movimento.

Tornando mais claro, o ano de 2013 será marcado pelas primeiras mobilizações em esfera pública (Scherer-Warren, 2006) promovidas pela Rede Social da Estrutural: constrói-se eventos em dias de grande visibilidade como o Dia Internacional da Mulher (08 de março), o Dia de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio) e

Dia Contra o Trabalho Infantil (12 de junho). Ilse Scherer-Warren, ao abordar o que ela define como níveis de organização dos interesses e valores de cidadania no âmbito da sociedade civil, afirma que

[...] as *mobilizações na esfera pública* são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo (2006:112, grifos da autora).

Concordamos com o que a autora define como mobilização, porém ponderamos que o que o conceito de esfera pública utilizado demonstra carecer de um amadurecimento no sentido de que em seu texto Scherer-Warren parece equivaler esfera pública e espaço público. Aqui dialogamos com Pereira (2009) ao abordar que a esfera pública é onde se dá a relação entre Estado e sociedade, onde se remete os nexos entre o público e o privado. Portanto a esfera pública transcende o entendimento de um espaço onde o Estado é ausente e a sociedade civil se faz presente, mas mais do que isso, representa a interface entre esses dois entes.

Em via paralela, verifica-se que a estruturação de intervenções a médio e longo prazo começam a ser discutida, mas como um movimento orgânico a definição de qual percurso tomar não é linear e implica avanços e retrocessos. Ainda no início do ano é construído um plano de trabalho nos moldes daquele apresentado pela Rede Social do Varjão quando de sua apresentação na Rede Social da Estrutural. São definidos quatro grupos de trabalho para debater estratégias de intervenção em expressões da questão social abarcadas pela temática maior da violência ou violações: i) trabalho infantil, ii) violência sexual, iii) violência doméstica, e iv) criminalidade. Todos os membros da Rede Social da Estrutural foram divididos entre esses grupos que deveriam organizar-se de maneira a “estabelecer um cronograma conciso de ações de cada violência, levantar os dados da cidade, mapear o cenário, visando inclusive a mensuração dos avanços, construção de uma metodologia e prazos para a construção do projeto” (ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 23 de janeiro de 2013, p.03). É salutar que a união de sujeitos que possuem a *expertise* do planejamento como uma ferramenta política para direcionar a intervenção tenha a possibilidade de produzir resultados que vão além da aparência, mas que atinjam a essência do objeto a ser modificado.

O trabalho conduzido por esses grupos gerou reuniões extraordinárias, sensibilizações dos participantes e produção de relatórios. Observa-se, no entanto, que a proposta de trabalho a partir do *Plano de Enfrentamento de Violências na Estrutural*, nome dado pela própria Rede Social da Estrutural, não cria a aderência necessária a sua continuidade. Ainda assim, firma-se como positivo o intento desta iniciativa “para que todos interpretem as violências (violência doméstica, violência sexual, trabalho infantil e violência letal) numa mesma linha conceitual” (ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 16 de abril de 2013, p.02). A horizontalização conceitual é sem dúvida um caminho para a construção de um projeto político comum entre os sujeitos que compõem a Rede Social da Estrutural. De fato, retomase o que Antônio Gramsci dialoga sobre a construção de uma “unidade “cultural-social”” já explicitada anteriormente nestas páginas.

Metodologicamente, constrói-se uma proposta de trabalho alternativa e trata sobre a intervenção da Rede Social da Estrutural em casos específicos apresentados pelos membros do movimento. Este entendimento para condução da intervenção da Rede Social da Estrutural foi levada a cabo na mesma reunião de abril. Cerca de dois meses depois, é realizada a avaliação de que “o objetivo da Rede é tornar os casos individuais em demandas coletivas para uma resolubilidade mais geral, sem priorização de um em detrimento de outros” (ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 18 de junho de 2013, p.02). Busca-se com isto construir o que os próprios membros do movimento definem como “interfaces institucionais”. Verifica-se dois movimentos importantes para definição da Rede Social da Estrutural: ao mesmo tempo em que esta é formada por sujeitos conscientes das potencialidades que este movimento proporciona e portadores daquela contradição entre Estado e sociedade apresentada acima, assume-se que o Estado deve ser o provedor da proteção social; de outra maneira o entendimento das determinações que esses “casos” apresentam, referenda que “na imediatez do real, elas mostram-se como singularidades – mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade” (NETTO, 2009:13).

Ainda assim, observa-se que para além da adoção deste procedimento metodológico na organização do movimento, pautas que exigem outras formas de articulação são debatidas e encaminhadas nos encontros da Rede Social da Estrutural. Um ponto que continuamente foi e é discutido pelo movimento trata-se da questão da falta de creches para crianças de 0 a 4 anos na cidade Estrutural. Em 2013, as primeiras intervenções fomentadas para dar resposta a esta problemática foram construídas. Consta que a Estrutural não dispõe de uma creche da

rede pública de ensino, apenas de algumas poucas instituições conveniadas que prestam tal serviço em troca de repasses do governo. O número de instituições e de vagas disponíveis na cidade é desconhecido. Segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD elaborada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan no ano 2013 demonstra que 3.508 crianças menores de 06 anos, o que equivale 9,08% da população do território, encontravam-se fora da escola. Os dados consolidados de 2011 refletem que eram 2.812 crianças nestas condições, representando 8,75% da população local. Um comparativo mais longínquo que conseguimos realizar é com base na PDAD de 2004 que indicava que na Estrutural eram 2.391 crianças menores de 07 anos (um diferencial no indicador em relação às pesquisas mais recentes) totalizando 16,5% da população total da cidade. Estes dados vêm a corroborar o significado que a falta de políticas públicas direcionadas a esta população específica, leia-se creches, se traduzem em uma preocupação perene dos sujeitos que reivindicam a cidade.

Se entendemos que a demanda por creche reside nas modificações que a própria família trabalhadora passou ao longo de mais de dois séculos de capitalismo, verificaremos que na Estrutural a reivindicação por este equipamento público é mais do que justa na medida em que sua formação histórica é constituída por trabalhadores principalmente àqueles ligados a catação de materiais recicláveis. Como aponta Esping-Andersen (2000), a família tradicional em que a figura masculina era responsável por vender sua força de trabalho e com os proventos garantir o sustento de toda sua família (produção), ao longo do acirramento das condições de trabalho, rebaixamento dos salários – causados pela busca implacável de maiores lucros por parte do capitalista – levou a mulher, antes responsável pelo trato da casa e dos filhos (reprodução social), a também procurar o mundo do trabalho para complementar os rendimentos do companheiro, sendo aviltada a participar de toda engrenagem de produção e reprodução do capitalismo<sup>25</sup>. A reivindicação por creches e escolas integrais nasce dessa luta das mulheres por garantia de cuidado e assistência pública e de qualidade provida pelo Estado para seus filhos de forma que estas também possam vender sua força de trabalho, hoje não somente para suplementar os salários defasados de seus companheiros, mas também, e em muitos casos, para ser a única fonte de renda, serem chefes de família.

---

<sup>25</sup> Ainda que esta análise esteja embasada nas formações históricas de países capitalistas centrais e que a realidade brasileira implica em fazermos algumas concessões no sentido de que a classe trabalhadora nacional em sua inteireza não se submeteu a estas determinações, tendo desde seu início um quantitativo significativo de mulheres chefes de família, é válido apresentarmos a análise da autora para dialogarmos sobre o nascimento das políticas voltadas para infância no bojo da inserção feminina no mercado de trabalho.

A Rede Social da Estrutural, apesar do desfalque da participação da sociedade civil não organizada, mas vinculada ao território e tendo sobremaneira a participação de mulheres em sua formação (como vimos no tópico anterior) não deixou de atentar-se a esta expressão da questão social. Na reunião de maio de 2013 é definida a construção de um documento conjunto direcionado a Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal – SEDF para tratar não somente da falta de creches na cidade, mas para abarcar outra problemática da cidade que foi o fechamento da Escola Classe nº 01 devido ao um vazamento de gás desde maio de 2012, que passou a funcionar provisoriamente na SGAS 907 conjunto A (onde hoje está localizada a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE) e desde então não tem previsão para retornar a funcionar na cidade<sup>26</sup>. Tal documento deveria ser entregue na ocasião da reunião seguinte onde, por meio de convite, estariam presentes representantes daquele órgão. Feito desta forma, na reunião de junho de 2013, duas representantes da SEDF prestam esclarecimentos sobre a situação dos equipamentos de educação na cidade e afirmam que novas unidades devem ser construídas em breve. Na oportunidade, é elencado pela Rede Social da Estrutural que dois de seus membros ficariam responsáveis por monitorar a implementação desta política. Insta frisar, no entanto, que nenhum desses sujeitos está vinculado a algum órgão da política educacional, já que, como outro ponto importante a ser destacado, a aderência de sujeitos vinculados a Educação ao projeto político do movimento constitui-se um desafio da própria Rede Social da Estrutural.

Como fruto do trabalho deste monitoramento, pode-se vislumbrar a definição de um plano de intervenção junto a população já na reunião de julho daquele ano

A ideia do GT [grupo de trabalho] é convocar mães e figuras femininas de relevância nesse debate sobre as creches. Por isto, foi encaminhada proposta, votada e aceita de ser realizado dois momentos de mobilização de mulheres interessadas na implantação das creches: primeiramente, o CREAS e o Coletivo da Cidade (com possibilidade de envolvimento do CONSEG) deverão produzir um documento adequando a linguagem dos trâmites que estão sendo realizado para criação das creches focando o público alvo, o que deverá ser feito até o dia 09 de agosto, conforme decisão do pleno; e posteriormente, com o auxílio do COSE, as mulheres serão convocadas a participar de um momento de sensibilização sobre a temática, para que assim possa haver um empoderamento para luta em prol das creches na Estrutural (ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 16 de julho de 2013).

---

26 Ver mais em MORAIS, Raquel. Após 7 meses, escola do DF continua interditada por vazamento de gás. **G1**. Distrito Federal, 14 de janeiro de 2013. Disponível em <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/01/apos-7-meses-escola-do-df-continua-interditada-por-vazamento-de-gas.html> Acesso em 12 de abril de 2016.

Não há informações sobre a implementação deste planejamento, mas outra ação foi promovida pela Rede Social da Estrutural com enfoque específico na região do Setor de Chácaras Santa Luzia. Isto decorre do fato que na reunião seguinte uma moradora daquela localidade participou do encontro e expôs o trabalho que vinha desenvolvendo em sua própria residência no cuidado e trato de crianças em uma iniciativa que se assemelharia ao regime de creche. A situação de vulnerabilidade das famílias, em especial das crianças do Setor de Chácaras Santa Luzia<sup>27</sup> foi o mote necessário para a condução de um novo planejamento de uma intervenção do movimento. Nos dias 06 e 13 de outubro daquele ano todos os membros da Rede Social da Estrutural foram convidados a participar da ação que objetivou “o levantamento de dados e o perfil das famílias que residem no Setor de Chácaras Santa Luzia” (ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 15 de outubro de 2013, p. 02). Ao total cerca de 626 famílias foram mapeadas. Consta que a tabulação dos dados deveria ser feita até o dia 31 de outubro daquele ano, porém devido a falta de divulgação das atas dos meses subsequentes, não há informações sobre quais resultados gerados tampouco as intervenções realizadas a partir deste estudo. Ainda assim, considera-se que os efeitos produzidos no sentido do “pôr-se em movimento” da Rede Social da Estrutural demonstra a organicidade que o movimento veio adquirindo ao longo do tempo já que esta intervenção contou com a participação de um número significativo de seus membros.

O ano de 2013 encerra-se com a ênfase dada a participação em iniciativas como a do I Encontro de Redes do Distrito Federal – evento ocorrido nos dias 13 e 14 de setembro daquele reunindo representantes de cerca de dezoito redes territoriais ou temáticas para debater sobre este novo fazer, uma iniciativa de filosofia da práxis – e das Conferências de Assistência Social demonstrando a necessidade de uma luta mais ampliada por parte do movimento. Uma análise da participação da Rede Social da Estrutural no I Encontro de Redes Sociais do Distrito Federal ponderou-se sobre o conceito de rede social, avaliando-se que há uma diferença entre esta e uma simples rede de serviços. A avaliação dos membros da Rede Social da Estrutural é que esta se alinha a uma rede de serviços, sendo que “não dá para exigir compromisso de todos os participantes, alguns vêm a partir de interesses próprios e vão

---

27 Como já reportado anteriormente, o Setor de Chácaras Santa Luzia constitui-se uma invasão dentro da própria cidade Estrutural. No local todo e qualquer serviço público encontra-se embaraçado em virtude do que o Estado afirma ser uma ocupação em área irregular. Em matéria realizada em 01 de junho de 2015 pela Folha de S. Paulo, moradores locais informavam sobre o descaso com a região: como a falta de água potável, energia, esgoto e coleta de lixo. Para asseverar os desmandos, à época, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB começara a realizar a cobrança de contas de águas, sendo que em virtude da não oferta do serviço os moradores se recusavam a pagar a tarifa e estavam sendo inseridos no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC.

embora, só ficando que realmente tem convicção e afetividade pela causa” (ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 17 de setembro de 2013, p. 02). O questionamento que se faz é: esta “convicção e afetividade pela causa” já não seriam elementos suficientes para a rede transpor o status de rede de serviços para um movimento social orgânico, afinal não é este o sentimento, o “pôr-se em movimento” que diferencia o indivíduo do sujeito (ainda que esta diferença seja promovida por Touraine, esta é válida na medida em que diferencia o Eu do Ser em movimento)? Pontuamos que sim, sendo que extrapolar os limites da ação institucional e construir juntamente com a sociedade civil não organizada os rumos do movimento da Rede Social da Estrutural são apresentados pelos próprios membros do movimento como alguns de seus desafios.

Somente para encerrar a análise do ano de 2013, consta que neste ano foi criado o grupo na rede social *Facebook* do movimento da Rede Social da Estrutural. Atualmente este grupo conta com mais de 300 membros e possui a característica de ser fechado, o que significa que somente os participantes deste podem ver suas publicações.

O ano de 2014 vai representar um crescente da articulação do movimento da Rede Social da Estrutural. Inicialmente a pauta da efetivação da política de educação será retomada e mais uma proposta de intervenção também com foco no Setor de Chácaras Santa Luzia será conduzida. O dia 05 de abril daquele ano foi elencado pelos membros que compõem o movimento para realizar um novo levantamento, desta vez somente das crianças daquela área, para verificar aquelas em idade escolar que se encontravam fora da rede de ensino. O intento era que verificada situação irregular de criança ou adolescente a família fosse orientada a procurar a Coordenação Regional de Ensino – CRE localizada no bairro do Guará por meio da Gerência Regional de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional – GREPAV em posse de documentação para ter a criança encaminhada para escola, sendo assegurado que “caso não haja vaga escolar na Estrutural, a SEE tem a obrigação de aloca-la em outras escolas da região de abrangência desta CRE” (ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 25 de março de 2013, p. 01).

Toda a logística contemplou a definição de um espaço para realização da ação em um equipamento público contíguo ao Setor de Chácaras Santa Luzia, a promoção de encaminhamentos caso as crianças identificadas não tivessem certidão de nascimento, a divulgação do levantamento via rádio e carro de som, a disponibilização de lanches para os participantes do evento e a produção de uma lista a ser encaminhada a Coordenação Regional de Ensino e ao Conselho Tutelar em caso de as famílias não procurarem as instituições. A



importância desta ação do movimento da Rede Social da Estrutural está no assegurar direitos, refletindo sobre a práxis e tendo por base a categoria marxista de mediação, como uma etapa necessária na condução de um projeto político de transformação social.

A produtividade de ações no ano 2014 segue a florada e na reunião de abril é definida a 2ª caminhada da Rede Social da Estrutural em sensibilização ao Dia de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio). Esta caminhada ficou definida para ocorrer no dia 30 de maio. Consta que a avaliação do movimento foi que o evento atingiu o objetivo desejado, mas que a falta de participação das escolas desfalcou a mobilização. Como já verificamos, a inserção das escolas na Rede Social da Estrutural, ou melhor dizendo, a unidade ao projeto político do movimento por parte de sujeitos trabalhadores da política de educação é um dos grandes desafios da Rede Social da Estrutural.

Mais a frente no tempo o debate da Rede Social da Estrutural volta-se para a política de trabalho, mas mais uma vez com enfoque na população menor de dezoito anos. Na reunião de julho de 2014, uma nova intervenção é proposta pelo movimento desta vez com o objetivo de garantir que adolescentes a partir dos 12 anos tivessem garantida a emissão de documentos necessários a concorrência a uma vaga em programas de estágio e menor aprendiz. A realização deste “mutirão” tomará boa parte dos debates até novembro daquele ano quando de fato se concretizará. Este levantamento ganhará o nome de “Ação de Cidadania”. Ainda que se conceba a retirada de documentos como uma etapa para alcançar um objetivo mais longínquo que seja a inserção no mercado de trabalho e que pela avaliação do movimento esta é uma das problemáticas que têm levado muitos jovens a “perderem a oportunidade”, não fica claro qual a avaliação mais ampliada da Rede Social da Estrutural sobre o mundo do trabalho e suas perspectivas para a população jovem. Ponderamos que a discussão sobre ingresso de adolescentes no mercado de trabalho perpassa o debate não somente da falta de documentação, mas de educação e das ações em si em termos de políticas de trabalho direcionadas a esta população. Não caímos no factóide de que baixa escolaridade, característica da população do território<sup>28</sup>, é sinônimo de falta de trabalho, porém ponderamos que o alinhamento entre essas duas políticas é necessário para que esta inserção não se dê de forma precária ou mesmo de caráter violador dos direitos da juventude. Pontua-se que a proposta de ação da Rede Social da Estrutural tem seus méritos em atacar uma das defasagens

---

<sup>28</sup> Segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAS 2013/2014 Estrutural a população da cidade possui um nível de escolaridade concentrado entre o ensino fundamental incompleto (47,29%) e ensino médio completo (12,44%).

reais desta população, porém é preciso avançar no debate e no planejamento de ações que pautem de fato o direito ao trabalho de adolescentes na perspectiva de garantia, por exemplo, do percentual mínimo de 5% de aprendizes por empresa.

O ano de 2014 também será marcado dentro da Rede Social da Estrutural pela reflexão sobre a necessária fomentação da participação dos usuários nos Conselhos setoriais por parte dos membros que compõem este movimento também ganha espaço. Na reunião de 25 de março foi pontuada a necessidade de instalação de um Conselho de Saúde na cidade já que quase todas as regionais contam com um e a cidade Estrutural não dispõe de tal instrumento legal de controle social. No encontro de julho, o debate circundou a convocação da comunidade a participar na gestão da política de Assistência Social por meio do conselho setorial. Na ocasião uma reunião do CAS/DF ocorreria no bairro do Núcleo Bandeirante com a intenção de apresentar o funcionamento deste órgão, qual sua finalidade e a importância do controle social por parte dos usuários para aquela região em que se incluía a Estrutural. Como estratégia para garantir que os usuários da Estrutural comparecessem ao evento, garantiu-se até o transporte desses cidadãos.

Ainda que o debate sobre os Conselhos não seja alvo deste estudo, é importante lembrar que são instrumentos que surgem após a abertura política brasileira traduzida no reforço da democracia e da cidadania como valores a serem assegurados. Nesta perspectiva, a partir da Constituição Federal de 1988, surgem os denominados canais de participação entre eles os Conselhos, os Fóruns de participação e conseqüentemente as redes intersetoriais como mecanismos de articulação entre sociedade civil e Estado, os quais passam a atuar conjuntamente para gestão de parte da coisa pública (Gohn, 2002).

Uma nova pauta que se coloca já na reunião de setembro de 2014 e que referenda um dos anseios de membros do movimento é mais um mapeamento, porém desta vez, dos programas, projetos e serviços sociais disponíveis na cidade Estrutural. Uma ponderação, no entanto, que é preciso fazer sobre esta prática é que o levantamento proposto acabou por incluir equipamentos privados como símbolo do acesso ao direito a cultura e lazer. É importante salientar que o mapeamento não foi realizado por membros efetivos da rede, mas por agentes comunitários vinculados ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, que para exercerem esta função necessitam ser moradores da cidade. No entendimento desses sujeitos, a inclusão de espaços como sorveterias e mercados nesse mapeamento é necessário “pois a comunidade também precisa ter conhecimento dos pontos de encontro”. Em outras palavras o “encontro” não acontece em praças públicas, em

equipamentos coletivos de caráter público, mas em estabelecimentos comerciais, isto é, o direito a lazer é exercido por meio da paga de um capital, corroborando a máxima capitalista de que a satisfação das demandas do cidadão deve ser via mercado.

Já perto do fechamento do ano, em novembro, dá-se um passo a frente importante na reflexão necessária da prática desenvolvida pela Rede Social da Estrutural. Ao invés das apresentações usuais de serviços, programas ou projetos executados na cidade ao início do encontro, a proposta de debate promovido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, instituição convidada, foi a de tornar pública uma pesquisa desenvolvida pelo instituto sobre violência na cidade. Ao total foram entrevistados 106 moradores entre 09 e 70 anos de idade interpelados na feira da cidade e nas escolas que atendem a região (isto inclui alguns estabelecimentos de ensino localizados na Região Administrativa do Guará, já que para a política de educação, Guará e Estrutural correspondem a uma mesma Coordenação Regional de Ensino e portanto recebem estudantes de ambas localidades). As conclusões a que este estudo chegou e que foram apresentadas ao movimento da Rede Social da Estrutural demonstram que i) no público feminino, 89% das entrevistadas na faixa etária entre 14 e 19 anos e 56% entre 09 e 13 anos apontaram a receio com relação a ocorrência de violência sexual; ii) no público de sexo masculino o que mais se destacou foi o tráfico de drogas, sendo a violência policial, também frequentemente citada, destacando que em um cruzamento de dados, verificou-se que os entrevistados que apontaram este último tipo de violência se auto declararam pardos e negros; iii) segundo raciocínio dos entrevistados, “as políticas públicas até chegam na comunidade porém essas não atendem a especificidade da localidade, sendo que se atendessem esse conjunto de políticas públicas seria um ponto positivo para a diminuição da violência na comunidade” (ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 18 de novembro de 2014, p. 02).

Após a explanação da convidada, o que a memória desta reunião capta é que são incontestáveis os dados: “todos concordaram [...] que a pesquisa refletiu bem o panorama da Cidade Estrutural em questão de violência, das prioridades e do público que devemos dar mais atenção em nossas ações”. Como perspectiva, apontou-se a necessidade de dar especificidade às políticas públicas em execução na cidade traduzindo as demandas daquele território, sendo que tal objetivo se daria através i) da capacitação dos trabalhadores para lidar com a realidade local; ii) da divulgação das ações de políticas públicas na Rede Social da Estrutural com o objetivo de “reordená-las” (o que pode ser traduzido como forma de se evitar a sobreposição de ações, isto é, que novos projetos a serem instalados no território não sejam

apenas cópias de intervenções já em execução); e iii) da fixação de políticas públicas no Setor de Chácaras Santa Luzia, já que “os moradores se sentem intimidados a saírem daquela região” (ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 18 de novembro de 2014, p. 02). Interessante apontar que como encaminhamento final desta reunião a criação de uma “política pública de educação na Estrutural” parece referendar que a preocupação com os trabalhadores das diversas políticas que atuam naquele território em termos de estarem a par das especificidades locais é primal. Este ponto pode nos levar a uma reflexão importante: o conhecimento como forma de poder, como já diria o postulado gramsciano, mas mais do que isso, o poder de transformar a realidade.

Em dezembro de 2014 foi realizada uma avaliação da articulação do movimento da Rede Social da Estrutural naquele ano. Como destaque apontou-se “a aproximação dos parceiros da rede; a ação de mapeamento na Santa Luzia, que trouxe a efetivação da inscrição no Cadúnico de muitas famílias e a matrícula na rede de ensino de muitas crianças e adolescentes; e a confecção da Cartilha da Rede com as diversas instituições da cidade” (ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 12 de dezembro 2014, p. 01). Apesar de não terem sido as únicas ações empenhadas pelo movimento naquele ano o destaque dado tanto aos níveis de articulação dos sujeitos que compõem a Rede Social da Estrutural e consequentemente aos frutos que esta “parceria”<sup>29</sup> gerou traduzem um compromisso em apresentarem resultados que talvez, lembrando aqui a matriz de categorias construída a partir de Lojkine e que servem de base para condução deste estudo, ainda possam estar no nível do produtivismo, da rentabilidade do movimento, mas que trazem elementos que futuramente podem conduzir uma avaliação da própria Rede Social da Estrutural com base na categoria de eficácia societal se levarmos em conta o impacto social, a alteração de normas sociais que as ações realizadas suscitaram. Um *insight* deste movimento pode estar que restou como proposta para a primeira reunião de 2015 “a apresentação dos aspectos que a Estrutural

---

<sup>29</sup> Fazemos uma análise crítica deste termo “parceria”. Segundo Carrilho (2008) o conceito de parceria está alicerçado a uma teoria de redes baseada em Manuel Castells e que este estudo já fez uma análise crítica sobre no segundo capítulo. De acordo com aquele autor, o conceito de parceria então se estabelece na relação entre dois componentes essenciais: i) aquele que diz respeito sobre os pressupostos-chave na relação entre atores (para Carrilho são quatro: a natureza diversa dos parceiros, as relações de parceria estabelecidas geograficamente e por projeto, a predisposição para negociar e a atuação com base na mudança); e ii) o que corresponde à dinâmica de parceria, que pode ser traduzido na organização para alcance de algum objetivo ou meta. Nossa discordância com relação a utilização de “parceria” neste caso dá-se pelo fato de este conceito atribuir a atuação dos atores animados, como diria Lojkine, a capacidade de conduzirem processos organizativos independentes de uma ordem global, de compreensão em nível macro dos processos históricos, seus determinantes, da matéria alvo dessas “parcerias”.

evoluiu e as demandas que ainda tem a conquistar (slides apresentados na Audiência Pública *A Estrutural que queremos*, dia 11/12/14 na Câmara Legislativa, por iniciativa do Coletivo da Cidade em parceria com o Movimento Nossa Brasília, Projeto Oca, DF Em Movimento e deputado Joe Valle)” (ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 12 de dezembro de 2014, p. 04).

Ainda nesta reunião final de 2014, o movimento da Rede Social da Estrutural chegou a projetar intervenções para o ano seguinte, dentre elas destacam-se: a articulação com lideranças comunitárias com o objetivo de fortalecer a comunidade no incremento do controle social, o investimento em ações no Setor de Chácaras Santa Luzia, o monitoramento das ações realizadas, a construção de fluxos de atendimento de forma a aprimorar as relações entre os membros do movimento e a evitar a revitimização e a excessiva exposição das famílias ao serem encaminhadas para os diversos serviços, e a ampliação da articulação do movimento em outras instâncias como o DF em Movimento<sup>30</sup>.

A proposta da apresentação dialogada na última reunião de 2014 será posta em prática na primeira reunião de 2015 ocorrida em 20 de janeiro. Intitulado “A Estrutural que queremos”, a exposição exibiu o processo histórico de construção da cidade dando primal importância para a comunidade enquanto sujeito de sua formação. Neste devir histórico, reportou-se, por exemplo, a situação da Escola Classe nº01, já apresentada aqui, “sendo que a população havia avisado (e não foi ouvida) sobre os riscos de se levantar uma construção sem a devida revitalização e preparação do terreno” (ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 20 de janeiro de 2015, p. 01).

Neste ínterim, colocaram-se em pauta então quais as determinações dos espaços disponíveis a participação popular como Conselhos, Conferências, fóruns, se de fato estes viabilizam o efetivo controle social, com real interferência do cidadão na gestão das políticas públicas, ou se em verdade são apenas instrumentos de cooptação ou de referendo da ação pública em que a participação cidadã é apenas um conceito difuso sem impactos reais. Para citar um posicionamento crítico a respeito destes instrumento que como anteriormente já vimos são fruto da instituição do Estado Democrático de Direito por intermédio da Constituição Federal de 1989, conhecida como Constituição Cidadã, podemos citar Raichelis (2006) que ao tratar sobre as experiências conselhistas afirma

---

30 De acordo com a própria definição em seu sítio “DF em Movimento é uma rede que agrega a diversidade da expressão política, cultural e social do DF. Uma praça pública de diálogo”. (<https://www.facebook.com/dfemmovimento/?fref=ts> Acesso em 28 de março de 2016).

O acompanhamento das práticas dos Conselhos nas diferentes políticas sociais e nos vários níveis governamentais, revela o controle do Estado sobre a produção das políticas públicas, e aponta os riscos de burocratização, cooptação e rotinização do seu funcionamento. A centralização do poder nas mãos do executivo fragiliza, em muitos casos, a autonomia dos Conselhos diante das condições que os governos reúnem para interferir, neutralizar ou mesmo minar suas ações e decisões (p. 83).

O ponto fulcral deste debate desagua na conclusão de que a Rede Social da Estrutural pode então ser este espaço democrático em que de fato a comunidade enquanto sujeito coletivo possa interferir na gestão da coisa pública. Ainda que esta dissertação esteja se encaminhando para um fechamento que refere este posicionamento, é preciso que o distanciamento necessário pondere esta assertiva. A Rede Social da Estrutural pode ser considerada uma alternativa em movimento social urbano que aglomere tanto sujeitos moradores do território como sujeitos que em sua vivência sejam trabalhadores do Estado e que possuam um projeto ético-político de práxis contra a hegemonia de classe dentro deste ente, construindo uma proposta de disputa deste espaço. Ainda assim, é preciso racionalizar que ao longo desses quase três anos de registros analisados, a participação da comunidade enquanto sujeito histórico consciente deste processo de luta pouco se fez presente, e quando de fato alguns moradores incorporaram-se neste movimento isto se deu de forma mediada por organizações da sociedade civil.

Fato é que para além desta discussão, a exposição em questão trouxe dados sobre a comunidade que ao ver de alguns membros deveriam servir de base para um planejamento prático da Rede Social da Estrutural para 2015. Observa-se neste ponto um certo debate entre correntes distintas dentro do movimento sobre como conduzir este processo dentro da Rede Social da Estrutural já que enquanto alguns pontuam pela continuação de mobilizações em esfera pública, seja na forma de caminhadas, eventos de caráter mais acionista, outros pontuam pelo aprofundamento de práticas reflexivas e que conduzam a um novo patamar de articulação. Daí que como encaminhamento desta reunião seja deliberada a construção de fluxos de trabalho a partir de expressões da questão social que se fazem presentes no território. Pode-se avaliar que esta proposta aproxima-se da intencionalidade de transpor a perspectiva acionista, pontual, na medida em que busca construir uma prática de efetivação de políticas públicas, da pactuação de serviços e de garantia que o cidadão usuário dos equipamentos não seja revitimizado na busca de uma solução para sua demanda. Como veremos a seguir, aquelas apresentações iniciais que fazem parte do rito de organização das reuniões ordinárias da Rede Social da Estrutural conduziram e servirão de base para construção desses fluxos. Em especial no ano de 2015, a temática da política de Saúde se

sobressairá nos debates desenvolvidos com especial enfoque nos serviços disponíveis para pessoas em uso abusivo ou dependentes de drogas.

Já na reunião de fevereiro daquele ano a temática central será a discussão do serviço de abordagem social para população em situação de rua denominado “Cidade Acolhedora”, vinculado a então denominada Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST. Neste encontro, a presença da comunidade traz uma nova coloração ao debate e pode servir de arquétipo para a diferenciação que Gramsci (1994) faz entre senso comum e bom senso. Queremos dizer com isto que as falas apresentadas pelos indivíduos moradores da cidade ali são “produto e um devenir histórico” não submetidos a crítica, a tomada de consciência, isto é, quando um grupo por submissão ou subordinação segue uma concepção própria de mundo que orienta sua ação de forma descontínua e ocasional. Pode parecer um ato de simples julgamento a ponderação aqui realizada, mas fato é que os integrantes do movimento da Rede Social da Estrutural apresentam uma concepção se não diametralmente oposta, pelo menos divergente.

Na tentativa de explicar que o serviço se organiza a partir da mobilização do usuário para aderir a proposta de saída das ruas, que não se busca de forma alguma agir contra a vontade destes, alguns moradores pontuaram que é necessário apresentar dados quantitativos de que o serviço esteja conseguindo “retirar” das ruas essas pessoas, que a Cidade Acolhedora não tem efetividade já que se continua a ver indivíduos em situação de rua, e que são necessárias soluções mais “rápidas” para encaminhar esta questão. Já os membros da Rede Social da Estrutural pontuaram que a resolução é conjunta e não se trata de saber para onde encaminhar os casos ou para quem repassar a problemática. Ainda que o Estado tenha seu dever em garantir assistência a quem dela necessita, é na autodeterminação do sujeito em fazer sua história (ainda que este atue por sobre um processo histórico já em andamento) e na relação da sociedade civil e do Estado na condução da esfera pública a partir de um projeto político unificado que é possível transformar a realidade.

Em março, inicia-se a reunião com apontamento de que o fluxo sobre questão da população em situação de rua fora construído (Anexo E). Seguindo, o debate nesta reunião são apresentados os primeiros serviços disponíveis na rede pública de saúde para indivíduos em uso indevido de drogas. Apesar de não haver dados sobre uso dessas substâncias na Região Administrativas, no encontro em questão, dois dos equipamentos públicos, componentes da atenção destinada a esta pauta, apresentaram os serviços de que dispõem, são eles: o Centro de Apoio Psicossocial especializado em álcool e drogas – CAPSad e o Centro

de Apoio Psicossocial especializado em álcool e drogas infanto-juvenil – CAPSadi, mais conhecido como Adolescentro. O que é importante destacar, é que as representantes destes órgãos não se limitaram a expor o trabalho desenvolvido, mas refletiram também sobre as dificuldades para que se alcance uma efetividade plena na execução desta política saúde mental. Segundo informações os equipamentos funcionam em condições precárias, sendo que o

O CAPS Guará funciona no subsolo do Centro de Saúde e com isso no ano passado teve alguns problemas na estrutura do prédio e por esse motivo os serviços tiveram que ser transferidos para um local cedido pela Administração local, dessa maneira houve perda de pacientes que faziam acompanhamento, no entanto as atividades retornaram para o local de origem (ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 17 de março de 2015, p.01).

Houve ainda um questionamento sobre a instalação de um Centro de Apoio Psicossocial para tratamento de álcool e drogas na cidade. Segundo normativa do Ministério da Saúde esses serviços devem ser instalados em municípios com população entre 70.000 e 200.000 habitantes. A cidade Estrutural conta com metade do mínimo necessário, cerca de 35.000 habitantes segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios realizada pela CODEPLAN em 2013/2014.

Na fala de um dos membros deste movimento ao corroborar a necessidade de convocar a Rede Social da Estrutural a buscar a efetivação dessa e de outras políticas sociais, uma pista sobre a definição da força social deste movimento informa que a Rede Social da Estrutural “é composta por capital humano [...] que dessa maneira pode instrumentalizar as equipes através da construção de fluxos e com isso fazer a política social” (ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 17 de março de 2015, p. 02). Ainda que ponderemos sobre a utilização do termo “capital humano” – conceito, que de um ponto de vista da teoria crítica, está associado a identificação do trabalhador a uma máquina habilidosa passível de ser leiloado no mercado pelas habilidades, formação e capacidade laborativa de que dispõe, em outras palavras, apenas um meio de inversão do próprio capital<sup>31</sup> – compreendemos que o autor da fala tenha se referido às possibilidades do “pôr-se em movimento” da Rede Social da Estrutural para promoção de gestão de políticas sociais a partir do envolvimento dos sujeitos neste desafio político.

---

<sup>31</sup> Para maiores referências, ver: OSPINA, Duvan Emilio Ramírez. Capital humano: una visión desde la teoría crítica. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 315-331, June 2015. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512015000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512015000200007&lng=en&nrm=iso)>



A reunião de abril não apresenta informações sobre a efetiva construção do fluxo de trabalho com a população em uso indevido de drogas. Desta vez a apresentação institucional ficou a cargo do Conselho Tutelar e da Subsecretaria de Políticas Públicas ambos vinculados a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. De acordo com o art. 131 da Lei 8.069/1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o “Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente”. Composto de cinco conselheiros, para candidatar-se ao órgão é necessário residir no município, no caso na Região Administrativa SCIA/Estrutural. Lei distrital estabelece ainda como requisito “comprovação de experiência na área da criança e do adolescente de no mínimo três anos” (DISTRITO FEDERAL, 2014:12).

Esta explanação se faz necessária, pois dois pontos importantes foram colocados em debate após as apresentações realizadas: primeiramente a não participação do Conselho Tutelar no movimento da Rede Social da Estrutura; e em segundo lugar, a falta de compreensão dos participantes sobre um fluxo de atendimento a crianças e adolescentes em situação de violação de direitos. Dialogando sobre o primeiro ponto, avalia-se que como sociedade, antes mesmo de Conselheiros Tutelares, a não participação na Rede Social da Estrutural implica em uma hipótese de análise: a desmotivação para participação em vista do não vislumbre de resultados no movimento da Rede Social da Estrutural. Ainda que outras hipóteses possam ser apontadas, argumenta-se que na fala daqueles que participam esporadicamente do movimento esta afirmativa encontra guarida, vide fala atribuída ao próprio Administrador Regional da Estrutural que também esteve presente neste encontro da “importância de [haver] mais objetivo nas reuniões, tendo mais intervenção prática e não apenas diálogo” (Ata da Reunião realizada em 28 de abril de 2015, p. 04).

O segundo ponto para debate pode ser entendido como, em parte, fruto do primeiro. A Rede Social da Estrutural em prol da efetivação de políticas sociais no território encontra-se em 2015, conforme já reportado, em uma fase de elaboração de fluxos de atendimentos que possam dar celeridade na atenção ofertada a população, pode-se dizer em apresentar maior eficácia societal, no sentido dos impactos sociais tanto das políticas públicas alvo da articulação do movimento quanto do próprio movimento, isto é, promover eficácia societal das políticas sociais no território é tanto gerar impactos para a comunidade como garantir legitimidade ao movimento. E legitimidade, entendemos que se constrói a partir da obtenção daquela unidade cultural-social que os ensaios gamiscianos, já apresentados aqui,

referendavam. A partir disto pode parecer singela a não participação dos conselheiros tutelares, mas esta traz implicações para construção deste “homem coletivo” que realiza o ato histórico de transformação.

A reunião de maio centrou sua atenção na violência contra mulher. Órgãos especializados da política foram convidados a fazer apresentação sobre os serviços disponibilizados. Na oportunidade, atenderam a esta convocação a Secretaria de Estado do Trabalho Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do DF – SEDESTMIDH por meio do Centro Especializado de Atendimento à Mulher – CEAM e do Núcleo de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD), e também o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT por intermédio da Coordenadoria de Promotorias de Justiça Brasília II e do Núcleo de Gênero Pró-Mulher – NGPM. Imediatamente após as explicações, iniciou-se ali a construção do fluxo de atendimento a mulheres vítimas de violência na cidade, o qual restou dividido em três partes: porta entrada, intervenção e encaminhamento. Consta que as discussões sobre este fluxo não se encerraram naquele momento pois verificou-se que outros órgãos deveriam ser acionados e convidados a compor aquela discussão, vide as Delegacias, tanto a seccional da cidade: 8ª DP<sup>32</sup>, quanto a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM.

Já em julho, contou-se com a apresentação de duas entidades diversas: o Fórum de Aprendizagem e a Rede de Cooperação Solidária. Importante destacar a natureza oposta das instituições: enquanto a primeira objetiva a defesa e mobilização pelo cumprimento da lei de aprendizagem (Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE nº 723 de 23 de abril de 2012) a partir do envolvimento de entidades que atuam com a juventude promovendo treinamento e capacitação e dos próprios jovens que são alvo desta política; a segunda define-se como

---

<sup>32</sup> Faz-se necessário uma problematização, ainda que simplória, da não participação de sujeitos vinculados a um órgão da Segurança Pública localizado na cidade apesar do indicativo de convites realizados anteriormente para compor a Rede Social da Estrutural. Aqui o caráter desta instituição ganha destaque como representante do braço repressivo do Estado ou, para alguns autores, o Estado *strictu sensu*. A segurança em sentido burguês é apresentada como sendo o conceito social supremo desta sociedade “segundo o qual toda a sociedade somente existe para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade” (MARX, 1843, apud. MATSUMOTO, 2009, p.02). A partir disto, questiona-se: como auxiliar os trabalhadores desta política a passarem por um processo de tomada de consciência transpondo a ideologia dominante tão arraigada nesta instituição? Como convoca-los a uma nova práxis? Em termos do movimento da Rede Social da Estrutural, este também é um dos desafios posto.

[...] uma forma de organização de pequenos empreendimentos que permite a troca de informações, o marketing compartilhado, ofertas de serviços, melhorias nas negociações, ganhos de credibilidade e relacionamento, aumento da produtividade e redução de custos, contratação de novos empregados, abertura e consolidação de mercado, aumento da motivação e confiança no negócio, contratação de agência de publicidade (Ata da reunião realizada em 21 de julho de 2015, p. 02).

Em outras palavras estamos diante dos dois lados do próprio modo de produção capitalista: aqueles que defendem o trabalhador e aqueles que defendem a burguesia. Pode parecer um tanto simplória a conclusão, mas fato é que o Fórum de Aprendizagem busca a efetivação de uma política pública garantida em lei ao passo que a Rede de Cooperação Solidária, apesar de utilizar os conceitos “cooperação” e “solidária” (um misto de cooperativismo e economia solidária) – ambos amplamente debatidos pela teoria social crítica, vide Henrique Novaes (2007), Paul Singer (2001) e de certa forma até o próprio Marx (1866) – , propõe a defesa da pequena burguesia formada por comerciantes locais, e não produtores associados como poderia indicar sua nomenclatura, em sua atuação no livre mercado.

Prosseguindo para o próximo encontro em agosto, novamente retoma-se o debate da atenção a usuários abusivos de drogas ou dependentes químicos, porém desta vez no sentido da capacitação dos trabalhadores que dialogam com esta população. Apresenta-se o curso intitulado “Tratamento Comunitário - articulando redes para profissionais e agentes no campo de políticas sobre drogas” promovido pelo Centro Regional de Referência sobre Políticas sobre Drogas da Escola Superior de Ciências da Saúde, ligada à Secretaria de Estado de Saúde Distrito Federal (ESCS/SES/DF). Segundo a ata desta reunião, o curso busca viabilizar “uma metodologia de intervenção para o trabalho em comunidades que vivenciam contextos de exclusão social de modo que os recursos são partidos da própria comunidade” a fim de minimizar dificuldades de organização no território. E mais

[...] o tratamento comunitário tem por objetivo o fortalecimento das redes de atores formais e informais, pois acredita que as comunidades locais possuem recursos para poder ser um espaço e um instrumento de prevenção, sendo de fundamental importância o estudo de projetos desenvolvidos como também a análise dos fracassos e das boas práticas (Ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 18 de agosto de 2015, p. 01).

A metodologia do tratamento comunitário possui como um de seus ideólogos, o Psicanalista Efrem Milanese, que a desenvolve desde 1989. Adotada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD como uma “boa prática” a ser replicada, a edição do livro *Tratamento Comunitário – Manual de Trabalho I* de autoria de Milanese em 2012 visa

difundir sua proposta metodológica. A intencionalidade do tratamento terapêutico é que a partir de um conjunto de ações, instrumentos e práticas organizadas de base comunitária seja possível a promoção da melhoria de condições de vida de usuários abusivos de drogas.

O Tratamento Comunitário propõe que o trabalho seja desenvolvido dentro da comunidade onde o indivíduo vive, não o retirando do ambiente em que ele se desenvolveu, mas promovendo ações que melhorem este ambiente, modificando, com diferentes graus de intensidade, as redes de relacionamento deste indivíduo com os demais membros da comunidade, onde institucionalizar o paciente não é necessário. Esse trabalho é desenvolvido em parceria com a própria comunidade, junto com ela e por meio dela (MILANESE, 2012:29).

Na proposta desenvolvida pelo autor, podem ser analisados pontos positivos e negativos para o desenvolvimento desta metodologia. Primeiramente, há que se considerar que a busca pela não-institucionalização, ou não “trancar ou expelir” (como afirma o autor com base nos estudos foucaultianos) dos usuários de drogas como alternativa de atenção a esta população traz um elemento importante para a política pública de saúde que vai contra toda uma teoria que propunha aquelas metodologias como resolução desta expressão da questão social e que hoje vemos retomados em muitos discursos políticos conservadores como proposta de reversão da política social. Ainda assim é importante destacar que a centralização na comunidade como gestora de suas próprias problemáticas, em um reforço de uma solidariedade *à la* Durkheim, parece renegar a um segundo plano elementos importantes para compreensão do processo histórico de constituição do uso de drogas na sociedade. Isto significa dizer que sendo a comunidade a responsável (única) por garantir assistência, melhor dizendo proteção social a esses sujeitos, podemos enveredar para o caminho da própria quebra da proposta de constituição de uma esfera pública em que Estado e sociedade desenvolvem um vínculo orgânico em que um não substitua o outro. Reforçamos que não há interesse com isso que se retome o passado de institucionalização desses indivíduos, mas que se pautem a política pública a assumir seu papel enquanto instrumento de garantia de proteção e que juntamente com a comunidade promova uma atenção integral desses sujeitos.

Na continuação das apresentações relativas ao acompanhamento para usuários de álcool e outras drogas, na reunião de setembro houve a apresentação dos Narcóticos Anônimos. Este serviço define-se como “uma Irmandade ou Sociedade sem fins lucrativos, de homens e mulheres para quem as drogas se tornaram um problema maior” (NARCÓTICOS ANÔNIMOS, [http://www.na.org.br/o\\_que\\_e\\_narcoticos\\_anonimos.html](http://www.na.org.br/o_que_e_narcoticos_anonimos.html). Acesso em 01 de abril de 2016). Baseia-se em uma metodologia de grupos de ajuda mútua ou de caráter terapêutico em que a partir do compartilhamento de experiências sobre o uso abusivo de

drogas construa-se uma identidade comum para superação daquela condição. Destaca-se de apesar dos poucos trabalhos desenvolvidos sobre esta “irmandade”, considera-se que esta pode ser a estratégia com maior capilaridade no mundo atingindo 132 países e com cerca de 1.453 grupos em funcionamento no Brasil (Ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada no dia 18 de setembro de 2015).

Com a conclusão da apresentação, o debate da Rede Social da Estrutural altera-se completamente e mais uma e retomando todo o histórico do movimento a política de educação é colocada como foco. À época, um processo de desmantelamento da política vinha sendo posto em prática constante nos vetos a 21 propostas realizados pelo governador do Distrito Federal ao Plano Distrital da Educação que representariam uma redução na dotação orçamentária sobremaneira para execução de ações, especialmente àquelas ligadas a implementação de creches e de centros de ensino infantil. Além disto, a indefinição quanto a construção de um centro de ensino fundamental na cidade, apesar de já haver delimitação da área destinada, construía o sentimento de indignação do movimento. Como proposta de prática, a Rede Social da Estrutural define a convocação de outros movimentos e do acionamento do Ministério Público, enquanto instância de defesa dos direitos assegurados, para comporem a luta pela efetivação desta política.

Nos meses que seguem, um novo ciclo na Rede Social da Estrutural começa a ser construído. Alguns dos principais articuladores do movimento, enquanto trabalhadores, foram removidos para outras unidades dentro do Governo do Distrito Federal ou, enquanto sujeitos com representatividade política importante no território, foram convidados a ocuparem cargos no alto escalão da gestão, incluindo aí um dos membros oriundos da sociedade civil. Não há informações sobre as motivações para essas alterações, mas em entrevistas com esses mesmos participantes do movimento, as quais serão analisadas mais adiante, fica implícito que a justificativa é de cunho pessoal. Isto posto, os novos ocupantes dos cargos disponíveis têm a missão de continuarem a Rede Social da Estrutural.

Para finalizar 2015, a Rede Social da Estrutural buscou apresentar um fechamento das práticas promovidas naquele ano. Conforme já abordado, a estratégia de atuação para aquele período foi a construção de fluxos de atenção, ao total de seis, com o objetivo de articular as políticas públicas locais para o atendimento de “pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social” (Ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 08 de dezembro de 2015, p. 01). Assim foram elaborados os fluxos correspondente a i) pessoas em situação de rua, ii) uso abusivo de álcool e drogas, iii) exploração e abuso sexual infantil, iv)

violência contra mulher, v) trabalho infantil e vi) garantida do direito ao idoso. Apesar da intencionalidade destes terem sido diagramados e apresentados no referido encontro, os fluxos não foram expostos, porém a discussão que seguiu-se trouxe importantes considerações para reflexão que se vem construindo sobre o movimento da Rede Social da Estrutural. Ainda que seja longa é importante citar:

[Um membro da Rede Social da Estrutural] Trouxe reflexão sobre o papel da própria rede e seus atores, independentes de gestões; bem como a necessidade de consolidar as ações e serviços ofertados no território, pactuar por meio da rede as ações voltadas a comunidade frente aos desafios que se apresentam. Identificar os pontos nos quais ainda não se avançou em 2015, repensando as ações para 2016, exemplo: rever com o ministério público e ampliar as ações da rede de proteção; estruturar estudos de casos evitando sobreposições, reduzir os danos e agilizar os atendimentos; fazer as articulações de forma a viabilizar ações de forma efetiva/ positiva; rever e cuidar da lógica de funcionamento, dos impedimentos da elevação do trabalho, ver alternativas, construir soluções; combate ao trabalho infantil que ocorre no território, em função disso fomentar uma maior interação da SLU; identificar os projetos que vem sendo executados: Secretaria da Criança, SEDESTMIDHS, Fábrica Social, SLU (Saída do lixão, ações que estão acontecendo, construção do galpão, capacitação dos catadores) e outros; identificar a sobreposição de trabalho; promover um trabalho sistemático e contínuo de acompanhamento das crianças, adolescentes, idosos e famílias; atenção aos problemas como a evasão de serviços (Exemplo: últimos índices da CODEPLAN sobre recadastramento/ Cadastro único/ Bolsa Família); casos de violência contra idosos na Estrutural no segundo semestre de 2012 a 2013 (Ata da reunião da Rede Social da Estrutural realizada em 08 de dezembro de 2015, p. 02).

Este pode ser um indicativo do desafio político a que se vincula o movimento da Rede Social da Estrutural: a efetivação de políticas sociais no território da cidade. Ainda que seu horizonte possa estar alicerçado, em termos da teoria social crítica, a transformações de ordem superestrutural dentro do sistema capitalista, esta pode ser uma das experiências que mais traga potencialidades para condução de uma nova relação entre Estado e sociedade aberta a disputa de hegemonia ao menos mais justa do ponto de vista da defesa de um projeto societário alternativo.

Quadro 03 – Síntese das exposições orais na Rede Social da Estrutural

2012	21 de novembro	Rede Social do Varjão
	12 de dezembro	Universidade de Brasília e Universidade Católica – Cartilha de Serviços
2013	23 de janeiro	-
	16 de abril	Banco Regional de Brasília
	21 de maio	Legião Boa Vontade - Programa de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

	18 de junho	Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - Centro de Referência da Assistência Social
	16 de julho	Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - Centro de Orientação Socioeducativo e Centro de Referência Especializado da Assistência Social
	20 de agosto	-
	17 de setembro	Centro de Saúde nº 04
	15 de outubro	Secretaria de Estado de Saúde - Programa Redução de Danos
2014	25 de março	-
	Abril	-
	15 de julho	-
	19 de agosto	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – Pró-Vítima
	16 de setembro	Defensoria Pública do Distrito Federal
	21 de outubro	Instituto Migrações e Direitos Humanos - IMDH
	18 de novembro	Instituto de Estudos Socioeconômicos – Pesquisa “Violência na cidade Estrutural, percepção da comunidade”
	12 de dezembro	-
2015	20 de janeiro	Replicação da apresentação desenvolvida durante audiência pública “A Estrutural que queremos”
	24 de fevereiro	Casa Santo André – Programa Cidade Acolhedora
	17 de março	Secretaria de Estado de Saúde – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas e Adolescentes
	28 de abril	Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude - Conselho Tutelar e Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes
	21 de julho	Fórum de Aprendizagem do Distrito Federal e Rede de Cooperação Solidária
	18 de agosto	Escola Superior de Ciências da Saúde - Curso de Extensão em Tratamento Comunitário - articulando redes para profissionais e agentes no campo de políticas sobre drogas
	Setembro	Narcóticos Anônimos
	Novembro	-
		08 de dezembro

Fonte: elaborado pela autora

Quadro 04 – Síntese das práticas desenvolvidas pela Rede Social da Estrutural

2013	Pactuação do Plano de Combate à Violência na Estrutural: divisão dos membros em grupos de trabalho sobre trabalho infantil, violência sexual, violência doméstica e criminalidade.
------	--

	Realização de “Encontros de Sensibilização: horizontalizando conceitos e construindo saberes” a partir do Plano de Combate à Violência na Estrutural.
	Realização da I Caminhada em alusão Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
	Criação do grupo de monitoramento de efetivação dos equipamentos públicos da política de educação
	Implementação de ciclos de sensibilização sobre o trabalho infantil: 1) membros do movimento; 2) instituições parceira; 3) a realização de intervenções articuladas entre os membros com vista ao acolhimento das famílias de catadores.
	Mobilização da população para participar da Conferência Regional de Assistência Social: 1) inscrição de usuários da política; 2) realização de reuniões preparatórias com lideranças comunitárias e com a população.
	Participação no I Encontro de Redes Sociais do Distrito Federal
	Levantamento de dados de 606 famílias residentes no Setor de Chácaras Santa Luzia (Anexo D)
2014	Levantamento de dados de crianças evadidas da escola no Setor de Chácaras Santa Luzia
	Realização da II Caminhada em alusão Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
	Mapeamento para construção da Cartilha da Rede Social Estrutural
	Realização da Ação da Cidadania com o objetivo de emitir documentação de maiores de 12 anos
2015	Convocação das escolas por meio de visitas a comporem a Rede Social da Estrutural
	Realização da III Caminhada em alusão Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
	Construção do fluxo de atenção a pessoa abusadora ou dependente de álcool e outras drogas (adulto)
	Construção do fluxo de atenção a criança e ao adolescente com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas adulto
	Construção do fluxo de atendimento para população em situação de rua

Fonte: elaborado pela autora

#### 4.4 O elemento subjetivo da Rede Social da Estrutural

Este subcapítulo tem a intenção de apresentar os dados coletados a partir de entrevistas realizadas com sujeitos que compunham e/ou compõem a Rede Social da Estrutural.



Conforme já relatado na introdução deste trabalho, foram realizadas um total de oito entrevistas, sendo que duas foram desenvolvidas com o objetivo de testar o roteiro de entrevista e não produziram dados válidos, perfazendo, portanto, ao todo seis entrevistas que embasarão análise que será realizada neste subcapítulo.

Primeiramente, é importante realizarmos algumas ponderações sobre a utilização de entrevistas para a coleta de dados a partir do método da teoria social crítica. Conforme aponta Netto (2009) ao referendar o processo de investigação marxiana na construção de sua teoria, os instrumentos ou técnicas “são meios de que se vale o pesquisador para “apoderar-se da matéria”, mas não devem ser identificados com o método: instrumentos similares podem servir (e de fato servem), em escala variada, a concepções metodológicas diferentes” (p. 07). O autor destaca que Marx utilizou-se das mais variadas técnicas, inclusive da entrevista, para produzir esse movimento de apreensão real do objeto, sendo destacado sempre que o papel do sujeito, da subjetividade neste processo não pode e nem deve ser menosprezado. Corroborando Netto (2009), a partir da análise das obras marxianas, que o sujeito coloca-se ativo na assimilação do objeto, não somente na sua forma aparente, mas também em sua essência, estrutura e dinâmica, mobilizando para tal fim uma enormidade de conhecimentos, sempre de forma crítica, revisionista e principalmente dotado de criatividade e imaginação. Aqui colocamo-nos tanto como sujeitos na condução deste processo de apreensão do movimento real do nosso objeto como também enxergamos este como um dos papéis atribuídos aos membros da Rede Social da Estrutural.

Em segundo lugar, é importante definirmos os critérios de seleção dos sujeitos entrevistados neste estudo, são eles: 1) envolvimento com o movimento da Rede Social da Estrutural há pelo menos seis meses (foram selecionados desde membros que compõem desde o início essa articulação, aqueles que tiveram uma passagem de pelo menos um ano ao longo destes quase cinco anos de história, e por fim sujeitos que ingressaram na Rede Social da Estrutural já em 2015), sendo a intenção deste critério ter um espectro mais completo da apreensão dos membros por parte do movimento; 2) citação em ata de intervenção ou participação na construção de práticas da Rede Social da Estrutural; 3) ter concordado em participar de entrevista a partir da disponibilização de um número de contato telefônico ao final do questionário já relatado como um dos instrumentais de coleta de dados; 4) interlocução com esta pesquisadora em virtude de integração junto ao movimento anterior a condução deste trabalho já explicitado na introdução (pondera-se que esta aproximação não invalida o processo de seleção dos sujeitos entrevistados visto que não foi utilizado como

primeiro critério neste processo, mas apenas como elemento que propiciasse a empatia dos entrevistados com o estudo realizado).

Seguindo na definição dos entrevistados para fins deste estudo, apresentasse a seguir um quadro descritivo dos sujeitos, a partir dos aspectos já elencados quando da construção de um perfil dos participantes da Rede Social da Estrutural, isto é: ano e/ou período que o informante compôs o movimento, sexo, região administrativa de residência, cor/raça e classe. Garantindo o sigilo das identidades dos sujeitos, cada entrevistado será representado por uma letra seguindo a ordem alfabética e também a cronologia em que foram realizadas as entrevistas. Lembramos que as entrevistas válidas foram conduzidas no período de 25 de fevereiro a 07 de abril do corrente ano. A aproximação aos sujeitos se deu via serviço de mensagens instantâneas, contato telefônico ou abordagem direta. As entrevistas foram realizadas em sua maioria nos ambientes de trabalho dos sujeitos, excetuando as entrevistadas B e F que optaram por serem abordadas no centro comunitário da Estrutural e em sua residência, respectivamente.

Quadro 05 – Descrição dos entrevistados

	<b>Ano de ingresso e/ou período de participação</b>	<b>Sexo</b>	<b>Região Administrativa de residência</b>	<b>Cor/Raça</b>	<b>Classe</b>
A	A partir de 2012	Feminino	Ceilândia	Parda	Trabalhadora
B	A partir de 2011	Feminino	Estrutural	Parda	Trabalhadora (desempregada)
C	A partir de 2013	Masculino	Estrutural	Preta	Trabalhadora
D	Ano de 2013	Feminino	Águas Claras	Branca	Trabalhadora
E	A partir de 2011	Feminino	Estrutural	Parda	Trabalhadora
F	A partir de 2015	Feminino	Guará	Branca	Trabalhadora

Fonte: Elaborado pela autora

Esclarecidos esses pontos iniciais, é importante abordar como se deu a construção do roteiro de entrevista que se encontra nos apêndices desta dissertação. Aqui rememoramos ao leitor que as entrevistas ocorreram como última parte da coleta de dados e portanto diferentemente da utilidade para fins de exploração do campo, de fato, esta técnica foi empregada com o objetivo de apreender o elemento subjetivo do nosso objeto estudo a partir das categorias de análise elencadas no segundo capítulo, ponderando que

[...] tomar depoimentos como fonte de investigação implica extrair daquilo que é subjetivo e pessoal neles o que nos permite pensar a dimensão coletiva, isto é, que nos permite compreender a lógica das relações que se estabelecem (estabeleceram) no interior dos grupos sociais dos quais o entrevistado participa (participou), em um determinado tempo e lugar. (DUARTE, 2004:219).

Partindo deste ponto, as perguntas 03, 04 e 05 do roteiro de entrevista buscaram avaliar as dimensões de intensidade, extensão e desafio político, respectivamente, com o objetivo de averiguar a equiparação da Rede Social da Estrutural a um espécime de Movimento Social Urbano – MSU. Ponderamos também que a pergunta de número 5.1. foi elaborada com a intencionalidade de apreciar os critérios de rentabilidade e eficácia societal aplicados pelo movimento.

Feitas as considerações necessárias que sustentam a coleta de depoimentos por meio de entrevistas dos sujeitos de pesquisa, passemos à análise do material. Para tal, seguiremos o ordenamento das questões apresentadas, pontuando que as categorias de análise estabelecidas anteriormente foram segmentadas em unidades de significação que procuram dar refinamento às primeiras e traduzem para sujeito assim como para leitor as nuances da essência na aparência do objeto de estudo.

O primeiro questionamento sobre o surgimento da Rede Social da Estrutural foi direcionado especialmente às entrevistadas B e E em vista de informarem compor este movimento desde o marco histórico inicial que consideramos aqui como 2011. As falas remontam que a articulação inicial da Rede Social da Estrutural, conforme já explicitado no início deste capítulo, deu-se em virtude da necessidade de convocação do território, especialmente os usuários da política, a participarem da Conferência Regional de Assistência Social ocorrida naquele ano. Dialoga a entrevistada E

Fizemos uma primeira reunião com a pauta principal que seria [...] da Conferência de Assistência Social em 2011 [...] mas como a necessidade era isso, acabou ficando um ano sem fazer muitas articulações, aí no ano seguinte a gente sentiu de novo a necessidade de levantar essas demandas [do território] já não por conta da conferência, mas mais por conta de uma outra necessidade inicial de que era a de cadastros de família [...] na questão da transferência de renda. E aí sim, a partir dessa, continuou mês a mês [...] e aí foram surgindo outras demandas (informação verbal)<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Entrevista E. [mar. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (12 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice H desta dissertação.

[a Rede Social da Estrutural] surgiu da necessidade das pessoas conversarem, discutirem. Esse foi o pontapé inicial<sup>34</sup>.

Está bastante presente no discurso dos sujeitos que a os primeiros encontros da Rede Social da Estrutural está associado ao levantamento de “demandas” (siu.), das necessidades do território. Vislumbra-se implicitamente a compreensão dos entrevistados de que o conhecimento significa poder, tanto no sentido de intervir e transformar a realidade, quanto na perspectiva de ser este o componente necessário no *start* do ciclo de políticas públicas<sup>35</sup>.

Ainda que os outros entrevistados não tenham participado dessa articulação inicial, foram questionados então como se deu o convite para participarem da Rede Social da Estrutural e, já entrando em outro ponto do debate, qual a motivação destes em continuar participando deste movimento. Esse questionamento final introduz aquilo que Gramsci, já referenciado aqui, apontava como “unidade cultural-social”, ou seja, qual elemento unificador do sujeito a Rede Social da Estrutural e que mais a frente será destrinchado quando da abordagem em relação ao questionamento sobre projeto político do movimento.

[...] essa necessidade de estar em redes vem da necessidade mesmo de encaminhamentos, porque, às vezes, aquela instituição não presta o serviço, mas uma outra... Você conhecendo o serviço da outra você vai conseguir viabilizar [...]é praticamente de divulgação (informação verbal)<sup>36</sup>.

[...] o convite para meu ingresso foi diretamente por eu ser [...] uma liderança ativa e a importância eu acho fundamental [...] dali surgem demandas pelo menos assim ideias de como a gente pode fazer alguma coisa por algum problema [...] que vem para nossa cidade e infelizmente acontece por falta desta atuação [em rede] (informação verbal)<sup>37</sup>.

[...] então o trabalho em rede é muito importante porque desenvolve os [...] encaminhamentos [...] ali a gente trata dos casos, vê qual é a maior demanda da cidade para trabalhar em cima (informação verbal)<sup>38</sup>.

---

34 Entrevista D. [fev. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (25 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G desta dissertação.

35 Ainda que tenhamos nossas reservas sobre o que se denominou como ciclo de políticas públicas do ponto de vista de tornar mecânico todo um processo político e que não parece compreender em sua totalidade os impactos da ação pública, entendemos que esta proposição esteja subentendida na fala dos sujeitos entrevistados.

36 Entrevista A. [fev. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (11 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação.

<sup>37</sup> Entrevista B. [fev. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (08 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta dissertação.

<sup>38</sup> Entrevista C. [fev. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (04 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta dissertação.

[...] pra mim a rede não se resume só aquele momento do encontro e sim essas articulações que promove (informação verbal)<sup>39</sup>

[...] assim a gente começou passou a perceber que todas as demandas que surgiram a gente só conseguiria resolver com mais facilidade se juntássemos uns aos outros [...] viu que sozinho não conseguíamos (informação verbal)<sup>40</sup>.

[...] é um espaço pra gente estar realmente assim articulando e dando fluxos de agenda de trabalhos, porque eu acredito que somente juntos assim, a gente pode realmente conseguir montar um fluxo de trabalho mesmo, construir uma agenda positiva do trabalho social pra aquela comunidade então, junto a gente consegue mais essa força pra essa agenda positiva (informação verbal)<sup>41</sup>.

Infere-se dos discursos que a Rede Social da Estrutural possui definições diferentes entre os sujeitos que a compõem. Há aqueles que a limitam como um coletivo de encaminhamentos, de divulgação de serviços. Outros a definem como uma prática conjunta, dialogada e articulada que busca construir fluxos de trabalho que promovam uma transformação da realidade no território. A última entrevistada inclusive fala em “força” pra uma agenda positiva, o que pode ser traduzido no que Lojkine (1997) afirma ser a força social que busca unir a base social e a organização do movimento, sua intensidade e extensão.

Prosseguindo com a nossa análise, o questionamento seguinte feito aos entrevistados objetivava juntamente compreender qual é a base social da Rede Social da Estrutural, isto é, quem são os sujeitos que a fundamentam, que a impulsionam. Neste sentido, verificou-se também dois posicionamentos marcantes: a associação a órgãos e instituições governamentais e não governamentais ou a compreensão de que apesar dos espaços sociocupacionais ocupados pelos indivíduos ali presentes, a Rede Social da Estrutural é formada por sujeitos com um projeto ético político de transformação. Ao tratar sobre o projeto ético-político do Serviço Social, Braz e Teixeira (2009:02) afirmam que

Quando pensamos em projetos (individuais ou coletivos) em uma sociedade de classes o caráter político de toda e qualquer prática. Todas as formas de prática envolvem interesses sociais os mais diversos que se originam, através de múltiplas mediações, das contradições das classes sociais em

<sup>39</sup> Entrevista D. [mar. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (25 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G desta dissertação.

<sup>40</sup> Entrevista E. [mar. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (12 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice H desta dissertação.

<sup>41</sup> Entrevista F. [abr. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (17 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice I desta dissertação.

conflito na sociedade. O que as movem na verdade são as necessidades sociais reais que lançam os homens em atividades humano-criadoras percebidas no metabolismo social (trabalho – ato fundante das relações sociais).

No tocante às falas dos sujeitos, avalia-se que esta segunda interpretação está associada a unidade de significação “comprometimento”. De outra forma, é interessante observar que, entendendo o próprio ato de entrevistar como uma maneira do sujeito refletir sobre aquilo que lhe é questionado, alguns declarantes chegaram a iniciar seus discursos a partir da primeira perspectiva, mas ao longo da fala acabaram por se aproximar do entendimento de que se trata por questões de um projeto ético-político, de um compromisso que os indivíduos decidem-se por compor a Rede Social da Estrutural. A ver

[...] as figuras que estão sempre por lá são principalmente os entes governamentais: CRAS, CREAS, Conselho Tutelar [...] os três órgãos principais eu acho que seriam estes (informação verbal)<sup>42</sup>.

Então a organização eu posso dizer que é mais diretamente a SEDHS [SEDESTMIDH] aí ela se divide entre eles CRAS, CREAS e COSE para poder facilitar a organização (informação verbal)<sup>43</sup>.

[...] os sujeitos mesmo são os próprios componentes da rede que são os órgãos: o CREAS, o CRAS, o Posto de Saúde... (informação verbal)<sup>44</sup>.

Pois é quais os sujeitos... Então aí, nós estamos falando de pessoas, não de cargos [...] são os personagens comprometidos. Então os sujeitos sociais são aqueles que têm projeto pessoal, projeto político de fazer algo de diferente, melhor por aquela comunidade (informação verbal)<sup>45</sup>.

Olha dentro da política da Assistência [Social] os CRAS na tipificação são os responsáveis em comandar, vamos dizer assim, em coordenar as reuniões de rede, mas lá na Estrutural [...] o maior desafio é o comprometimento dos parceiros, porque muda o governo, por exemplo, e aí muda as pessoas ou às vezes as pessoas, o órgão em si, que era pra ficar vinculado não vem mais (informação verbal)<sup>46</sup>.

---

<sup>42</sup> Entrevista A. [fev. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (11 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação.

<sup>43</sup> Entrevista B. [fev. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (08 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta dissertação.

<sup>44</sup> Entrevista C. [fev. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (04 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta dissertação.

<sup>45</sup> Entrevista D. [mar. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (25 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G desta dissertação.

<sup>46</sup> Entrevista E. [mar. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (12 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice H desta dissertação.

Olha eu acredito que o movimento social, as organizações não governamentais [...] até por força daquela comunidade mesmo [...] e também pelas questões sociais de carência, de vulnerabilidade social que existe naquele local [...] É a forma de dizer, de gritar "nós temos esses problemas aqui, nós temos problemas de renda, de melhorar a economia aqui da cidade pra gerar renda", porque tem outras questões também que não são da minha pauta, mas como eu estou lá, eu acabo conhecendo as pautas dos outros órgãos. Então eu acho que a rede assim, acredito sim muito nela, na força, no potencial de mobilizar a sociedade civil e os órgãos, os entes governamentais, para garantir minimamente política social lá dentro (informação verbal)<sup>47</sup>.

Ainda sobre a questão da base social do movimento, foi questionado a alguns entrevistados sobre a não participação na Rede Social da Estrutural da sociedade civil não organizada, dos moradores em si, sendo identificado pelo sujeito de pesquisa B que o fato de “não se sentirem responsáveis [...] por ser mais órgãos do governo que estão ali” (informação verbal)<sup>48</sup> ou, como afirma o entrevistado C, por não “[haver] muito interesse da sociedade de estar participando” (informação verbal)<sup>49</sup> problematizam tanto a estrutura da Rede Social da Estrutural como a própria noção de participação. Neste segundo aspecto, uma boa reflexão pode ser encontrada em Dagnino (2002), sendo citada por Milani (2008). De acordo com aquela autora, o entendimento de que a democracia se faça somente no âmbito do Congresso Nacional, reduzindo os interesses da sociedade civil a legitimidade da representação política acaba por gerar o sentimento de autorização aos governos a atuarem sem constrangimentos e cuja cobrança seria efetivada somente na eleição seguinte. Esse modelo de democracia brasileiro, do tipo representativa, seria para a autora insuficiente diante da dinamicidade das necessidades da população e das experiências acumuladas que constata as dificuldades de superar consequências de governos com pouco controle da sociedade.

O próximo tópico abordado com os entrevistados buscou averiguar a extensão da Rede Social da Estrutural. Objetivava-se com isso dimensionar o campo social de luta deste movimento, no sentido de entender que tipo de relação se estabelece com o poder do Estado, Conforme aponta Lojkin (1997), um movimento “só visa diretamente o poder político da classe dominante se atar o fundamento global, logo, *nacional*, de sua hegemonia” (p. 319).

---

<sup>47</sup> Entrevista F. [Abr. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (17 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice I desta dissertação.

<sup>48</sup> Entrevista B. [fev. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (08 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta dissertação.

<sup>49</sup> Entrevista C. [fev. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (04 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta dissertação.

Nesta perspectiva, verifica-se que os sujeitos compreende a Rede Social da Estrutural como um movimento local baseado naquela cidade, mas vislumbram que muitas das pautas abordadas ali são comuns com outros movimentos de cunho similar localizado em outros territórios do Distrito Federal.

Bom eu acredito que a rede está muito regional, bem centralizada nas questões da cidade que não são poucas a própria questão do lixão, dos catadores [...] é também uma ordem nacional que a gente sabe que existe todo um movimento com relação a isso (informação verbal)<sup>50</sup>.

Nacional, eu não posso dizer, porque quando eu estive a gente não viu uma coisa nacional, embora a atuação da rede mesmo local vai refletir nacionalmente [...] enfim eu acho que afeta sim no nível geral, nacional, porque assim que a rede conseguir abranger aquela problemática, consegue dar uma sugestão para aquilo que foi motivo de discussão de pauta, eu acho que afeta sim nacionalmente, porque daqui pode sair alguém com essa ideia de rede que lá não tem (informação verbal)<sup>51</sup>.

É mais o que acontece aqui na comunidade mesmo (informação verbal)<sup>52</sup>.

[...] a função da rede social é justamente trazer o macro para o micro, é promover esta fala de atores [...] a compreensão de que o micro é mera representação de um macro, contribuir para pessoas compreenderem esta relação micro macro (informação verbal)<sup>53</sup>.

[...] é mais territorial mesmo, é mais local, às vezes surge um ou outro convite do pessoal de fora, mas sempre com demandas do território (informação verbal)<sup>54</sup>.

[...] são questões que perpassam por todos lugares, então elas realmente, elas têm essa amplitude, essa extensão de que são pautas e políticas em todas as localidades onde tem alto índice de vulnerabilidade social (informação verbal)<sup>55</sup>.

---

<sup>50</sup> Entrevista A. [fev. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (11 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação.

<sup>51</sup> Entrevista B. [fev. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (08 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta dissertação.

<sup>52</sup> Entrevista C. [fev. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (04 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta dissertação.

<sup>53</sup> Entrevista D. [mar. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (25 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G desta dissertação.

<sup>54</sup> Entrevista E. [mar. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (12 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice H desta dissertação.

<sup>55</sup> Entrevista F. [abr. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (17 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice I desta dissertação.



A compreensão de que a singularidade do real na cidade Estrutural reflete a universalidade e com esta mantém uma relação que a define parece estar presente em quase todos os discursos analisados. Ainda assim, somente uma entrevistada pautou a articulação com outros movimentos de forma a transpor essas singularidades, sem esquecê-las, e acometer o poder político, pelo menos, regional no âmbito do Distrito Federal. Ainda que esta possa ser insuficiente do ponto de vista da teoria que embasa este trabalho, avaliamos na perspectiva da potencialidade a prática de interlocução com movimentos similares mesmo que circunscrito a esfera regional.

No penúltimo questionamento feito aos sujeitos de pesquisa, objetivou-se averiguar o desafio político da articulação da Rede Social da Estrutural. Para tal fim, utilizamos “projeto político” como unidade de significação. Compreendemos que, conforme citação feita anteriormente, os projetos políticos podem ser tanto de caráter individual como coletivo, sendo que análise da coletivização de um projeto político, seu desafio político, pode definir o alcance histórico do próprio movimento. Isto posto a entrevistada A afirmou que o estudo de caso, o debate nos encontros de casos e a propositura de práticas específicas, seria o suficiente desafio político da Rede Social da Estrutural e avalia que a realização de tais estudos promoveria o próprio movimento na cidade (informação verbal)<sup>56</sup>. Já o sujeito B dialoga que “a garantia de direitos, a autonomia do usuário”, ratificando a participação deste como forma de fomentar o conhecimento (lembrando a máxima de que conhecimento e poder andam juntos) traduz o projeto político deste movimento (informação verbal)<sup>57</sup>. O entrevistado C assimila o desafio político como a desburocratização do atendimento aos usuários dos serviços sociais e o acautelamento contra práticas de revitimização desses cidadãos (informação verbal)<sup>58</sup>. O sujeito D verbalizou que a “resolutividade” é o projeto político da Rede Social da Estrutural, fazendo uma construção ainda que somente participa desta articulação quem tem “um projeto político que é um projeto de convivência social: ‘eu quero que tal comunidade alcance tal grau de excelência’”. A entrevistada chega a concluir que

---

<sup>56</sup> Entrevista A. [fev. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (11 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação.

<sup>57</sup> Entrevista B. [fev. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (08 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta dissertação.

<sup>58</sup> Entrevista C. [fev. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (04 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta dissertação.

“rede social e movimento social para mim é uma coisa só” (informação verbal)<sup>59</sup>. Para o sujeito de pesquisa E, o papel do movimento é conduzir tanto um processo de unidade cultural-social entre seus membros como também de “coletivizar as demandas” tornando todos responsáveis pelas transformações que se processam no território (informação verbal)<sup>60</sup>. Por fim, a entrevistada F fundamenta sua resposta com base nos avanços em termos de efetivação de políticas sociais que a Rede Social da Estrutural tem promovido (informação verbal)<sup>61</sup>.

Avalia-se que esta última resposta traduza bem a compreensão dos entrevistados acerca do projeto político deste movimento. Compreendemos que apesar de seu horizonte ainda focar-se em mediações dentro do sistema capitalista, se aliado a proposta de alguns sujeitos aqui explicitada de “empoderamento” da população, dos usuários dos serviços, o projeto político da Rede Social da Estrutural pode vir a abarcar uma reflexão futura que busque expandir os limites deste movimento, quiçá haja definição de um desafio político que de fato problematize as bases estruturais de nossa sociedade. Tanto é que o último questionamento realizado aos sujeitos de pesquisa e do movimento foi justamente sobre a avaliação do tipo de ingerência a Rede Social da Estrutural propõe com relação às políticas sociais no território.

Por parte dos entrevistados, é unânime que além de garantir a efetivação de políticas públicas, a Rede Social da Estrutural tem a potencialidade i) de modificar, criar novas políticas; ii) de fazer com que a ação pública se adeque a especificidade do território e com isso ganhe legitimidade por parte da população; iii) de promover a emancipação política dos cidadãos da cidade Estrutural. Consideramos que as repostas apresentadas traduzem tanto o movimento real da Rede Social da Estrutural como a aspiração de seus membros com relação ao futuro desta articulação.

Findada a apreciação do material coletado junto aos entrevistados, damos por encerrada a análise de dados promovida nesta dissertação. Entendemos que apesar de extenso,

---

<sup>59</sup> Entrevista D. [mar. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (25 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G desta dissertação.

<sup>60</sup> Entrevista E. [mar. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (12 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice H desta dissertação.

<sup>61</sup> Entrevista F. [abr. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (17 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice I desta dissertação.

a profundidade que quisemos dar a este estudo não poderia ter sido feito de outra maneira. Rememorar esses quase cinco anos de história da Rede Social da Estrutural necessitava de uma coleta de dados que abarcasse diversos aspectos e olhares sobre este movimento. A conclusão que se seguirá, buscará resumir parte dos achados deste trabalho, mas mais do que isso, também apontar alguns questionamentos que foram suscitados e pontuar algumas perspectivas para estudos futuros.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender um fenômeno que está em pleno andamento, produzindo seus efeitos, configura-se um desafio para qualquer pesquisador. A Rede Social da Estrutural traduz essa dinâmica que, lembrando Pereira (2009), “articula passado, presente e futuro” (p.291). A análise que realizamos nas páginas anteriores buscou por meio de aproximações sucessivas ao objeto de análise em questão, desnudar algumas de suas determinações sob o prisma da teoria social crítica. Convém, pois, nesta parte final deste trabalho, tecermos algumas conclusões a que chegamos e traçar algumas perspectivas para direcionar outras análises neste campo.

Antes de qualquer coisa, importa rememorarmos a pergunta norteadora desta pesquisa para que possamos dar cabo da análise. Como exposto nas páginas iniciais o questionamento basilar desta dissertação foi: considerando uma fundamentação teórico-social crítica, quais seriam as evidências capazes de qualificar a Rede Social da Estrutural no cenário das políticas sociais locais? É possível verificar um potencial político dessa articulação no que tange a ampliação do acesso aos direitos sociais? A hipótese que enunciamos em seguida foi que a Rede Social da Estrutural enquadra-se na categoria de Movimento Social Urbano – MSU proposto por Jean Lojkin perfazendo uma articulação que possui intensidade, extensão e desafio político, promovendo transformações nas relações sociais locais em prol da efetivação das políticas sociais e da ampliação da cidadania.

A partir da enunciação desses dois elementos, dialogamos também que os objetivos deste estudo eram, de caráter mais genérico, investigar o potencial político das Redes Sociais no Distrito Federal para a ampliação das políticas sociais, e, especificamente, i) construir uma matriz de categorias teóricas numa perspectiva da teoria social crítica adequada ao objeto da pesquisa, realizando uma revisão de literatura a partir dos marcos da relação entre movimentos sociais, Estado e Sociedade; ii) mapear e dialogar junto à Rede Social da Estrutural o processo de suas construções históricas desde o surgimento até sua constituição atual; iii) analisar as ações implementadas pela Rede Social da Estrutural a partir da definição de seu desafio político e do alcance da eficácia societal desta articulação; e iv) examinar de que forma mecanismos de controle social democrático são levados a cabo na implementação da Rede Social da Estrutural.

Retomados os princípios do debate, passemos a avaliação de todo o processo. Inicialmente, foram elaborados dois capítulos de cunho teórico que buscaram esmiuçar

fundamentos do debate que seriam postos em marcha especialmente no terceiro capítulo quando da consecução da análise dos dados coletados. Já no primeiro capítulo, o debate gerou em torno da fundamentação da relação entre Estado e Sociedade. A partir do trabalho do italiano Gramsci, realizamos um minucioso trabalho para analisar a chamada Teoria do Estado Ampliado elaborada pelo autor. Retomamos que o grande avanço de Gramsci para a tradição marxista foi a retirada ou a elevação da sociedade civil para o espaço da superestrutura e não mais a sua assimilação como infraestrutural. Em outras palavras, a sociedade civil e o Estado restrito ou a sociedade política acabaram por estabelecerem uma relação de entrelaçamento mútuo para a manutenção da dominação de classe não somente pela coerção mas pela hegemonia construída. Este capítulo foi importante para compreendermos a complexa relação estabelecida entre sociedade e Estado e a possibilidades de definição de uma estratégia política por meio do conceito de guerra de posição que pudesse ser levado a cabo na pauta da construção de um projeto de uma nova sociabilidade.

No capítulo seguinte discutimos a categoria de movimentos sociais a partir de duas (ou três a depender da leitura do interlocutor) abordagens teóricas, realizando um contraponto entre as teorias que são mais usualmente discutidas quais sejam, a perspectiva acionista de Alain Touraine a visão dos Novos Movimentos Sociais de Ilse Scherer-Warren, e a interpretação neomarxista encarnada no francês Jean Lojkin e o revigoramento daquela categoria, perfazendo a construção do Movimento Social Urbano – MSU. Aqui firmamos o alcance do primeiro objetivo específico deste trabalho que foi a construção de uma matriz de categorias de análise do objeto de estudo.

A análise conjunta desses dois primeiros capítulos auxilia o leitor a definir que para o enquadramento de uma organização ou associação enquanto Movimento Social Urbano há que se verificar não somente os três elementos essenciais elencados por Lojkin que seriam a intensidade, a extensão e o desafio político, mas também é importante compreender o “como fazer”, quais as estratégias de movimentação adotadas por aquele coletivo. Insta frisar que ao final do segundo capítulo já ponderamos sobre algumas perspectivas para a Rede Social da Estrutural articulando esses aspectos e fazendo um contraponto com a movimentação realizada por organizações de caráter reacionário que buscam renovar a hegemonia burguesa.

O terceiro capítulo, que representou todo o esforço de ida a campo, acabou por atender os outros três objetivos específicos restantes na ordem do dia desta pesquisa. Retomamos o processo histórico de definição da cidade Estrutural a partir da ocupação de trabalhadores de

materiais recicláveis ao redor do Lixão desenvolvido ali naquela região já a partir dos anos 60. Foi realizado um trabalho minucioso de acompanhamento de reuniões ordinárias do movimento, a aplicação de questionários com os participantes e o desenvolvimento de entrevistas. Os dados obtidos foram analisados à luz da teoria apresentada nos capítulos anteriores. Buscou-se averiguar se aqueles elementos identificados por Lojkine para definição de uma organização enquanto Movimentos Social Urbano foram alcançados, bem como se tratou de expor o método de articulação da Rede Social da Estrutural. A partir deste resumo resta em aberto se se infere deste exame a validação da hipótese de trabalho. A análise que passamos a realizar a seguir busca dialogar com o interlocutor a partir deste olhar.

A Rede Social da Estrutural é formada em base social por trabalhadores do setor de serviços, especialmente àqueles ligados ao Estado. Ao mesmo tempo em que se identifica enquanto uma articulação de órgãos governamentais e não-governamentais, paira no entendimento dos sujeitos que de fato esta é formada por indivíduos, em uma primeira análise, que, ao se comprometerem com a luta pelo território, unificam-se cultural e socialmente para produzir transformações naquele espaço.

Quanto a extensão do movimento a partir do exame das pautas colocadas naquele coletivo, há um certo direcionamento inicial, principalmente entre os próprios entrevistados, de apontar que a Rede Social da Estrutural possui um caráter bairrista e sem interlocuções com uma ordem mais regional ou nacional. Ainda assim esta observação inicial é insuficiente para abordar em profundidade este movimento. Como bem lembrado por uma das entrevistadas: “função da rede social é justamente trazer o macro para o micro” (informação verbal)<sup>62</sup>. Para além desta fala, vislumbra-se que o próprio empenho da organização em participar de articulações que extrapolem os limites de seu território, como o I Encontro de Redes Sociais do Distrito Federal, corroboram para análise que se não em nível nacional, pelo menos a nível regional estas mediações têm sido construídas.

No principal aspecto que tentamos apreender, que se trata do desafio político da Rede Social da Estrutural, de fato aí encontramos certa unidade entre aquilo dito pelos entrevistados e o que fora observado na análise documental das atas das reuniões. Verifica-se que é no plano da efetivação das políticas sociais no território que se fundamenta toda a articulação do movimento. Daí que relacionando este achado com a teoria lojkineana caímos em um

---

<sup>62</sup> Entrevista C. [fev. 2016]. Entrevistador: Thaís Caroline Sena de Oliveira. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (04 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta dissertação.

empasse quanto ao enquadramento da Rede Social da Estrutural enquanto estritamente uma espécie de Movimento Social Urbano já que para o autor se considera um coletivo enquanto tal se o seu desafio político estiver na perspectiva da transposição para uma nova sociabilidade, isto é, se estiver afeito a superação do capitalismo enquanto sistema político-econômico e social organizador desta sociedade. Neste aspecto seria forçoso de nossa parte, afirmar que o desafio político da Rede Social da Estrutural vislumbra tal definição. Mas seria isto suficiente para desencarná-la do *status* de Movimento Social Urbano? A nosso ver, não! Ponderamos que o vislumbre do alcance de uma eficácia societal das políticas sociais e por consequência do próprio movimento pode ser compreendida na perspectiva do potencial político e da guerra de posições a serem adotadas no interior ainda deste sistema capitalista somente para dialogarmos com a teoria apresentada aqui neste trabalho, pois se fôssemos ampliar o olhar, pode ser elucidada a atuação da Rede Social da Estrutural também no campo da construção de mediações<sup>63</sup> tanto políticas, do ponto de vista da construção de um poder local, quanto da perspectiva do avanço das políticas sociais no território.

Feitas as devidas ponderações, articulamos que a hipótese deste estudo pode ser em parte refutada se for levada a cabo uma análise restrita da categoria de Movimento Social Urbano em Lojkin. Ainda assim ratificamos que o potencial político da Rede Social da Estrutural não pode jamais ser negligenciado. Para testificar em favor desta análise, ponderamos que se a Rede Social da Estrutural não é um movimento social, como explicar a guarita que encontra esta proposta em áreas denominadas de vulneráveis socialmente ao passo que em outras localidades estas articulações são inexistentes ou mesmo inertes? Como qualificar a presença desta organização da cidade Estrutural? De nossa parte, não vislumbramos outra maneira. A sua assimilação como uma simples articulação entre equipamentos do Estado de da sociedade civil organizada é pobre do ponto de vista da complexidade deste movimento que procuramos esmiuçar em cada detalhe no último capítulo. No mais, não escondemos que invariavelmente a participação anterior desta pesquisadora no movimento tem implicações para as análises corroboradas aqui, mas é por se ater a uma perspectiva de filosofia da práxis que a reflexão empreendida não somente tem este viés político, mas de sobremaneira recompor no seio da história o movimento empreendido por

---

<sup>63</sup> Por mediações, compreende-se o custo desta categoria ao debate teórico dentro do Serviço Social. Adotada de maneira nem sempre fidedigna a matriz teórico metodológica hegemônica na profissão, a apreensão que se faz deste conceito aqui tem por base a discussão em Pontes (2008) a partir do texto *A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social* em que o autor define mediação a partir do seu caráter relacional das instâncias que articulam e constituem o modo de ser na sua forma real.

trabalhadoras e trabalhadores na cidade Estrutural. Como perspectiva para futuras análises, deixamos que a necessidade de aprofundar na análise teórica o movimento da Rede Social da Estrutural assimilando novas categorias como a própria de eficácia societal em Lojkine que no espectro desta dissertação não foi empregado com fidelidade.



## 6. REFERÊNCIAS

ACANDA, J. L. Introducción. Una Consigna desde la Selva. Las fuentes comovisivas de la ideia de sociedad civil. Hegemonia y Sociedad Civil. *In: Sociedad Civil y Hegemonia*. Havana: Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana “Juan Marinello”, 2002. Pp. 07-28; 133-158; 223-262.

ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Revista Informação e Informação**, Londrina, v. 12, n. 0, 2007. Disponível em: <[www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoteste/article/view/1313](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoteste/article/view/1313)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

AMMAN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro**: de frente para o Estado, em busca do parlamento. São Paulo: Cortez, 1991. p. 13-22.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2004.

BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. *In: ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 185-201.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A.,1996.

COUTINHO, C. N.. Teoria Ampliada do Estado. *In: \_\_\_\_\_*. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Capítulo V, pp. 119-144.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a cidadania e modernidade. *In: Revista Praia Vermelha* . V.1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, pp.145-166.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. *In: Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

DIEESE. Relatório Analítico Final da Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal. *In: Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no DF*. Brasília, 2011.

DISTRITO FEDERAL. **LEI Nº 5.294, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014**. Dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. SEPLAN, CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – SCIA-ESTRUTURAL – PDAD 2013/2014.**

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista.** Curitiba, v. 24, p. 213-225, 2004.

ESPING-ANDERSE, G. La economiá familiar. *In: Fundamentos sociales de las economías postindustriales.* Barcelona: Ariel, 2000, pp. 69-100.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.<sup>a</sup> edição.

GIL, A. C.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 2<sup>a</sup>ed. São Paulo, Atlas, 1989.

FORTES, Leandro. Favela mantida pelo voto. **Revista Época,** São Paulo, 2010. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI154522-15223,00-FAVELA+MANTIDA+PELO+VOTO.html>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

GOHN, M. G. Políticas Públicas e Sociedade Civil no Brasil nas Últimas décadas. *In* CARVALHO, D. B. B. et al. **Novos Paradigmas da Política Social.** Brasília: UNB. Departamento de Serviço Social, 2002.

GRAMSCI, Antonio. Alguns Pontos Preliminares de Referência; Problemas da Filosofia e da História. *In: Conceção dialética da história.* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. pp. 9-63.

\_\_\_\_\_. O Moderno Príncipe. *In: \_\_\_\_\_.* **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, pp. 03-102.

JESSOP, Bob. **Althusser, Poulantzas, Buci-Glucksmann:** Desenvolvimentos Ulteriores do Conceito Gramsciano de Estado Integral. *Crítica Marxista,* 2009, no 29, pp. 97-122.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional.** Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. Prefácio. Da Política Urbana aos Movimentos Sociais Urbanos. *In: \_\_\_\_\_.* **O Estado Capitalista e a Questão Urbana.** 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. pp. 9 – 30. pp. 313 – 359.

\_\_\_\_\_. **O Tabu da Gestão:** a cultura sindical entre contestação e proposição. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Informacional.** Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

LOPES, Ruy S.. **As TICs e a regulação financeira - uma crítica à Manuel Castells**. Eptic (UFS), v. 13, p. eletrônico, 2011.

LÖWY, Michael. "Marxismo". In: **Ideologias e Ciência Social**. Elementos para uma análise marxista. 7ª ed. São Paulo. 1991: 95-113.

MARX, K. "Instrucción sobre diversos problemas a los delegados del Consejo Central Provisional." In: MARX, K.; ENGELS, F. "**Obras Escogidas**", Tomo II, Moscú: Editorial Progreso, 1974 a.

MATSUMOTO, Adriana E.. Reflexões sobre Segurança Pública e Políticas de Encarceramento: Desafios para a Psicologia Social. In: **XV Encontro Nacional da ABRAPSO**, 2009, Maceió. Anais de Trabalhos Completos - XV Encontro Nacional da ABRAPSO, 2009.

MILANI, C. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Rev. Administração Pública**. 2008;42(3):551-579.

MOTTA, L. E. Poulantzas e o Direito. In: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, no 2, 2010, pp. 367 a 403.

MUNETO ORREGO, J. F. **Vila Estrutural**: Uma abordagem sobre ocupação e a produção do espaço. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pos-graduação em arquitetura e urbanismo da universidade de Brasília. 157 p.2013 Brasília: UnB.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Método na Teoria Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

NOVAES, Henrique. "**Qual autogestão?**" In: Anais do V Encontro Internacional de Economia Solidária. São Paulo, NESOL-USP, 2007, CD-ROM

OSPINA, Duvan Emilio Ramírez. Capital humano: una visión desde la teoría crítica. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 13, n. 2, p. 315-331, June 2015 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512015000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512015000200007&lng=en&nrm=iso)>. access on 30 Mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395114754>.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PEREIRA, Karine Yanne; TEIXEIRA, Solange Maria. Redes e Intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.12, n.1, p. 114-127, jan./jun. 2013.

PEREIRA, Potyara A. P. Estado, sociedade e esfera pública. *In*: ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, pp. 285-300.

PINTO, J. M. R. **A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas**: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar. *Paidéia* (Ribeirão Preto), n.8-9, p. 77-96, 1995.

PONTES, R.N. **A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social**. 2008. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104.pdf>>. Acesso em 02 de mar. 2015.

POULANTZAS, Nicolas. **Estado, poder y socialismo**. 9ª ed. México, Siglo XXI Editores, 2005.

RAICHELIS, R. Democratizar a Gestão das Políticas Sociais – Um desafio a ser enfrentado pela Sociedade Civil. *In*: MOTA, M.E. (et al) **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Cortez, 2006. p. 73-87.

RAMOS, Maria Helena Rauta, Mutações tecnológicas portadoras de novas potencialidades: as redes de cooperação política. *In*: RAMOS, Maria Helena Rauta (org.). **Metamorfoses Sociais e Políticas Urbanas**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

SAMPIERE, Roberto Hernández. COLLADO, Carlos Fernández. LUCIO, Pilar Baptista. Coleta e análise de dados qualitativos. *In*: **Metodologia de Pesquisa**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 5ª ed. São Paulo. MsGraw-Hill Ed. 2013: 414-494.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. *In*: **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, nº1, p. 109-130, jan./abr. 2006/2007.

\_\_\_\_\_. **Redes de movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da et al . Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 109, Mar. 2012 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000100007&lng=en&nrm=iso)>. access on 10 Jul. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000100007>

SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista.** *Soc. estado.* [online]. 2001, vol.16, n.1-2, pp.100-112. ISSN 0102-6992. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005>.

SOUZA, P. C.. Uma crítica francesa acerca do espaço urbano. *In: Revista Ser Social* (UnB), Brasília-DF, v. 17, n.1, p. 14-112, 2006.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

VALENTE, Rubens. Favela com 12 mil pessoas cresce a 17km do Palácio do Planalto. **Folha de S. Paulo.** Brasília. 01 de junho de 2015. Seção Cotidiano. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1636204-favela-com-12-mil-pessoas-cresce-a-17-km-do-palacio-do-planalto.shtml>. Acesso em 13 de abril de 2016.

## APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Convidamos o(a) Senhor(a) a participar do projeto de pesquisa *Redes Sociais: Uma Alternativa em Gestão de Políticas Sociais?*, sob a responsabilidade da pesquisadora Thaís Caroline Sena de Oliveira. O projeto desenvolvido integra os requisitos para conclusão do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social.

O objetivo desta pesquisa é investigar o potencial político das Redes Sociais no Distrito Federal para a ampliação das políticas sociais a partir do exame das ações concretas perpetradas pela Rede Social da Estrutural baseado no enquadramento teórico histórico-estrutural do conceito de movimentos sociais urbanos.

O(a) Senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identifica-lo(a).

A sua participação se dará por meio do preenchimento de questionário, eventual participação em entrevista e gravação de seu relato em reunião ordinária da Rede Social da Estrutural no período estimado de 15 de setembro de 2015 a 30 de novembro de 2015 para sua realização.

O(a) Senhor (a) pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) Senhor(a). Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília – UnB podendo ser publicado posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda da pesquisadora por um período de cinco anos, após isso serão destruídos.

Nome: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## APÊNDICE B – Questionário

*Este instrumental integra a pesquisa intitulada “Redes Sociais: Uma Alternativa em Gestão de Políticas Sociais?” e é parte dos requisitos para a conclusão do curso de Mestrado em Política Social pela Universidade de Brasília. A finalidade deste questionário é traçar um perfil dos participantes da Rede Social da Estrutural com vistas ao agendamento posterior de entrevista.*

**1) Nome:** \_\_\_\_\_

**2) A que instituição se vincula?** \_\_\_\_\_

**3) Desde que ano integra a Rede Social da Estrutural?** \_\_\_\_\_

**4) Gênero:** ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Outro: \_\_\_\_\_

**5) Região Administrativa de residência:**

- |   |   |  |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Plano Piloto       | <input type="checkbox"/> Samambaia          | <input type="checkbox"/> Varjão            |
| <input type="checkbox"/> Gama               | <input type="checkbox"/> Santa Maria        | <input type="checkbox"/> Park Way          |
| <input type="checkbox"/> Taguatinga         | <input type="checkbox"/> São Sebastião      | <input type="checkbox"/> SCIA / Estrutural |
| <input type="checkbox"/> Brazlândia         | <input type="checkbox"/> Recanto das Emas   | <input type="checkbox"/> Sobradinho II     |
| <input type="checkbox"/> Sobradinho         | <input type="checkbox"/> Lago Sul           | <input type="checkbox"/> Jardim Botânico   |
| <input type="checkbox"/> Planaltina         | <input type="checkbox"/> Riacho Fundo       | <input type="checkbox"/> Itapoã            |
| <input type="checkbox"/> Paranoá            | <input type="checkbox"/> Lago Norte         | <input type="checkbox"/> SIA               |
| <input type="checkbox"/> Núcleo Bandeirante | <input type="checkbox"/> Candangolândia     | <input type="checkbox"/> Vicente Pires     |
| <input type="checkbox"/> Ceilândia          | <input type="checkbox"/> Águas Claras       | <input type="checkbox"/> Fercal            |
| <input type="checkbox"/> Guará              | <input type="checkbox"/> Riacho Fundo II    |  |
| <input type="checkbox"/> Cruzeiro           | <input type="checkbox"/> Sudoeste/Octogonal |  |

**6) Cor ou raça:**

- |                                  |                                   |
|----------------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Branca  | <input type="checkbox"/> Parda    |
| <input type="checkbox"/> Preta   | <input type="checkbox"/> Indígena |
| <input type="checkbox"/> Amarela |                                   |

**7) Você trabalha?**

- Sim. Qual sua ocupação? \_\_\_\_\_
- Não

**8) Aceitaria participar de uma entrevista?**

- Sim. Um telefone para contato: \_\_\_\_\_
- Não

### APÊNDICE C - Roteiro de entrevista

1. Como surgiu a Rede Social da Estrutural? *Caso o entrevistado não tenha participado do surgimento do movimento, dirigir-se a pergunta nº 2.*
2. Conte um pouco da sua experiência desde que você ingressou na Rede Social da Estrutural: convite, por que ingressar na Rede e motivos para permanecer.
3. Quais os sujeitos sociais que impulsionam a organização da Rede Social da Estrutural?
4. Como você avalia a extensão da Rede Social da Estrutural? Você considera que o movimento se limita intervenção política local ou você vislumbra pautas de ordem regional ou nacional em que a Rede Social da Estrutural se insere?
5. Qual você entende ser o projeto político da Rede Social da Estrutural? O desafio desta articulação. *Caso o entrevistado identifique um projeto político vinculado a gestão de políticas sociais, ampliação do acesso aos serviços, realizar a próxima pergunta.*
  - 5.1. Como você compreende a relação entre a organização da Rede Social da Estrutural e as políticas sociais? Você avalia que esta organização tem interferido na gestão dessas políticas? Se sim, de que forma?



## APÊNDICE D – ENTREVISTA A

1. Como se deu sua participação no surgimento do movimento da rede? Ou que você sabe sobre o surgimento da Rede Social?

Bom, quando eu soube da Rede Social foi assim que assumi a vaga na empresa Valor Ambiental em meados de 2012, entre junho e julho. E aí o convite partiu do próprio, à época, diretor do SLU aqui: o Cícero. Como ele já tinha provavelmente participado de outras reuniões, ele recebeu convite e me convidou e desde então eu sempre fui às reuniões no intuito de fortalecer a questão de conhecer a rede, de saber quais os serviços, até para auxiliar no meu trabalho aqui dentro.

2. Como que você avalia sua experiência na Rede Social durante este tempo todo?

Bom, essa questão de estar na rede é mais no sentido de acompanhar, de tentar também retirar da rede alguma coisa que eu possa utilizar dentro do meu trabalho... E a experiência foi muito boa, muito interessante, bem diferente do que de repente eu tinha feito antes. Então, a participação na rede se deu mais por conta disso até porque como eu estou dentro de uma empresa particular, eu não sou do governo, não represento uma entidade governamental, eu estou dentro de uma empresa privada, então por estar dentro de uma empresa privada tenho algumas restrições, porém, na medida do possível, a gente vai tentando contribuir na dentro deste contexto todo, porque a gente está dentro de uma instituição privada. Tem a questão dos catadores, tem toda esta demanda trazida para a gente que é também uma questão que está dentro da Cidade Estrutural, que é muito onipresente. Então esta questão de equilibrar as coisas, de tentar dosar, ter certo cuidado com relação até no que se fala, enfim tem que ter todo este equilíbrio, mas foi uma experiência muito boa, muito exitosa, eu gostei bastante,

3. Quais os sujeitos você considera que impulsionam a organização da Rede Social da Estrutural?

Bom, dentro desta questão de rede social, porque rede social é muito controversa pelo que eu tenho acompanhado: há membros que estão lá por determinado assunto, porque aquilo ali é de interesse dele, e aí ele some por um tempo depois volta de novo; tem aquelas figuras que estão sempre por lá, principalmente os entes governo (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar). O Conselho Tutelar, na verdade, eu acho que deveria ter uma participação melhor, porém não tem uma participação tão efetiva, mas seria um dos órgãos – eu acho que os três órgãos

principais – acho que seriam esses devido às temáticas, às demandas, enfim... Mas o que eu vejo mais presente são as entidades da SEDESTMIDH – o CRAS, o CREAS – que estão sempre presentes. O COSE sempre muito presente dentro da rede social. Outros também vêm agregar como eu, por exemplo, que estou na empresa Valor Ambiental: a gente tenta agregar algo pessoal. A Associação Viver e as entidades, os centros de convivências, que existem na região. Então são os órgãos que mais participam, os demais realmente, apesar da Administração Regional da Estrutural, por exemplo, nos últimos anos, eu estou sentindo um pouco mais à frente e pegando este espírito de rede social, eu acho que está bacana nesta última gestão.

4. Como que você avalia a extensão da Rede Social da Estrutural? Você considera que o movimento se limita a intervenção da política local ou você vislumbra pautas de ordem de ordem nacional, regional, em que a rede se insere?

Bom, eu acredito que a rede está muito regional, ela está bem centralizada nas questões da cidade, que não são poucas. A própria questão do lixo, a questão dos catadores é muito onipresente. A Rede Social da Estrutural está bem regionalizada. Já outras questões das outras esferas, elas vêm de acordo com as temáticas, por exemplo, a questão dos catadores, ela é de ordem aqui por enquanto regional, porém é também uma ordem nacional, que a gente sabe que existe todo movimento com relação a isso. Então assim, dentro da visão que eu tenho acompanhado, ela está mais regionalizada, ela não tem se expandido muito, mas mesmo regionalizada os temas são muito grandes e acabam se focando por ser regional.

5. Qual você entende ser o projeto político da rede social da Estrutural? Qual o desafio desta articulação?

Bom, eu acho que o maior desafio é realmente o comprometimento das pessoas, o comprometimento não só das pessoas, mas das entidades, porque, como se trata de uma rede social, a gente fala de entidades. Hoje eu estou aqui, mas amanhã pode ser que eu não esteja, pode ser que outra pessoa me represente. Então eu acredito que a questão do fortalecimento enquanto rede, de ter este comprometimento.

Por ser uma rede social, tem a questão de viabilizar os casos que acontecem. São pautas mais do dia a dia, essas demandas que são muito reprimidas, são coisas que eu acho que poderiam ser levadas para rede, que muitas vezes as pessoas, os próprios usuários vêm pra gente, reclamam, e são eles, que a gente sabe, que são termômetro. Então eu acredito que deveriam levar mais pautas neste sentido, eu não digo sempre, porque o tempo é muito

corrido, mas de vez em quando levar estas pautas para rede, eu acho que valeria mais a pena.

5.1. Então você considera que o projeto político da rede seria mais os casos?

É, estudos de caso. Eu acho que a rede teria mais visibilidade. Talvez porque às vezes fala-se de assuntos muito amplos e fica no amplo, então, se tiver um estudo de caso, que realmente estude aquele caso, que tenha um retorno, talvez a rede teria uma visibilidade maior.

5.2. Então você entende que há uma relação da rede com as políticas sociais? Se sim, de que forma se daria esta relação? É uma relação de só exigir seu cumprimento ou de produzir também?

Essa relação da rede com as políticas sociais, eu acho que está totalmente, não só no sentido de pedir, de cobrar, mas também dos usuários participarem, é um meio. A gente sabe que no dia a dia cada um tem sua rotina, é complicado, porém se os usuários também participassem da rede, eu acho que as pessoas comprariam mais a ideia e isto fortaleceria mais e poderiam surgir novas políticas e consolidar as que já tem para ter mais eficácia. Talvez seria este o sentido, até por uma questão mesmo de transformar a realidade, transformar a própria política em si, porque quem usa os serviços são os usuários, nada mais justo do que eles, como eu falei que são o termômetro... Então se eles participassem mais ou pelo menos algum representante, eu acredito que fortaleceria mais a cobrar, eles teriam mais argumentos, imagens, ferramentas para cobrar.

6. Agora uma pergunta extra: por que se organizar em rede? Por que você acha importante?

Eu acho que a rede é necessária porque sozinhos a gente não consegue. Eu, por exemplo, sou apenas eu como Assistente Social no local, então eu sozinha não sou nenhuma super heroína para resolver todos os problemas e nem vou. O máximo que a gente consegue aqui é um encaminhamento, é tentar ouvir e tentar entender a situação para tentar fazer o encaminhamento. Às vezes chegam aqui bravos, porque fulano não atendeu legal... Calma, aí vamos lá! Então assim, essa necessidade de estar em redes vem da necessidade mesmo de encaminhamentos, porque às vezes aquela instituição não presta o serviço, mas uma outra, você conhecendo serviço da outra, você vai conseguir viabilizar. Então assim, o meu trabalho é todo voltado para rede. Apesar de que alguns casos pontuais a empresa tenta resolver, já aconteceu da gente resolver aqui e vêm pessoas de fatos que aconteceram fora e acham que eu resolvo aqui, então eu tenho que conhecer os serviços que o CRAS fornece para eu poder

fazer aquele encaminhamento de forma adequada. Inclusive eu tenho até que me atualizar mais. Eu acho que aquela questão de a rede fazer apresentação dos serviços, eu acho interessantíssimo, porque quem não conhece, acaba conhecendo aqui e acaba até divulgando meu serviço, é praticamente de divulgação. Então assim eu estava até lendo o edital do jovem aprendiz, eu acabo imprimindo colando aqui nos murais, onde as pessoas podem visualizar, porque o serviço é praticamente este: é tentar divulgar, encaminhar. Então a rede tem muito este papel. Eu acho que por ser rede social, eu acredito que no próprio sistema de e-mails que ela tem, eu acho que poderia ser utilizada aquela ferramenta para divulgação de cursos, palestras, dos serviços que a gente pode divulgar no nosso local de trabalho e também para as pessoas que estão lá dentro conhecerem. Pode servir de alguma forma, eu acho que são meios assim que são fundamentais porque hoje em dia a internet é o que roda, hoje em dia quem é a pessoa que não tem um smartphone? Então eu acho que é um meio mais interessante de divulgação, enfim eu acho que ela tem que utilizar mais estas ferramentas, eu acho que a rede utiliza, porém eu acho que utiliza pouco, eu acho que deveria utilizar um pouco mais.

## APÊNDICE E – ENTREVISTA B

1. Como surgiu a Rede Social da Estrutural ou quais as informações você tem sobre este início da rede?

Então eu posso dizer que ela iniciou mesmo em 2012, foi logo no iniciozinho, se eu não me engano, eu participei logo das primeiras reuniões, não exatamente da primeira reunião da discussão de como surgiu, de como necessitava de uma rede, mas eu comecei a participar em 2012 por conta do Conselho de Segurança, porque as lideranças são convidadas como outros órgãos efetivos da comunidade. À época, por eu ser Presidente do Conselho de Segurança, eu passei a fazer parte dessa rede no começo de 2012, eu acho que já era a terceira ou quarta reunião. Então ela deve ter iniciado as articulações lá por meados de 2011 e em 2012 ela efetivamente surgiu... Eu acho que com os outros entrevistados, você já deve ter conseguido os dados certos, mas enfim, desde 2012 é que eu estive participando da rede com frequência e agora também, devido ao fato de eu não estou mais no Conselho de Segurança e por compromissos na universidade, eu dei uma parada, mas, quando eu vejo a pauta – porque até hoje o e-mail fica cadastrado – que chama atenção, que eu sinto que eu devo estar presente, até por ser liderança, aí eu compareço.

2. Conte um pouco dessa sua experiência desde quando você ingressou na rede social: como que se deu o convite, por que ingressar na rede, por que você acha importante estar participando da rede.

Bom, o convite para meu ingresso se deu diretamente por eu ser presidente do Conselho de Segurança e ser uma liderança ativa. A importância eu acho fundamental, não só as lideranças, mas toda a sociedade civil deve participar, apesar de que quem participa mais hoje são as lideranças, mas ela é aberta a qualquer público, sendo importante tanto as lideranças quanto os órgãos estarem presentes porque através dali surgem demandas, temáticas, pelo menos assim ideias de como a gente pode fazer alguma coisa por algum problema que está relacionado com a rede, enfim que vem para nossa cidade e infelizmente acontece por falta desta atuação ou por não ter um mecanismo de rede que possa dar um respaldo para a população.

3. Quais os sujeitos que você visualiza que impulsionam a organização da rede?

Efetivamente é o CREAS, CRAS, não... A SEDESTMIDH quando era gestão da Amanda,

hoje eu não posso falar quem é que está à frente da Coordenação, mas eu ainda acredito que seja o CREAS. Então a ideia é basicamente surgiu, não vou dizer diretamente da Amanda, mas de algum estudo dela, de alguma pesquisa, que ela sentiu essa necessidade de fazer, de trazer pra cá. A rede já existia em muitos locais como a gente sabe, então assim partiu mais do CREAS, que era coordenação dela. Mas assim eu pude participar de várias reuniões da coordenação da rede, eu fiz parte até por um tempo de coordenação, de ajudar em eventos essas coisas assim. Você sabe que são divididas as tarefas então, por isso, eu posso dizer que o maior responsável é o CREAS, é a SEDEST MIDH, não o CREAS. O CREAS era a maior parte da responsabilidade, mas a SEDESTMIDH era responsável. Então, a organização, eu posso dizer, que é mais diretamente a SEDESTMIDH, dividida entre o CRAS, o CREAS e o COSE para poder facilitar a coordenação, mas ainda tem a parceria de outros membros como Restaurante Comunitário, você como era da UAMA, enfim ela divide as tarefas, mas digamos que a responsabilidade é especificamente da SEDESTMIDH.

3.1. Por que você acha que a população, a sociedade civil mesmo não participa muito da rede?

Primeiramente eu acho que é porque elas não se sentem responsáveis, elas devem acreditar que a rede por ser o nome rede social – até porque quando a gente participa pela primeira vez, a gente vê mais o pessoal do GDF, órgãos, enfim esses órgãos – eu acho que eles pensam que a responsabilidade não é só da população. Falta de convite não é, porque assim toda reunião tem os e-mails. Quando você participa uma vez é automaticamente [inserido na lista de e-mails], quando tem evento é divulgado, é falado, uma liderança repassa para outra. Eu acho que é mais uma questão da responsabilidade, que eles não querem abraçar ou não se sintam capazes de estar ali por serem mais órgãos do governo que estão ali, enfim pessoas de um certo cargo, que têm certa responsabilidade, e eles não se sentem tão responsáveis, competentes para estar ali. Eu penso que é mais ou menos isso.

4. Como você avalia a extensão da rede social da Estrutural? Você considera que ela se limita a uma pauta local ou você acha que dentro desta pauta é possível visualizar uma ordem nacional, regional, pautas maiores?

Nacional eu não posso dizer, porque quando eu estive a gente não viu uma coisa nacional, embora a atuação da rede mesmo local reflète nacionalmente, então ela é mais focada na Estrutural, não só na Estrutural até por conta dos órgãos que vêm: Ministério Público enfim, a demanda sai daqui, a exemplificação vem também de outras redes, ou seja, são parcerias

independente da rede da Estrutural. Eu pude por várias vezes, até hoje o Everardo manda alguma coisa, se eu não me engano ele é da rede de Ceilândia, então é uma parceria entre as redes. Talvez o mecanismo de ligação... Enfim não é só local, porque se fosse só local não precisaria de estar acionando o Ministério Público, a Regional de Ensino do Guará, eu acho que afeta sim... É, no nível geral, dá resultado Nacional porque, assim que a rede conseguir abranger aquela problemática, consegue dar uma sugestão para aquilo que foi motivo de discussão, de pauta. Eu acho que afeta sim nacionalmente, porque daqui pode sair alguém com essa ideia de rede que lá não tem, pode ser transferido – como você sabe, servidor público sempre é transferido – e pode fazer alguma diferença fora.

5. Qual o projeto político da rede social da Estrutural?

Eu acho que é mais a garantia de direitos, a autonomia do usuário, porque os temas que são propostos é a necessidade da população. Eu acredito que a rede tenha surgido por conta de tanta demanda, então uma demanda bem grave aqui é a questão da Santa Luzia: devido à demanda, eu acho que a rede surgiu e a pauta são as necessidades e o empoderamento dos usuários. Como que seria este empoderamento se o usuário começasse a participar, ter conhecimento? E aqui, como você mesmo sabe, a rede é de encaminhamento: se surgir uma demanda, vai ver qual órgão pode estar pensando aquilo ali, estar buscando uma solução para aquilo ali. Eu acho que é mais ou menos isso.

6. Então você acha que há uma relação entre a Rede Social da Estrutural e as políticas sociais?

Sim

6.1. De que forma você avalia esta relação, você acha que ela é só uma rede para encaminhamentos ou ela busca até propor uma nova política ou alguma coisa nesse sentido?

Olha, eu acho que é como eu te falei [é uma rede] de empoderamento. Ela propõe, não só busca, como também propõe novas políticas. Você vê aí que a gente teve ações voltadas contra o trabalho infantil, contra a exploração sexual... São ações que, mesmo que não consiga criar novas políticas, permitem com que as políticas que estão atuais sejam realmente validadas e que se concretizem na nossa cidade. Porque mesmo que a gente saiba que não vai acabar o trabalho infantil hoje – nem nunca, sempre vai existir um ou dois, hoje está bem gritante, mas amanhã pode estar oculto – mas vai existir... A própria exploração sexual... Mas é chamar a atenção da população e de certa forma responsabilizar, pois a responsabilidade não

é só dos órgãos que estão aqui – da Assistência [Social], da Saúde, de quem quer que seja... A responsabilidade também é nossa como sociedade.



## APÊNDICE F – ENTREVISTA C

1. Como que surgiu a rede social da Estrutural? Você tem conhecimento desse surgimento?

Não. Quando eu cheguei em 2013 para ser Conselheiro Tutelar já existia a Rede da Estrutural e aí a gente, automaticamente, o Conselho também faz parte da Rede. A gente foi inserido na rede.

2. Conte um pouco desta sua experiência de 2013 para cá. Como que você considera o trabalho da rede, a relevância de fazer parte da rede?

Então, o trabalho em rede é muito importante, porque desenvolve o trabalho do Conselho Tutelar, que é um órgão de encaminhamentos. Os casos que a gente recebe aqui de trabalho infantil, abuso sexual, de violência doméstica, o Conselho aplica as medidas que são essas de encaminhar para rede, CREAS. Violação de direitos é o CREAS, trabalho infantil também é o CREAS. O CRAS já entra com fortalecimento de vínculo quando a família não recebe nenhum benefício. O trabalho em rede facilita, porque como já é uma rede, então uma vez no mês a gente se reúne e ali a gente trata dos casos, vê qual é a maior demanda da cidade para trabalhar em cima.

3. Quais os sujeitos que impulsionam a organização da Rede Social da Estrutural?

Na minha opinião, todos, mas os sujeitos mesmos são os próprios componentes da rede, que são os órgãos: o CREAS, o CRAS, o Posto de Saúde, a Vila Olímpica, o Conselho Tutelar... Então esses órgãos, estando na rede, eles se empenham para que ela funcione.

- 3.1. Você falou em órgãos. Por que você acha que a sociedade civil não compõe a Rede?

O que eu vejo é que a rede até tenta alguns momentos a participação da sociedade, no caso a sociedade civil, mas eu também não vejo muito interesse da sociedade de estar participando.

4. Qual é a extensão da rede social da Estrutural em termos das pautas que são colocadas? Você considera que as pautas são somente locais ou você vislumbra que essa pauta local tem implicação a nível nacional, regional?

A pauta é local. Eu vejo que as pautas são locais, não tem assim pauta nacional nem regional. É mais o que acontece aqui na comunidade mesmo.

5. Qual o projeto político da rede social da Estrutural? Qual seu objetivo?

Eu entendo que não seja para ser tão burocrático o trabalho do usuário de ir até lá. Se usuário, por exemplo, vai direto, às vezes, não passa pelo Conselho, vai direto a um desses órgãos, muitas vezes, ele vai ter um atendimento um pouco mais demorado. Eu acho que quando a rede está envolvida é mais rápido, a burocracia não impacta tanto.

6. Então você acha que tem um pouco a ver a rede social com políticas sociais?

Eu acho. No meu entender, sim.

6.1. De que forma se dá esta relação entre a Rede Social da Estrutural e as políticas sociais? Você considera que se trata apenas de uma rede de encaminhamentos ou ela procura pautar mesmo política?

Então, a rede social local pauta e tenta modificar, é isso: ela tenta trazer mais para a realidade, melhorar.

## APÊNDICE G – ENTREVISTA D

1. Você tem algum conhecimento sobre como surgiu a Rede Social da Estrutural?.

Pelo que eu entendi do surgimento da rede... Eu não participei diretamente do preâmbulo, dos primórdios, eu participei de um momento de renovação da rede que foi muito marcante para aqueles atores que estavam antes desta renovação e o impulso que gerou este novo momento lá na rede da Estrutural, mas o que eu soube é que ela surgiu muito pela necessidade das pessoas conversarem, discutirem. Esse foi o pontapé inicial: a necessidade.

2. Conte um pouco da sua experiência desde que você ingressou na Rede Social da Estrutural: convite, por que ingressar na Rede e motivos para permanecer? Você dialogava que ingressou na rede por intermédio de um dos sujeitos...

É, porque eu já vinha de experiências de funcionamento de rede. Na saúde mental, tudo é feito em rede justamente porque na saúde mental as pessoas são segregadas, então a gente tenta a inserção social como estratégia de empoderamento dos atores, isto é, dos usuários de saúde mental, então rede social e saúde mental são falas únicas. Não existe saúde mental sem inserção de rede. Na rede... Agora eu me lembro que fui procurar apoio técnico em um caso... Foi isso! Em um caso que eu recebi lá no Centro de Saúde e quando eu fui ao CRAS receber este apoio, digo ao CREAS pra gente poder potencializar o atendimento, eu soube da rede. Aí nisso eu me esparramei, é realmente tudo de bom!

3. Quais os sujeitos que você considera que impulsionam a organização da rede social da Estrutural?

Pois é, quais os sujeitos? Então aí nós estamos falando de pessoas e não de cargos. Foi justamente este aquecimento, que foi o momento em que eu entrei, que foi marcante, porque a Amanda é uma psicóloga que coordenava o CREAS da Estrutural... Esta pessoa estava retornando da licença gestante, então eu peguei um pedacinho antes dela retornar e peguei quando ela retornou e realmente ela fez diferença marcante na estruturação, na manutenção, no desenrolar da Rede Social da Estrutural, mas outros sujeitos, eu posso dizer que são os personagens comprometidos. Então os sujeitos sociais foram aqueles que tinham projeto pessoal, projeto político de fazer algo de diferente, melhor por aquela comunidade. Lembrou-me de uma figurinha, não sei o quê da Paz Você, você lembra? Amigos da Paz

... O Everardo...

Ele mesmo! Trabalhar em rede requer um diálogo constante, requer pegar cada situação e clarear em termos que as pessoas possam contribuir para a melhoria daquela situação, e esse camarada fez isso. Então essa foi uma figurinha muito importante para nossa rede ter êxito, porque naquela época, pelo menos quando eu participei, eu vi como aquela rede era porreta! Nós tivemos a participação do CRAS, a Iaponira, ela teve um papel interessante nessa fase, mas ela ia pouco para reunião inclusive, ainda assim a Iaponira era muito fácil de articular fora da rede. Então pra mim, a rede não se resume só àquele momento do encontro e sim a essas articulações que ela promove. Outro ator que eu tive um prazer de conhecer foi o Remom, porque por um acaso ele estava na linha de frente do COSE, mas ele podia estar em qualquer lugar que ele estava bem posto. Nós tivemos na comunidade pessoas que foram trazer a situação, porque tem isso também: a gente se organiza a partir de fatos, tem que ter alguma situação que faça com que a rede se organize, que ela funcione enquanto rede. Houve o caso das crianças que estavam usando drogas na Santa Luzia... Depois essa pessoa retirou a fala com medo de represálias, porque quando outros, no caso os traficantes souberam, começaram a ameaçá-la, ela se retirou da rede por conta disso, mas o problema ficou e eu, como gosto de entender o que está acontecendo, fui com a equipe da redução de danos caminhar com eles e aí me deparei com essa realidade que fica camuflada atrás das nossas mesas institucionais... Eu jamais teria este contato se eu não tivesse vivido essa experiência com os redutores de danos, realmente crianças com menos de 10 anos em uso de drogas, quer dizer, tudo isso pode ser observado, algo pode acontecer para mudar esta realidade, para transformar mesmo a partir da reunião de rede onde as pessoas se juntaram para buscar estratégias. O pessoal do coletivo... A questão das escolas, quando eles estavam na rede eles conseguiam entender que era uma forma de fazer trabalho de prevenção tudo a partir deste encontro chamado Rede Social da Estrutural.

4. Como que você avalia a extensão da rede social da Estrutural? Você considera que o movimento se limita a intervenção local ou você vislumbra pautas de ordem nacional ou regional em que a rede se insere?

Isso depende do olhar do ator, porque pra mim e pra muitos outros (eu sei porque a gente trocava sobre isso), é tão óbvio o fato do que está ali ocorrendo está inserido dentro de um contexto maior, então elas são também inversas.... Eu fico até mobilizada, porque é muito notório isto! Eu me lembro até que a gente estava trocando sobre um evento que teve com carroceiros e catadores, que surgiu a partir do encontro de rede, para poder compartilhar a mudança do aterro sanitário para outro local que faz parte de uma política nacional e as

peessoas que estavam nesta interlocução com a população não queriam que a coisa fosse feita à goela abaixo, queriam trazer ali como espaço para algo refletido... Então foi muito emocionante, porque a gente pode sentir perceber que aquelas pessoas que estavam, e eles também traduziram isso, elas compreenderam que estavam inseridas em um contexto muito mais amplo, que um catador não é um catador, ele faz parte de todo um conjunto de atores que estão envolvidos nesta reciclagem, por isso que é a lei que regula as relações, ela surgiu para dar maior qualidade de vida, quer dizer, tudo isso só foi possível a partir desse espaço que por um acaso foi a Rede Social da Estrutural, mas poderia ser a Rede Social do Guará, poderia ser qualquer outro espaço de rede social, porque a função da rede social é justamente trazer o macro para o micro, é promover esta fala de atores. Agora aí vem outra questão: são atores institucionais ou são as instituições que estão representadas lá? São atores, pessoas, *personas* institucionais... Por um acaso estão naquela instituição, mas faz parte de um projeto maior, um projeto de resolutividade, só vai para rede quem está a fim de que alguma coisa mude, transforme. E aí quando eu falei um pouquinho antes que “tudo depende do olhar da pessoa” é justamente isso, porque eu posso ter o cabedal que for, se eu não tivesse a compreensão de que o micro é mera representação de um macro, contribuir para pessoas compreenderem essa relação micro-macro, eu estaria mal situada. Tudo tem interligação! Eu não sei se eu estou traduzindo de uma forma muito solta, mas está tudo inserido dentro da lógica do Edgar Morin da [teoria da] complexidade: um ator é representação de um contexto maior. Eu respondi?

5. Perfeitamente. Qual você entende ser o projeto político da Rede Social da Estrutural?

A resolutividade. Essa é a grande proposta, ter resolutividade das situações, mas o projeto político mesmo ele é muito maior do que uma simples resposta. O projeto político é a contribuição de vários atores. Eu me lembrei da história de uma senhora que vendia pizza ali em frente ao CREAS e ela foi super mobilizadora desse coletivo ampliado. Ela só pôde ter escuta dentro da rede social porque ali não existia o psicólogo, o assistente social... Ali, nós temos um papel, uma função horizontal que é a de sermos todos atores de um coletivo, no caso a Estrutural. Então assim, você pode até hoje utilizar o seu cargo pra você viabilizar questões, mas ali, você é um membro da rede social... Membro, essa é a palavra! Tudo isso para dizer que só vai para uma rede social quem tem um projeto político, que é um projeto de convivência social: “eu quero que tal Comunidade alcance tal grau de excelência”. Isso é resolutividade, mas pra gente trabalhar este complexo é cansativo demais se você tiver que ir batendo na porta das instituições, não! Na rede social tem aqueles atores que estão

disponíveis, por isso que estão lá, e você consegue um nível de resolutividade e de reconstrução até da sua proposta. É tanto projeto político, entendeu? Cada momento histórico tem um projeto político com arcabouços mais delineados, ora mais pra infância, ora mais para o idoso, que são distorções também... Tudo é uma coisa só, mas a gente ainda precisa disso, então a rede só... Bem, eu participo agora mais indiretamente, mas eu era muito linha de frente da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial - RENILA e a rede social pra mim é o veículo, tanto que se chama rede nacional, que é um movimento social, Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial. Rede social e movimento social pra mim é uma coisa só. Toda a rede tem que ter um projeto político porque se não, ela não se junta, fica um monte de gente fragmentada, não tem um funcionamento da rede.

6. Como você compreende a relação entre a rede social e as políticas sociais? Você considera que a rede social tem mais a função de solicitar ou se ela tem possibilidade de fomentar políticas?

De refazer até as questões, porque assim não tem outro jeito da gente poder potencializar as situações, não tem. Eu vou te dar um exemplo: eu estou aqui atualmente no Recanto das Emas e eu tenho participado pouco das reuniões da rede local, então quando vem uma situação que exige estas interlocuções eu encontro um pouco de dificuldade porque eu não tenho esse empenho neste momento histórico, que é o momento de mudança aqui de unidade, neste momento histórico eu não tenho toda essa facilidade de fazer estas interlocuções entre as políticas públicas, agora pelo fato de eu já ter participado de algumas reuniões da rede, eu tenho pessoas que podem abrir as perspectivas e repensar sobre os casos. Inclusive nós tivemos um caso que o agente de saúde levou a equipe repensar e vislumbrar possibilidades: nós mobilizamos o Tribunal, o psicossocial do tribunal veio ter este encontro conosco e junto com o CREAS pra gente pensar sobre uma pessoa e que não era uma pessoa, mas um conjunto, uma família, e isso tudo teria sido muito mais fácil se fosse levado para uma rede social e a partir daquele fato a gente poderia até criar políticas outras. Eu não sei se eu fui clara, mas tem uma lógica, tem uma linha de intervenção chamada enfoque estrutural de Maurice Moreau, onde em um caso você pode estar inserindo, esticando e transformando este caso em repercussões para que mude o contexto de todos que têm similaridade com aquele caso e as políticas públicas são exatamente isto, é a que viabiliza trazer aquela singularidade para que outros atores possam usufruir e a rede social faz isso. Eu participava da Rede Social de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Distrito Federal e à época houve um abuso sexual numa Van escolar isso foi levado para rede. A rede

socia tinha atores de várias instituições, mas, como envolvia transporte, o Detran foi chamado, a partir daí o Detran passou a fazer parte constante [da rede] e este caso gerou a lei te obriga os condutores de van escolar a terem a ficha limpa, então um caso gerando toda uma transformação e refazendo a política pública, mas tudo também foi visto que não havia política pública que atendesse, mas a política pública teve que ser objeto de análise para a gente poder chegar à conclusão que não tinha formas de proteção. Então, é isso. Lá na Estrutural tivemos casos também. Na Rede Social da Estrutural, nós tivemos o caso dos carroceiros. Nós começamos a levar a discussão para um repensar da política pública na perspectiva do animal, porque é um animal de tração e tem uma coisa que é muito importante são os projetos políticos: é que a relação que a gente tem com o meio ambiente vai traduzir todo uma série de formas de ver e de agir dentro do mundo, e o animal compõem o meio ambiente. Quando se começou a problematizar com mais clareza a relação deste animal, então a coisa assumiu um contorno de mais amorosidade, de uma forma mais ampliada... O foco ampliou a política pública ligada ao meio ambiente. Foi repensado também que o carroceiro não teve um padrão de cuidado para ter cuidado do animal, se eu não estivesse nesta construção à época, nesta reflexão, eu tenho certeza que, ou daqui alguns anos ou talvez nunca, tivesse este amadurecimento: de que cada um só dá o que tem. A política pública de cuidado, de prevenção da violência, passa por uma questão de reflexão da política que se tem com os animais. Então assim, política social, política pública... Não dá pra gente separar: “política social está lá no governo”. Não! Está no ônibus que eu pego, na água que eu consumo, na roupa que eu uso, porque em tudo isso aí está embutida uma lógica.

## APÊNDICE H – ENTREVISTA E

### 1. Como que surgiu a Rede Social da Estrutural?

A gente começou com a necessidade de trabalhar coletivamente, de realmente juntar vários atores para fazer algumas coisas. Porque a gente que estava lá na época da SEDEST, precisando fazer uma Conferência, a gente sabia que precisava acionar vários grupos para poder divulgar, por exemplo, ou vários grupos para poder trazer as próprias sugestões de temas que pudessem ser trabalhados, então o que a gente pensou é que se pudséssemos juntar todos os parceiros da cidade para nos ajudar nesta divulgação e para trazer também as maiores demandas da cidade, seria mais fácil. Então foi aí que a gente, a partir desta necessidade, acionou vários parceiros: Saúde, Educação, a Administração [Regional], entidades não governamentais, todos os próximos ali. Fizemos uma primeira reunião com a pauta principal sobre a Conferência de Assistência Social em 2011, de 2010 para 2011, mas como a necessidade era isso, acabamos ficando um ano sem muitas articulações. No ano seguinte, a gente sentiu de novo a necessidade de levantar essas demandas, já não por conta da Conferência, mas mais por conta de uma outra necessidade inicial que era a de cadastro das famílias em uma ação, uma espécie de mutirão, em que a gente precisava ter parceiros, pessoas que pudessem se unir a nós, dar assistência ali para que as pessoas pudessem vir e serem cadastradas na questão de transferência de renda e aí sim, a partir dessa [reunião] continuamos mês a mês a fazer as reuniões e aí foram surgindo outras demandas. Foi assim que começou.

#### 1.1. Por que você considera que após a retomada dos encontros a Rede Social da Estrutural não se extinguiu?

Porque acabou que quando a gente se reuniu no segundo mês, por exemplo, as pessoas já começaram a trazer "Ah, mas a gente também tem o lixão, tem trabalho infantil no lixão... Mas também a gente tem muita violência" esse era o principal assunto inclusive a questão da violência... "Ah mas a gente tem muita evasão escolar". Então a gente começou a ver que surgiram outras coisas que eram importantes da gente trabalhar e assim como a Assistência [Social] precisou do grupo para uma demanda específica dela, a Educação precisava do grupo, do coletivo também para, por exemplo, sensibilizar para que não houvesse evasão escolar ou então para tratar da questão da transferência de renda unida a educação em que a família pra receber o benefício tem que [ter seus filhos] frequentando a escola, então, às vezes, a escola



precisava ter esse aporte dos outros pra conseguir também seus interesses. A própria Saúde, o próprio Centro de Saúde também participava e também precisava atualizar a questão da vacina. Então assim, a gente passou a perceber que todas as demandas que surgiram só conseguiriam ser resolvidas com mais facilidade se nos juntássemos uns aos outros e aí a gente "Ah com relação à violência" quem que não está aqui em que também poderia ser acionado? A Regional de Ensino, por mais que não esteja dentro da Estrutural, esteja no Guará, mas a gente conversava. Geralmente, algum professor, alguma professor nunca participaram, mas orientador educacional que participava para fazer esse diálogo com as pessoas de fora da Estrutural... Vimos que sozinhos não conseguíamos e aí quem estava chegando, agregando sempre estava participando junto e a gente começou a fazer os eventos coletivos de sensibilização e isso tudo a gente foi vendo que houve resultado.

2. Quais os sujeitos políticos você considera que impulsionam a organização da Rede Social da Estrutural?

Dentro da política da Assistência, os CRAS, dentro da tipificação, para estarem responsáveis em comandar, vamos dizer assim, em coordenar as reuniões de rede, mas lá na Estrutural não tem uma pessoa específica. Assim a gente sempre trabalhava com a ideia de que todo mundo pode coordenar, todo o mundo pode fazer a ata. Nós sempre sentávamos uma semana antes pra poder organizar isso, mas não tem uma pessoa que... Geralmente o CREAS que fica à frente porque fomos nós que começamos, mas, em via de regra, não tem uma pessoa [fixa] que coordene.

2.1. Qual a dificuldade que você considera para a efetivação da participação da sociedade civil não organizada?

Eu acho que está na mesma questão das organizações que é a do interesse específico. Eu acho que a população, a comunidade é muito imediatista, então se ela está com problema de comida, por exemplo, um problema de "preciso resolver a drogadição do meu filho", se ela não vir algo específico para o filho, principalmente na Estrutural que é uma comunidade mais carente, então ela não tem muito este pensamento de médio e longo prazo, é mais imediatista, então as pautas são, como eu falei, coletivizadas e aí eu acho que é essa a dificuldade, mas mesmo assim a gente ainda se esforça pra agregar, por exemplo, líderes comunitários, pessoas que já tenham essa perspectiva do pensamento a longo prazo.

3. Como que você avalia a extensão da rede social da Estrutural? Você acha que as pautas são só locais ou você enxerga nessas pautas ordem mais regional, nacional.

Ela é mais territorial mesmo, é mais local. Às vezes, surge um ou outro convite do pessoal de fora, mas sempre fazendo esta interlocução com o território. Então assim, vai haver uma palestra sobre violência doméstica lá no [Núcleo] Bandeirante, mas tem também o foco na violência doméstica da Estrutural... Sempre valorizando o território.

4. Qual que você entende ser o desafio dessa articulação da rede social? Qual o objetivo dela?

O maior desafio é o comprometimento dos parceiros, porque muda governo, por exemplo, e aí mudam as pessoas e aí as pessoas, o órgão em si, que era pra ficar vinculado, não vem mais. Essa questão do comprometimento, o que, por outro lado, eu acho que é normal, às vezes, ter essa saída mesmo... É a dinâmica. A questão da dificuldade de poder distribuir a coordenação, a responsabilidade pra não ficar só por conta de um órgão que, às vezes, é o mais interessado naquele momento, mas o fato também daquele órgão estar sempre com a responsabilidade acaba que não dá abertura pra outros fazerem e aí ficam esses dois pontos: o outro não faz porque já tem alguém que faça e eu não faço porque o outro não faz.

4.1. Mas essa questão do desafio que você colocou de como as pessoas continuarem na rede, você não considera que tem a ver a falta do entendimento do qual o objetivo daquela ação, daquele movimento?

Sim. Às vezes, eu acho que muitos participantes vêm buscar algo específico dentro da sua área e não veem que, mesmo não sendo aquilo específico, da sua política pública ou da sua área de atuação, indiretamente está relacionado com ela. Outra coisa, às vezes, a gente está ali e a pessoa fala "eu estou aqui nesta reunião de rede perdendo tempo, discutindo e não tem resolução", mas só da gente discutir já é muito produtivo. Ano passado, por exemplo, a gente passou o ano inteiro discutindo fluxos e por mais que os sujeitos não tenham a final do ano, como a gente programou, um desenho específico, mas todas as discussões que foram feitas (foram muitas reuniões), todas as reuniões extraordinárias que a gente fez, as discussões em grupo em subgrupo, tudo isso já é de muito resultado para cada um que participou, já foi um acréscimo de compreensão muito bom.

... Como se nivelasse o conhecimento, certo?

E pra quem não conhecia. Por exemplo, a gente conseguiu montar fluxo de população de rua, fluxo de violência com adolescentes, fluxo de violência contra a mulher, fluxo de drogas... Então, às vezes, nem se tinha tanta consciência daquilo e passou-se a ter.

5. Como que você compreende essa relação entre Rede Social da Estrutural e as políticas sociais? você avalia que a organização tem interferindo na gestão dessas políticas ou ela se limita só a uma rede de encaminhamento?

A gente faz sim, acaba tendo muitos encaminhamentos, mas a parte mais produtiva, a meu ver, é a coletivização das demandas. O próprio trabalho infantil, por exemplo, é algo que não dá pra você pegar caso a caso, você acaba tendo que coletivizar mesmo a demanda, então é um problema muito maior e isso acaba tendo que sair pra outras instâncias e acionar realmente a gestão, o governo, revelando que é um problema governamental não só da Estrutural, é uma questão que o governo precisa assumir. Nas discussões de rede, a gente começa a ver que se um órgão não dá conta, vários órgãos juntos também não.

## APÊNDICE I – ENTREVISTA F

1. Esta primeira pergunta não a farei, pois você não participou deste momento inicial da rede, portanto vamos a segunda. Conte um pouco sobre sua experiência em estar integrando a Rede Social da Estrutural, como surgiu o convite, qual sua avaliação.

Então, eu sou professora, atualmente eu estou na Coordenação Regional de Ensino do Guará. Nesta função atual, eu acabo sendo demandada a participar de diversas temáticas, questões muito pertinentes lá naquele espaço. No ano de 2014, quando eu fui assumir essa função lá na regional, eu fui convidada para participar de uma reunião que iria acontecer, não da rede, mas intersetorial na Secretaria da Criança que a temática era trabalho infantil, meu primeiro contato foi este. Lá, eu conheci alguns entes institucionais e também da sociedade civil e a primeira pessoa mesmo que representava uma instituição que eu conheci naquele momento da sociedade civil foi o Coracy. À época, ele não estava em uma função, ele estava como representante da sociedade civil porque lá eles têm uma ONG e realizam um trabalho com adolescentes, com crianças. E assim, na fala dele, quando ele foi falar sobre a questão do trabalho infantil representando a sociedade civil, como eu trabalho dentro da Secretaria de Educação, eu achei que era uma oportunidade da gente começar a criar mais vínculos naquele espaço e foi quando ele me falou assim "ah tem a rede social" e naquele momento ele já me colocou no grupo do Facebook, do Whatsapp. Como ele me colocou no grupo, eu já fui convidada na primeira reunião posterior pra conhecer. Então esse foi o primeiro contato. Respondeu sua pergunta?

2. Sim, perfeitamente. Você poderia, então, contar um pouco dessa sua experiência? Porque uma coisa é o convite, mas por que continuar participando da rede, qual sua avaliação sobre estar lá naquele espaço?

Eu acho importante porque naquele espaço tem diversas instituições do governo que trabalham com temas diferentes, temas sociais como a questão da Secretaria da Criança, Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, tem o CREAS, o CRAS e a gente. Como Secretaria de Educação, é um espaço pra gente estar realmente articulando e dando fluxos de agenda de trabalhos, porque eu acredito que somente juntos a gente pode realmente conseguir montar um fluxo de trabalho mesmo, construir uma agenda positiva do trabalho social para aquela comunidade. Então juntos, a gente consegue mais essa força pra essa agenda positiva.

3. Quais os sujeitos que você considera que impulsionam a organização da Rede Social da Estrutural?

Eu acredito que o movimento social, as organizações não governamentais, os movimentos sociais na Estrutural, especificamente onde eu estou, onde é minha área de atuação – Guará e Estrutural, mas eu atuo mais diretamente na Estrutural –, até por força daquela comunidade mesmo, ela tem uma força muito grande ali né, e também pelas questões sociais de carência, de vulnerabilidade social que existem naquele local... Acaba sendo muito demandado das instituições governamentais. Então assim, eu acredito que mais forte ali é movimento social mesmo e que busca, que faz, demanda mesmo dos órgãos do governo, então eu acho que a força dele é muito grande, mas por conta de todas as questões, as necessidades mesmo de uma política social ali dentro forte, na questão do trabalho infantil, toda... a estrutura mesmo da cidade em si, bom enfim todas as questões.

3.1. Mas você acha que esses movimentos sociais encontram espaço dentro da rede social da Estrutural?

Dentro da rede? É o espaço geográfico, é um espaço de organização, é um espaço que eles buscam isso de mobilizar mesmo a comunidade e as instituições, o governo mesmo. É a forma de você estar mobilizando ali pra dizer "olha, a gente está aqui, a gente existe, a gente precisa conversar dos nossos problemas aqui, a gente tem um problema muito grande, a gente tem a questão do lixão". Essa pauta, da primeira vez, daquela primeira pergunta, a pauta que foi discutida foi a questão do lixão e dentro do lixão, a gente tem questões assim gravíssimas ali dentro né... Drogadição, o trabalho infantil, a prostituição, um monte de situações. É a forma de você dizer, de gritar "nós temos esses problemas aqui, nós temos problemas de renda, de melhorar a economia aqui da cidade pra gerar renda", porque têm outras questões também que não são da minha pauta, mas como eu estou lá, eu acabo conhecendo as pautas dos outros órgãos. Então eu acho que a rede, sim, acredito sim muito nela, na força, no potencial de mobilizar a sociedade civil e os órgãos, os entes governamentais, para garantir minimamente política social lá dentro.

4. Como que você avalia a extensão da Rede Social da Estrutural? Você acha que pautas são só localizadas ou você enxerga dentro dessas pautas questões regionais e nacionais?

Eu acho que tem as duas coisas. Tem questões que são bem específicas como a questão do Lixão porque é uma coisa que está latente lá tanto que ano passado iniciou-se todas essas

discussões, mas que por algum motivo não teve a força, mas eu sei que tem discussões no âmbito central do governo do Distrito Federal de mobilizar os órgãos pra realmente atuar intersetorialmente lá e resolver essas questões lá dentro né, tem até um prazo, existe prazo, determinações para construção de políticas e efetivação de política lá em relação a isso. Mas tem outras pautas também que elas são comuns e acabam se tornando políticas públicas sociais não de lá, mas do Governo do Distrito Federal como um todo, por exemplo, de outras cidades, a questão da falta de trabalho, renda, precisa gerar renda, aplicar, essas questões sociais de família, de carência em relação mesmo a muitas questões mesmo de Bolsa Família, de outras políticas mesmo que estão lá e que acontece, são necessidades de outras comunidades como São Sebastião, todas cidades que têm alto índice de vulnerabilidade aqui no Distrito Federal: São Sebastião, Ceilândia, Samambaia, enfim... E são questões que perpassam por todos esses lugares, então elas realmente, elas têm essa amplitude, como você falou, essa extensão de que são pautas e políticas em todas as localidades onde tem alto índice de vulnerabilidade social.

5. Qual é o projeto político da Rede Social da Estrutural? Por quê, pra quê que ela existe? Qual direcionamento político dela?

Então assim como eu sou nova e não sou moradora daquela região, mas a gente acaba aos poucos vivenciando, ouvindo as experiências... Aquela comunidade lá tem, como posso dizer, uma extensão muito grande, um braço de necessidades ali... Eu acho que a primeira coisa é realmente assim... Por exemplo, essa questão da geração de renda, eu acho extremamente importante ter espaços, trabalhar políticas voltadas para as cooperativas. Tem essa questão do Lixão que pode ser até da própria comunidade que ela tenha esse capital social, pra ela se empoderar disso, desenvolver a economia, que isso gere renda e que as pessoas tenham mais acesso aos bens e serviços, que gere e que tenha acesso, isso é uma questão. A questão também da educação, como é a minha área, eu falo muito do que eu acabo ouvindo. A questão da segurança, a segurança lá é uma coisa seríssima, a gente sabe que é uma comunidade que vive em uma alta vulnerabilidade lá o tempo todo, eu achava que só pessoas que não moravam lá que vão lá, que assim você está numa situação de vulnerabilidade porque você não conhece a comunidade mas agente sabe de pessoas que são moradores de lá que a gente vê histórias o tempo todo, que sofrem assalto, enfim criança, enfim estupro das mulheres, tem essas questões também de agendas afirmativas, de gênero... tem várias agendas lá diferentes se a gente for enumerar, o que mais eu posso dizer? A questão da segurança, a questão de Assistência Social, essa que já é trabalho do CREAS e do CRAS. Acho o papel do Conselho

Tutelar extremamente importante porque as crianças são muitas... Eu acho que é o segundo maior índice de vulnerabilidade social das cidades do entorno do DF, acho que é a segunda, então ali as crianças, elas precisam urgente. Outra coisa é creche, elas precisam de creches. Eu vi ontem um dado, eu nem sei se esse dado é correto, mas que faltam 2.400 vagas para crianças no DF como um todo, mas creio que um percentual bem grande deve estar na Estrutural, eu posso até arriscar assim 30% só na Estrutural. Precisa também de políticas de assistência à saúde das mulheres, elas estão em maior número lá na estrutural, de mulheres e crianças, a maior população lá são mulheres e crianças, então uma parte da sociedade precisa de muitas políticas de assistência à mulher na questão da Saúde da Mulher, de orientações, de acompanhamento mesmo. Por exemplo, médico do Programa Saúde da Família precisa estar acompanhado mais essas famílias de perto... Eu acho que é uma comunidade extremamente carente de políticas sociais públicas, mas são problemas que ocorrem também em outras comunidades, em outras localidades do entorno do DF.

5.1. Então basicamente sobre projeto político você acha que é ampliar as políticas sociais? O acesso, a estruturação, tudo, certo?

Isso. Essas são as que me vieram aqui agora, mas a gente poderia até tentar fazer uma relação iria dar duas, três folhas ou mais.

6. Essa última pergunta aqui nem quero falar tanto, mas eu queria tratar mais de uma avaliação que eu fiz das atas. Eu percebi muito que em 2014, uma das grandes pautas foi a questão das creches, como você acabou de colocar, lá na Estrutural. Percebi que as grandes pautas, desde o início do movimento, eram o trabalho infantil haja em vista o Lixão, a questão das creches e também a drogadição. E as creches é algo muito complexo, dito isto como é que você avalia a questão da sua participação na Rede Social da Estrutural na potencialização dessa questão?

Eu assim, eu sou uma funcionária da Secretaria de Educação, eu sou uma servidora da Secretaria de Educação, sou Professora. Atualmente estou fora de sala de aula e estou numa função intermediária, nível intermediário, não trabalho no nível Central. Como nível intermediário, a minha atuação é meio limitada, então assim, ela é muito, muito importante do ponto de vista da visibilidade da demanda do próprio local “nós estamos ali e como que isso pode está sendo levado? Como se fosse uma ponte...” Ao mesmo tempo de construir regionalmente dentro da minha área, dentro das escolas políticas, dentro da minha função que é fazer esta intermediação, tanto que agora nesse momento, nós estamos buscando uma

parceria. O Ministério Público, o Setor Psicossocial do Ministério Público, na pessoa da Camila, elas estão com projeto de seminários sobre gênero, violência de gênero, violência doméstica e familiar também e aí o que nós fizemos? Eu, enquanto estava na rede, vi uma oportunidade de construir uma parceria e fazer com que os orientadores educacionais nas escolas, com que as coordenadoras locais estivessem participando disso para realmente a gente trocar experiências, levar isso, estreitar esses vínculos e gerar, dar esse fluxo mesmo de trabalho de agenda, porque na escola é onde muita gente vê que acontecem as coisas. Por exemplo, um aluno que está na sua casa, vê uma mãe sendo agredida, vê o pai batendo, muitas situações, na escola ele vai acabar por reproduzir ou então a gente vai perceber, a gente vai observar situações que a criança demonstra que isto está acontecendo, que ela está gritando por ajuda. Então é um espaço e, nós temos na Secretaria de educação, a função de orientador Educacional que é a pessoa que tem esse papel de trabalhar com essas situações de vulnerabilidade da criança então porque não? Nesse momento que estava acontecendo isso, porque não fazer essa parceria? Então isso está acontecendo inclusive tanto em âmbito regional aqui na Estrutural e Guará, como no nível Central né. A EAPE mesmo fez o curso sobre Lei Maria da Penha junto com o Ministério Público e está construindo uma pauta comum. Isso tudo é devido a essas articulações que vão acontecendo tanto nível regional, como nível Central. Então dentro do que me cabe como coordenadora intermediária, eu acho que assim é construir pautas regionais e dar fluxo mesmo de agenda de trabalho no coletivo mesmo, em rede, porque fora da rede a gente não vai muito longe a gente faz uma coisa pontual, mas a gente tem muito mais força quando a gente faz trabalho de rede mesmo, por isso que acredito muito nesse trabalho. Então eu acho que a importância, eu, como coordenadora intermediária, estar aqui é dar visibilidade sobre pautas e agendas regionais e também levar situações de demandas que extrapola esse nível regional para o central como já ocorreu ano passado mesmo a respeito do trabalho infantil, a primeira que me chamaram pra participar, eu fui direto para meu coordenador e disse “ó é uma pauta, que é demanda de creche não é mais uma coisa que cabe aqui no espaço” e aí já levamos, ele já fez, então eu acho que é isso, a rede funciona dessa forma. É importante a construção de fluxos das agendas em todos os âmbitos: regional, do Distrito Federal e quiçá até nacional, porque eu acho que isso vai crescendo.



## ANEXO A – HISTÓRICO DA REDE SOCIAL DA ESTRUTURAL

Em 20 de maio de 2011 aconteceu a primeira iniciativa de construção em rede da Estrutural, o então chamado *I Encontro da Rede Socioassistencial da Cidade Estrutural*, realizado no Centro Comunitário da cidade, foi organizado e demandado pelos equipamentos da SEDEST com o intuito de aproximar os diversos órgãos e entidades que atuam na Estrutural. Nesse evento foram apresentados os serviços ofertados pelo CRAS, COSE e CREAS, dentro da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, focando principalmente nos direitos socioassistenciais, como forma de desmistificar a ótica da ajuda/favor emergencial, e na importância de articulação entre Políticas Públicas para efetivação da proteção integral. Na oportunidade do evento foi promovida uma das primeiras iniciativas de mapeamento das atividades e serviços disponibilizados na cidade Estrutural: a todos foi entregue uma ficha para preenchimento com indicações do nome da instituição, responsáveis, contatos e serviços oferecidos.

No ano seguinte, em 07 de fevereiro de 2012, ocorreu a reprodução daquele encontro anterior, denominado de *I Encontro da Rede Social da Estrutural de 2012*, também realizado no Centro Comunitário, direcionada pelo CRAS, COSE, CREAS e SUBSAN. Os objetivos deste encontro foram a troca de informações breves sobre a área de atuação de cada um dos presentes e a busca de apoio dos presentes, dentro de suas áreas de atuação, na *busca ativa* do Plano DF sem Miséria, que envolveu uma mobilização para identificação das famílias extremamente pobres a serem incluídas no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família. Esse encontro foi de fundamental importância, pois a partir daí as reuniões passaram a ser realizadas mensalmente. Depois do foco na *busca ativa* do Plano DF sem Miséria, discutiram-se entraves e soluções de fluxos de atendimento entre os órgãos e entidades, considerando demandas de membros da comunidade presentes: problemáticas do lixão, insegurança na habitação, entre outras demandas.

Um dos pontos mais discutidos no ano de 2012 foi a violência na Estrutural, o que incitou o desenvolvimento de uma metodologia envolvendo subdivisão em quatro grupos, os quais iriam liderar sensibilizações e ações específicas sobre os temas. Tais grupos eram a) violência doméstica, b) violência sexual, c) trabalho infantil e d) violência letal entre jovens e tinham por objetivo a construção de Plano de Enfrentamento à Violência da cidade Estrutural. Essa metodologia de intervenção, no entanto, não tem sido adotada, sendo foco da

intervenção da rede atualmente as demandas apresentadas pelos órgãos e instituições componentes desta.

Outro passo considerável em busca da articulação mais democrática em rede foi a discussão ainda no final de 2012 sobre a organização desse espaço. Com isto, ainda naquele período foi construído o *Acordo de Convivência* da Rede, a definição de uma Comissão Organizadora para articular as reuniões, a aprovação de um Termo de Adesão dos órgãos e instituições membros da rede, escolha de um logotipo, entre outros.

A Rede Social da Estrutural também procura promover eventos em datas políticas importantes como forma de sensibilização à comunidade e legitimação deste espaço por parte da população. Neste ano foram promovidos 8 de março – Dia Internacional da Mulher, 18 de maio - Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e o dia 12 de junho – Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil que está por vir.

## ANEXO B – LOGOTIPO DA REDE

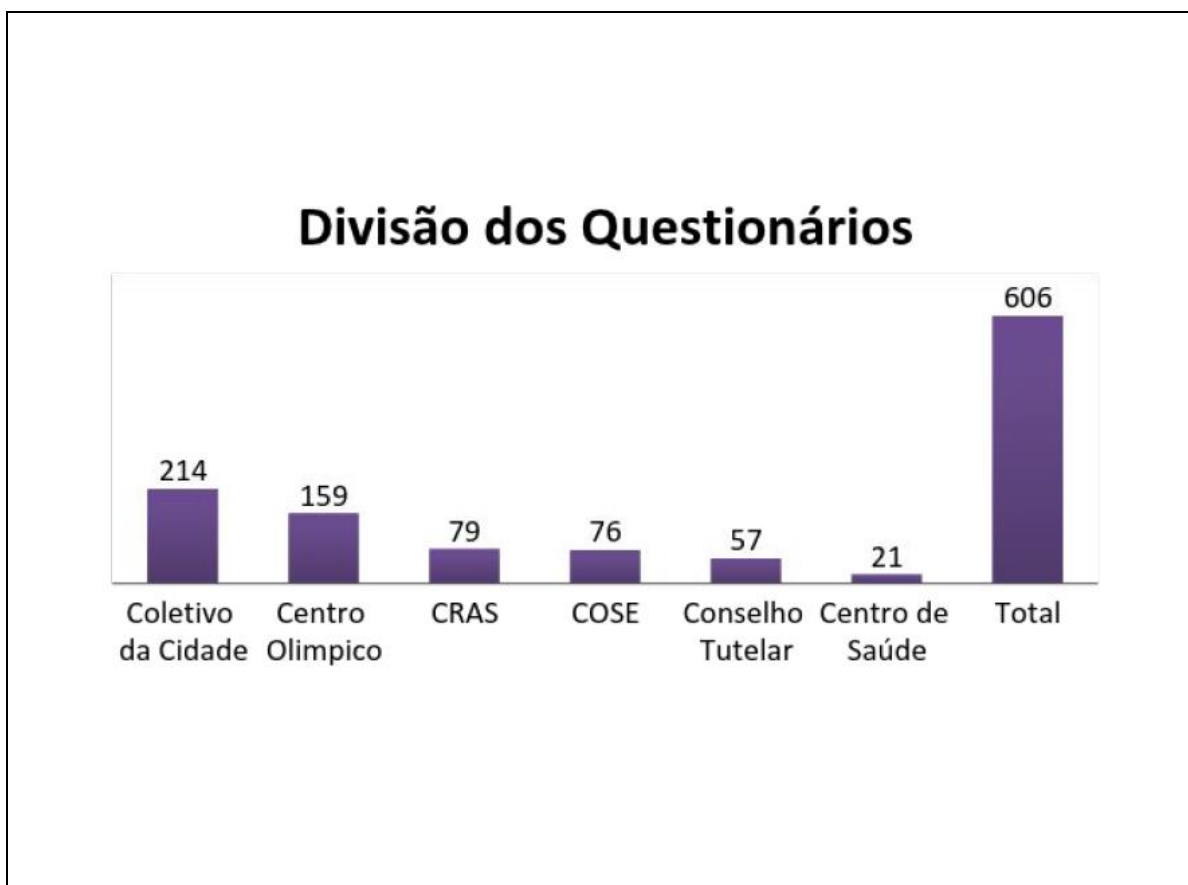


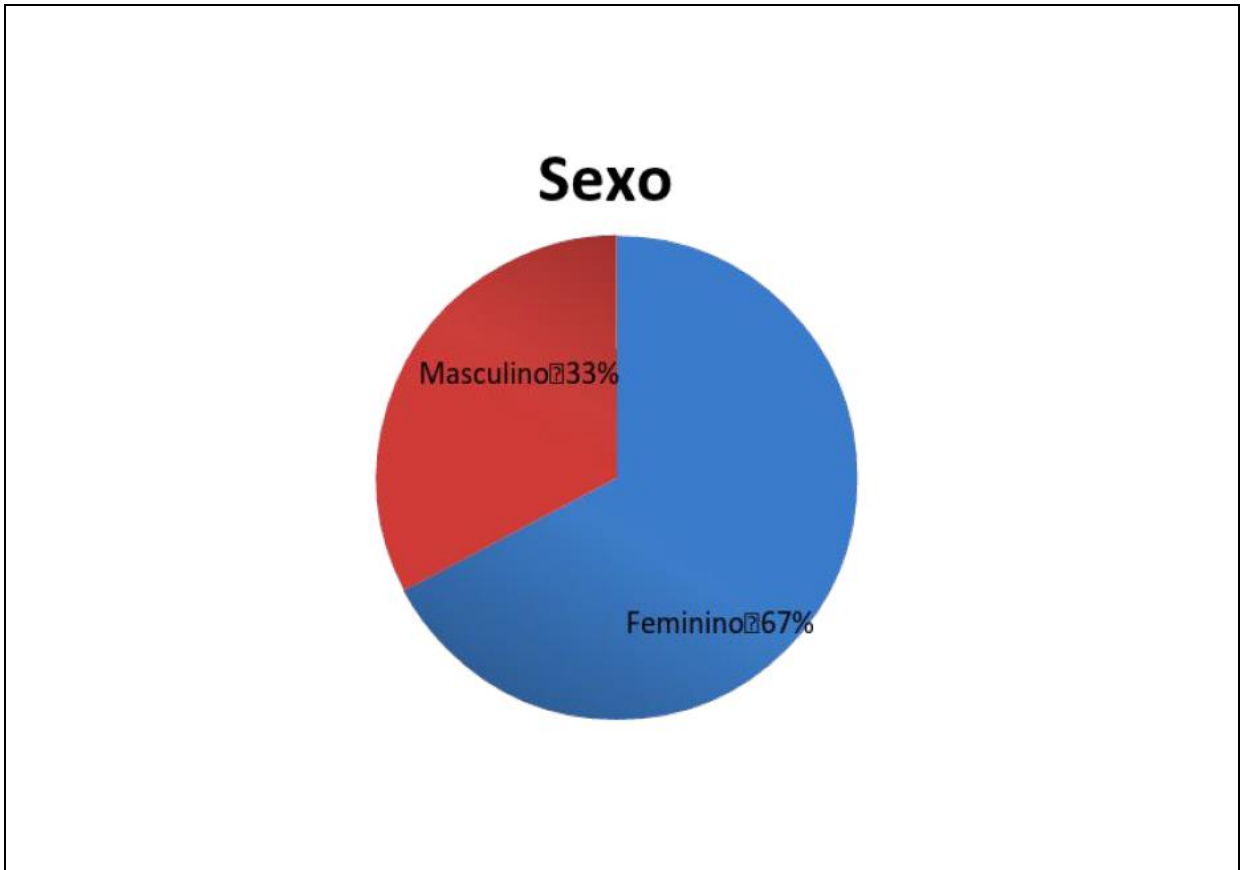
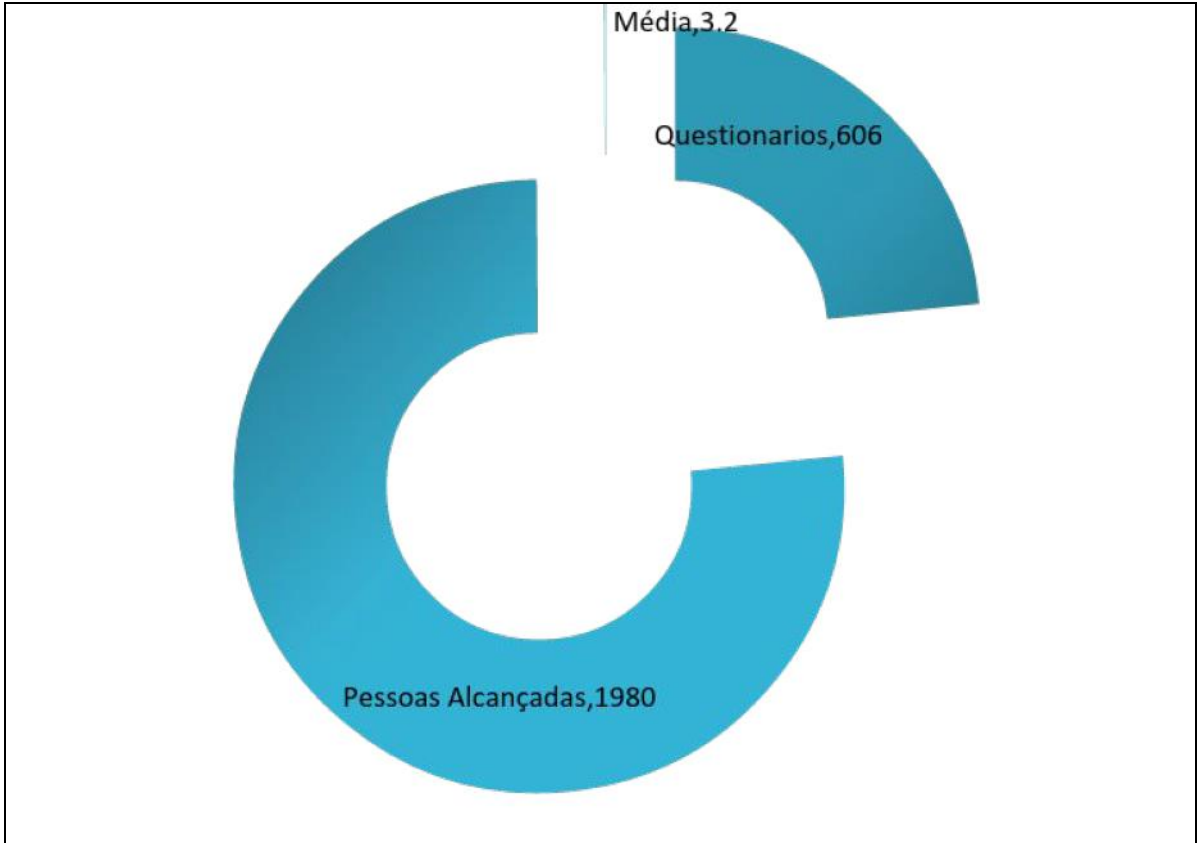
## ANEXO C – ACORDO DE CONVIVÊNCIA

1. A reunião da Rede Social da Estrutural será realizada no auditório do Centro Comunitário da Estrutural, localizado no Setor Central, Área Especial 9, sempre na terceira quarta-feira mês, iniciando as atividades às 9h e concluindo às 11h30.
  - 1.1. Em caso de feriado ou ponto facultativo a reunião será antecipada para a semana imediatamente anterior.
2. A Rede Social da Estrutural possui uma Comissão Organizadora, responsável pela promoção e articulação da Rede, composta pelos seguintes órgãos:
  - 2.1. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST;
  - 2.2. Secretaria de Estado da Saúde – SES;
  - 2.3. Secretaria de Estado da Criança – SECRIA;
  - 2.4. Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA;
  - 2.5. Coletivo da Cidade;
  - 2.6. Central Única das Favelas – CUFA;
  - 2.7. CONSEG;
  - 2.8. Morador da cidade Estrutural.
3. Cabe a Comissão Organizadora, a partir de seus membros, designar os órgãos com funções de coordenador, secretário e relator nas reuniões de Rede.
  - 3.1. Coordenador tem por função direcionar a reunião
  - 3.2. Secretário tem a função de anotar as inscrições das intervenções, além de controlar o tempo de fala,
  - 3.3. Relator tem por função fazer a memória da reunião;
4. Para a reunião subsequente. Em caso excepcional onde um dos três da mesa coordenadora precisar se ausentar, indicará ato seguinte e celerem um substituto dando imediatamente continuidade a reunião.

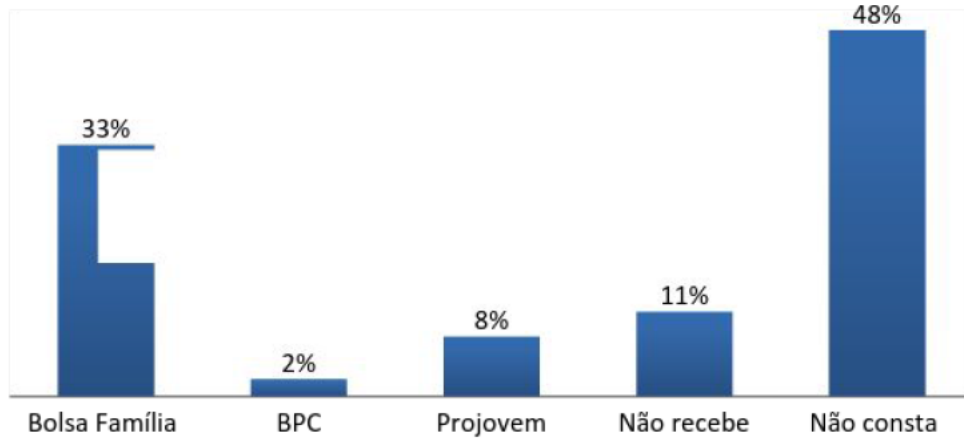
5. A Comissão Organizadora se reunirá mensalmente, uma semana após a reunião ordinária da Rede;
6. A reunião da Rede Social da Estrutural iniciará com uma auto apresentação breve dos presentes com a duração máxima de 30”(trinta segundos).
7. Em seguida será lida a memória da reunião anterior.
8. Será garantida a manifestação, uso da palavra dos presentes, com prévia inscrição, de no máximo 3’(três minutos). Quando o tempo de fala, somados, exceder mais de 30% (45’) do tempo total (150’) da reunião, este será reduzido em 50%, passando então de 3’(três minutos) para 1,5’ (um minuto e meio).
9. Será garantida uma apresentação institucional com a duração de 20’(vinte minutos) por reunião, agendada previamente, preferencialmente durante as reuniões ordinárias. A instituição deverá disponibilizar para a Rede material informativo de sua apresentação.
10. Os participantes da Rede deverão tratar-se cordialmente com o devido respeito. Não serão permitidas declarações ofensivas, vexatórias, de cunho pessoal aos presentes ou ausentes.
11. Os celulares deverão estar no modo “silencioso” e atendidos fora do ambiente da reunião.
12. Ao longo da reunião será garantida a manifestação de forma escrita através de uma prancheta de sugestões a ser lida em tempo oportuno pela Comissão Organizadora e designado os encaminhamentos necessários.

**ANEXO D – DADOS DO LEVANTAMENTO DA REDE SOCIAL DA ESTRUTURAL NA SANTA LUZIA**

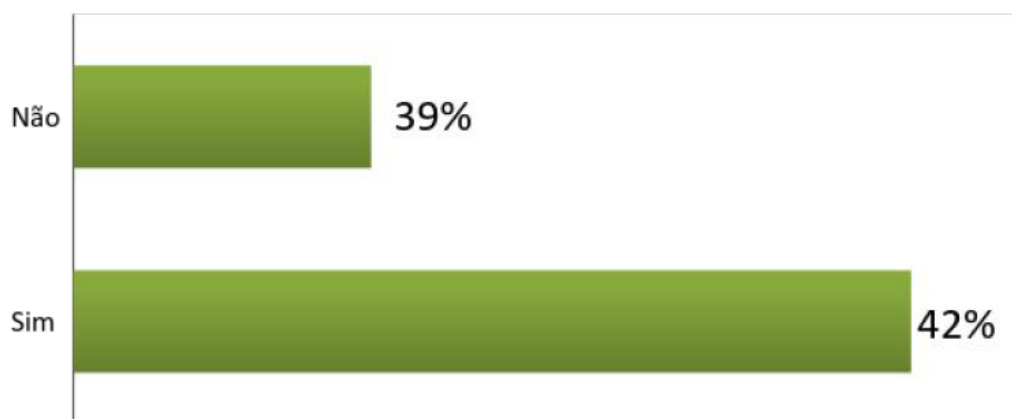




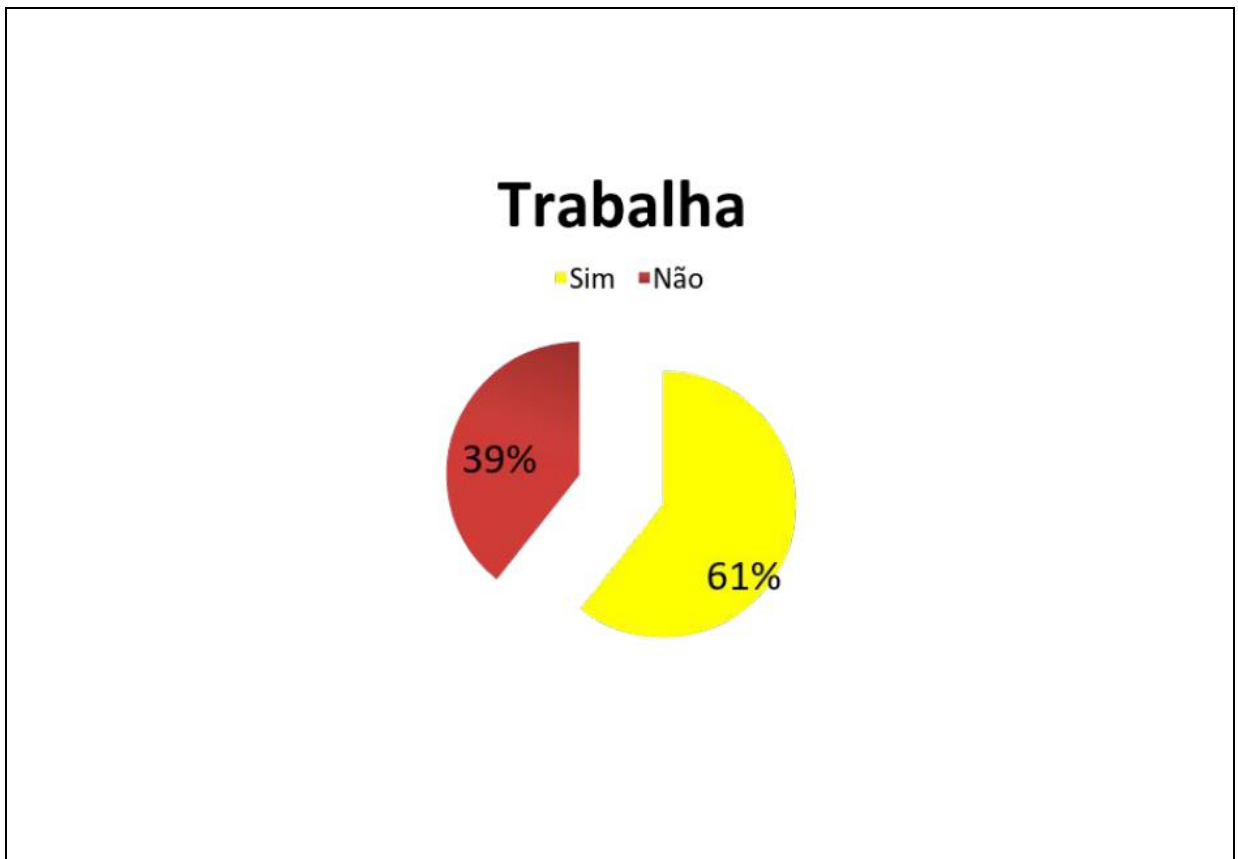
### Benefício do Governo



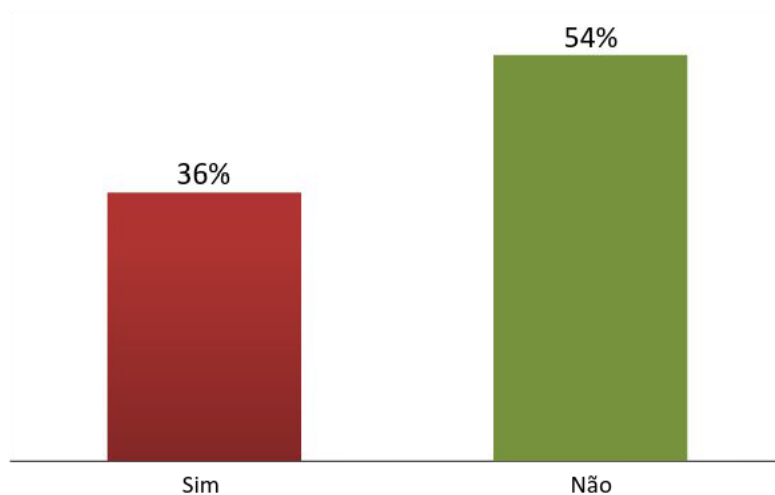
### Cadastro Único



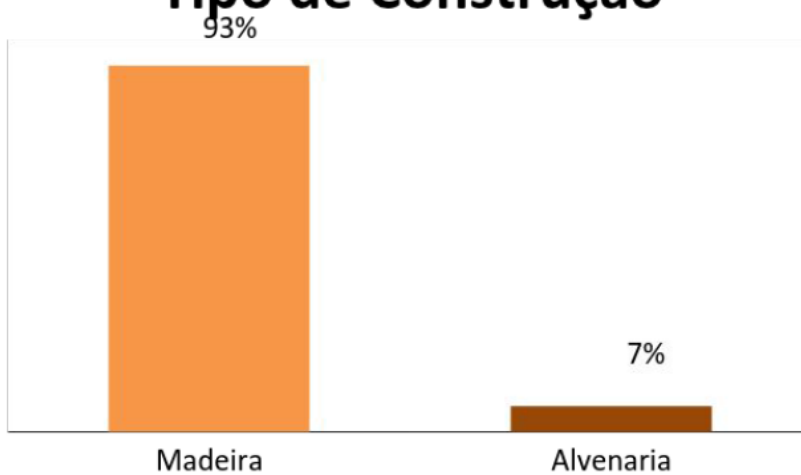




### Já foi ou é Catador



### Tipo de Construção



## Dados sobre a inserção escolar

94 crianças  
em idade escolar fora da escola

### Propostas:

O quadro de fragilidade das famílias em função das precárias condições de vida aponta uma tendência de evasão escolar.

- Falta de endereço
- Falta de interesse
- Falta de estrutura familiar

## Propostas:

- Monitoramento das violações de direitos das crianças e adolescentes da região;
- Monitoramento da inserção e permanência de crianças e adolescentes na escola;
- Criação de um fluxo junto a Regional de Ensino para inserção imediata de crianças e adolescentes na escola;
- Mobilizar a Secretaria da Mulher e o Centro de Referencia da mulher para atuar na região;

## Propostas:

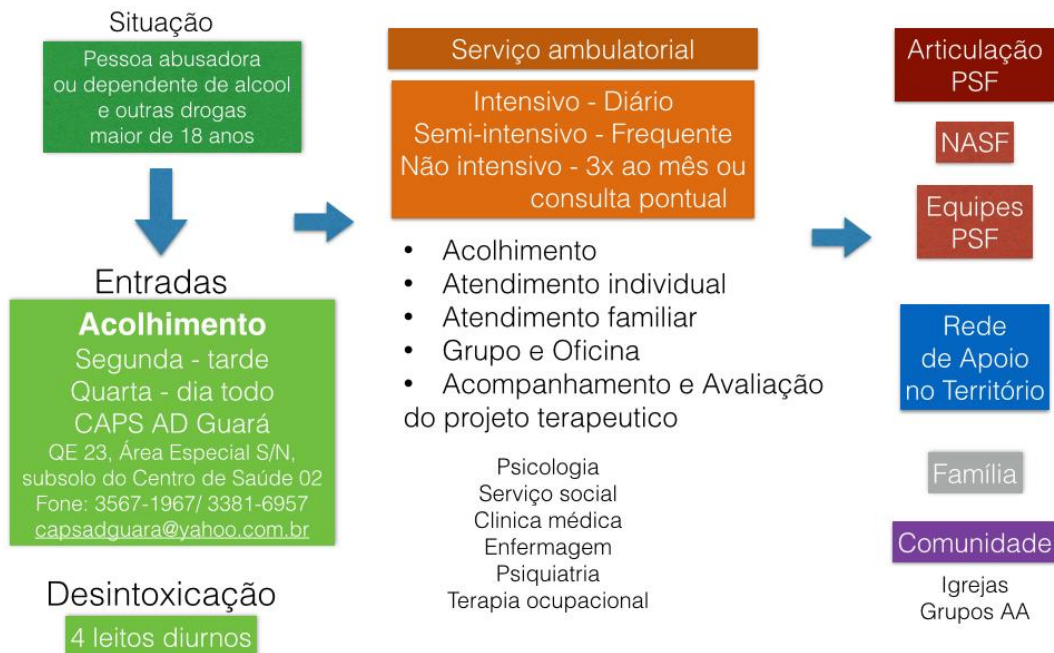
- Mobilizar ações de prevenção na área de saúde;
- Mobilizar ações de fortalecimento dos vínculos comunitários via grupos existentes: igrejas, projetos e etc;

## ANEXO E – FLUXO DE ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE ESTRUTURAL



## ANEXO F – FLUXO DE ATENÇÃO A PESSOA ABUSADORA OU DEPENDENTE DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS ADULTO

Fluxo de Atenção a Pessoa abusadora ou dependente de álcool e outras drogas  
Adulto - Rede Social da Estrutural



\*Ver a possibilidade do CAPS AD desenvolver ação na Estrutural integrado com o NASF e PSF

\* Fazer reunião de estudo de caso com integrantes da Rede da Estrutural para discussão de casos

## ANEXO G – FLUXO DE ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE COM NECESSIDADES DECORRENTES DO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS ADULTO

Fluxo de Atenção a Criança e ao Adolescente com necessidades decorrentes do uso  
de álcool e outras drogas - Rede Social da Estrutural

